Universidade Federal Fluminense

Instituto de Artes e Comunicação Social

Diego de Souza Cotta

Conquistas, impasses e desafios da cidadania LGBT no Rio de Janeiro

Niterói

2016

Diego de Souza Cotta

Conquistas, impasses e desafios da cidadania LGBT no Rio de Janeiro

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano do Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense.

Orientador: Prof. Dr. Adilson Vaz Cabral Filho

Niterói

2016

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

C846 Cotta, Diego de Souza.
Conquistas, impasses e desafios da cidadania LGBT no Rio de Janeiro / Diego de Souza Cotta. – 2016.
124 f. : il.
Orientador: Adilson Vaz Cabral Filho.

Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, 2016.
Bibliografia: f. 122-124.

1. LGBT. 2. Estado. 3. Movimento Social. 4. Cidadania. 5. Mídia. I. Cabral Filho, Adilson Vaz. I. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social. III. Título.

Diego de Souza Cotta

Conquistas, impasses e desafios da cidadania LGBT no Rio de Janeiro

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano do Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Adilson Vaz Cabral Filho

Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Marcio Rodrigo Vale Caetano

Universidade Federal do Rio Grande

Prof.ª Dr.ª Ilana Strozenberg

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Niterói

2016

À Joana Darque de Souza Cotta (in memoriam).

RESUMO

COTTA, Diego de Souza. **Conquistas, impasses e desafios da cidadania LGBT no Rio de Janeiro.** Niterói, 2016. Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano) – Instituto de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

Esta dissertação busca compreender vitórias, dificuldades e questões a serem superadas para que a população LGBT fluminense consiga ter acesso aos direitos civis que lhe são negados, ou pelo menos, obstaculizados – apesar da existência de um programa estadual de combate à homofobia e promoção da cidadania LGBT no Rio de Janeiro. Em outras palavras, o estudo pretende identificar as conquistas e os impasses desta população em relação às políticas públicas instauradas pelo Estado; e compreender os desafios contemporâneos de seu cotidiano para o pleno exercício da cidadania LGBT. O trabalho também esmiúça a trajetória e os processos desenvolvidos entre movimento social e governo para a formulação de uma agenda de reivindicações de ações afirmativas, a fim de construir políticas públicas que assegurem a cidadania da população LGBT no Rio de Janeiro. Para isso, examina a construção de sujeitos de direitos a partir do debate, da construção coletiva e das performances e estratégias midiáticas que visam à implantação de políticas públicas para LGBT no RJ, que devem ser entendidas como conquistas do movimento social. O modelo metodológico seguido foi de entrevistas individuais semiestruturadas com atores que participaram da construção coletiva das políticas públicas do Rio Sem Homofobia, além de coleta e análise dos documentos e relatórios deste programa estadual.

Palavras-chave: LGBT; Estado; Movimentos Sociais; Cidadania; Mídia.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to outline achievements, difficulties and issues that need to be addressed in order to enable the LGBT population of Rio de Janeiro to access civil rights that have long been denied or have proven to be challenging – despite state programmes designed to fight homophobia and promote LGBT citizenship in Rio de Janeiro. In other words, this study aims at identifying accomplishments and obstacles this population still faces regarding the state policies implemented, as well as understanding contemporary everyday demands for developing an active sense of LGBT citizenship. This work also aims at analysing the path and the processes developed among social movement and the government to establish a list of demands for affirmative action, and set state policies to guarantee the LGBT population their citizenship rights. In this regard, we investigate the construction of the subject of rights in the light of the debate, the collective effort and performances and media strategies aimed at implementation of public LGBT policies in RJ, which must be regarded as victories accumulated by the social movement. As our methodological model, we adopted semi-structured interviews with main actors that participated in the collective construction of public policies of *Rio Sem Homofobia*, as well as the gathering and analytical study of documents and reports related to the programme.

Key-words: LGBT; State; Social Movement; Citizenship; Media.

SUMÁRIO

Introdução..... 9

Capítulo 1: Um Estado cheio de cores: a construção de políticas públicas LGBT no RJ..... 18

1.1 De *Stonewall* à peste gay: a ebulição de um Movimento..... 18
1.2 Aids, mídia e os conflitos do Movimento..... 23
1.3 Sedimentação e estratégias do Movimento LGBT para ganho de visibilidade 28
1.4 Processos de implementação de programas governamentais LGBT..... 34

Capítulo 2: Das conquistas e impasses 50

2.1 Programa Rio Sem Homofobia: ações e metas 51
2.2 O Disque Cidadania LGBT e os Centros de Referência 65
2.3 Cada mergulho é um *flash*: a Comunicação do RSH..... 73

Capítulo 3: Desafios contemporâneos do cotidiano LGBT 83

3.1 As uniões estáveis homoafetivas e o casamento civil entre LGBT..... 84
3.2 Homofobia e misoginia: vivências e conflitos de LGBT..... 92
3.3 Crise do Programa Rio Sem Homofobia 105

Considerações finais 116

Referências bibliográficas 122

Glossário

Anexos

Introdução

Durante a graduação em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, este autor desenvolveu pesquisa e produziu eventos que debatiam a discriminação e o preconceito em virtude da(s) homossexualidade(s). Foram três edições seguidas (2006/2007/2008) da Semana da Diversidade Sexual da ECO/UFRJ, que, graças à bolsa do Programa de Educação Tutorial (PET), puderam ser realizadas.

O evento baseava-se em três dias consecutivos de debates com professores que dedicaram suas pesquisas ao estudo da homocultura, política social, antropologia, sociologia, comunicação etc. Sempre com um viés crítico sobre as diversas formas de preconceito e suas conjecturas; além da discussão sobre afirmação de identidade, transformação social e construção de políticas públicas que assegurassem direitos civis. A Semana da Diversidade Sexual da ECO/UFRJ tinha uma peculiaridade, pois trazia convidados fora da academia, como travestis, ativistas e celebridades, para sentar-se ao lado dos professores doutores e, assim, tornar o debate mais profícuo, interessante e surpreendente.

A capacidade de mobilização em um ambiente tão hostil, naquele período, como a academia chamou a atenção de um dos coordenadores, à época, do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT[1], Cláudio Nascimento, que hoje ocupa o cargo de Superintendente de

[1] Amplamente divulgada e massificada na segunda metade da década de 1990, a sigla GLS passou a nomear, fortemente influenciada pela imprensa, os estabelecimentos comerciais de entretenimento que permitiam o exercício da afetividade de homens e mulheres homossexuais. A sigla aproximou o público homossexual do estabelecimento comercial de lazer sem que fosse rotulado, permitindo que seus freqüentadores se invisibilizassem na sombra do S de simpatizante. Segundo Nunan (2001), simpatizante seria o indivíduo que não possui preconceito contra homossexuais e que opta por interagir socialmente com este setor da população. A incorporação da letra S permitiu que esse espaço comercial, amplamente freqüentado e reconhecido como estabelecimento voltado para a população homossexual, passasse a ser freqüentado também por heterossexuais. Gonçalves (2000), afirma que o surgimento da sigla trouxe para o Brasil a idéia estadunidense de gay friendly e teria sido criada por André Fischer em 1993 e adotada em 1994 para a amostra de filmes sobre sexualidade: Festival Mix Brasil da Diversidade Sexual. A estratégia de marketing da empresa nos materiais de divulgação era alcançar a ampliação e diversificação dos freqüentadores do festival, permitindo a freqüência de homossexuais não assumidos publicamente como, também, os heterossexuais que estariam interessados na mostra de filmes, sem que para isso, sua identidade sexual viesse a ser fragilizada pela dúvida. Apesar das alterações provocadas pelo fenômeno mercadológico e de sua intervenção direta no comportamento social, é comum que os simpatizantes sejam estigmatizados como "suspeitos" ou "sem coragem de assumir". Com o crescimento do movimento contra a homofobia e da livre expressão sexual, a sigla GLS - fortemente utilizada pelo mercado para designar esta população - foi alterada para GLBS, ou seja, Gays, Lésbicas, Bissexuais e Simpatizantes, que logo foi mudado para GLBT e GLBTS com a inclusão da categoria dos transgêneros (travestis, transexuais, transformistas, *crossdressers* etc.). A sigla GLBT ou GLBTS perdurou por pouco tempo. A inclusão do "L" na frente da sigla do movimento gay deu-se pelo grande crescimento do movimento

Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Governo do RJ, onde coordena o Programa Estadual Rio Sem Homofobia (RSH). Por isso, houve o convite de participar do processo seletivo para compor a equipe de estagiários do projeto Observatório do Programa Brasil Sem Homofobia (OBSH), coordenado por aquela ONG.

Tratava-se de um projeto financiado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e executado pela ONG Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT. O OBSH, dentre outras finalidades, tinha como intuito fiscalizar se as políticas do Programa Brasil Sem Homofobia, instalado pelo governo Lula, em 2004, eram de fato colocadas em prática pelo Executivo e pelos estados federativos do Brasil. Além disso, o projeto tinha um braço educativo, por assim dizer, de conscientizar, explicar e "ensinar" ativistas do país a ter maior êxito junto ao poder público sobre as reivindicações do Movimento LGBT em seus respectivos estados e municípios.

Foram inúmeras viagens, por vários estados brasileiros, como Minas Gerais, São Paulo, Pará etc. A itinerância contava com a equipe do OBSH, formada por técnicos, consultores e ativistas, que organizavam seminários e oficinas sobre a construção de uma política pública. Os participantes, na sua maioria militantes LGBT locais, aprendiam como aperfeiçoar suas incidências políticas na região, prática que o Movimento chamava de *advocacy*[2]. Além disso, representantes do poder público local também eram convidados a participar, gerando um ambiente de diálogo direto e concreto entre sociedade civil e governo. O OBSH funcionava como uma verdadeira ponte entre esses atores sociais.

Durante um ano e alguns meses, a participação da promoção dos direitos humanos ocorreu na ponta. Houve a possibilidade de contato com pessoas que vivenciavam o preconceito na pele cotidianamente, grupos vulneráveis da população que tinham seus direitos violados sistematicamente por conta de suas orientações

---

lésbico e pelo apoio da comunidade gay às mulheres homossexuais. Ainda há outras variações, com o acréscimo de "I" (intersexuais) e "Q" (queer). O termo atual oficialmente usado para a diversidade no Brasil é LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). A alteração do termo GLBT em favor de LGBT foi aprovada na 1ª Conferência Nacional GLBT realizada em Brasília no período de 5 e 8 de junho de 2008 e é utilizado até hoje pela ABGLT – a Associação Brasileira de LGBT. Esta dissertação utilizará esta última sigla para designar esta população, quaisquer outras nomeclaturas no texto serão para preservar grafias em seus tempos históricos.

[2] "Advocacy é, basicamente, um lobby realizado entre setores (ou personagens) influentes na sociedade. É na realização de processos de comunicação, reuniões entre os interessados e os pedidos entre essas influências que se dá o verdadeiro advocacy, que pode ter várias vertentes, como social, ambiental ou cultural" (ZEPPELINI, 2015, s.p.)

sexuais, identidades de gênero ou estado de saúde. De um lado, a realidade interpelava e atravessava a consciência de entender mais sobre tudo aquilo. Do outro, o fazer jornalístico aos poucos se misturava ao sentimento de ativismo e militância.

O contato com grandes lideranças políticas também foi primordial. Consultores e profissionais que, para além do seu sustento, viam na defesa dos direitos humanos algo que dava sentido à vida. Entender o engendramento, o *modus operandi* de uma sociedade capitalista, machista, patriarcal e homofóbica é, além de necessário, um choque de realidade. E ter um arcabouço não só prático, mas também teórico é de suma importância para seguir em frente com mais consciência da função social de um jornalista e de um ativista.

Paralelamente ao estágio na ONG, houve a participação na equipe de comunicação da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ – ADUFRJ, à época, coordenada pela jornalista Ana Manuela Soares. Levar os dois estágios juntamente com o curso de Jornalismo da ECO/UFRJ foi duro, mas ao mesmo tempo de uma riqueza incontestável. No sindicato, o acesso às políticas partidárias, aos ideários libertários, revolucionários e de combate às incoerências desse mundo (sur)real serviram para construir uma consciência política mais ampla.

Em julho de 2009, o curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo se finda. O trabalho de conclusão de curso (TCC), intitulado *Estratégias de Visibilidade do Movimento LGBT: Campanha Não Homofobia – um estudo de caso*, orientado pelo Prof. Dr. Denílson Lopes Silva (ECO/UFRJ), trazia como questões os caminhos trilhados pelo Movimento LGBT para a geração de visibilidade junto à sociedade. No caso, o trabalho pinçou a Campanha Não Homofobia! do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT, que foi o carro-chefe de publicidade da 13ª Parada do Orgulho LGBT-Rio, realizada em 2008, para problematizar tais estratégias de ganho de notoriedade.

A partir daí, houve o convite pela diretora da empresa Target Assessoria de Comunicação, Márcia Vilella para integrar sua equipe de profissionais. A Target possuía (e ainda hoje possui) a conta de comunicação da Parada do Orgulho LGBT-Rio, o terceiro maior evento da cidade do Rio de Janeiro. As funções eram: cuidar da assessoria de imprensa, produzir conteúdo para o site institucional da ONG, de sua imagem e assessorar no que fosse necessário.

Mais adiante, a Target acabou por executar serviços para a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, como assessoria de imprensa, produção de

conteúdo para peças impressas e virtuais, gestão de mídias institucionais (como *facebook, twitter, blog e site*), produção de eventos e relatórios de conferências, focando nesse atendimento todas as demandas comunicacionais que o Programa Estadual Rio Sem Homofobia gerava.

O RSH, que está sob a tutela da Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Governo do RJ, é uma série de políticas públicas transversais que visam a promoção da cidadania LGBT e o combate à homofobia no estado fluminense. O RSH é inspirado no Programa Brasil Sem Homofobia, lançado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2004.

O Programa RSH conta com uma série de serviços destinados à população LGBT, dentre eles os Centros de Referência da Cidadania LGBT, composto por uma equipe multidisciplinar de advogados, assistentes sociais e psicólogos focada no atendimento e encaminhamento para órgãos competentes das demandas LGBT; além do Disque Cidadania LGBT – 0800 023 4567 – reconhecido por ser a "porta de entrada" dos LGBT para o acesso aos serviços. Todos eles foram descritos e analisados no decorrer desta dissertação.

Por conta desse emaranhado de serviços, o RSH demandava uma atenção especial e novas tarefas e desafios iam surgindo. Por isso, o curso da pós-graduação *lato sensu* em Comunicação e Marketing em Mídias Digitais foi bastante pertinente, para que tais atividades fossem realizadas de maneira estratégica. O TCC dessa especialização – *A rede sai do armário: o ciberativismo do arco-íris* – visou auxiliar no entendimento do *modus operandi* do trabalho de marketing digital, especialmente aquele relacionado às redes sociais, no que tange à mudança de conceitos e valores arraigados no imaginário coletivo.

A partir da explicação de todo o processo de gestão de conteúdo, imagens escolhidas e de que maneira eram postadas e monitoradas, foi possível elaborar um material rico sobre o ritual comunicacional do marketing digital para bandeiras de luta social, especialmente a LGBT. No caso, foi analisado a *fan page* do Programa Estadual Rio Sem Homofobia.

O trabalho nasceu justamente da experiência na produção de conteúdo para a *fan page* do Programa Rio Sem Homofobia. A Target foi uma agência que trabalhou em paralelo com a Nova S/B – empresa licitada do governo e responsável pela campanha de publicidade do Rio Sem Homofobia – por ter mais experiência com terceiro setor,

especialmente com as especificidades da comunidade LGBT. A campanha seguiu, muitas vezes, com o direcionamento da Target, como a orientação da linguagem a ser adotada, indicação dos tipos de veículos especializados para investimentos de publicidade etc. Foram produzidos vídeos, *spots, outdoors, folders, banner,* anúncios como forma de propagar o programa do governo; além de um site institucional, produzido e gerenciado pela agência Target.

Foi neste contexto que, no dia 19 de maio de 2011, esta última agência ofereceu, como parte constituinte de seus serviços, a criação e gerenciamento da *fan page* do Programa RSH no Facebook. A priori, a página foi criada como algo complementar à campanha e tinha como objetivo escoar as informações dos serviços oferecidos. Contudo, com o desenrolar do trabalho, a página passou a ser o principal canal de comunicação do programa com a população LGBT do Estado[3].

A ligação entre os estudos acadêmicos e a carreira profissional sempre foi satisfatória e estimulante. As formas de se fazer ativismo são múltiplas e dar luz às questões LGBT, no âmbito da política e da comunicação dentro da universidade, é uma *práxis* de militância. Por isso, mais uma vez, outro passo é dado em direção à visibilidade das circunstâncias e do cenário LGBT no Rio de Janeiro, um olhar acadêmico sobre as transformações sociais e o cotidiano deste segmento populacional.

A pesquisa

Conquistas, impasses e desafios da cidadania LGBT no Rio de Janeiro nasceu de uma grande questão. Quais foram as vitórias, dificuldades e o que precisa ser superado para que a população LGBT fluminense exerça sua cidadania? Entendendo exercício da cidadania aqui como acesso aos direitos civis negados, ou pelo menos, obstaculizados à população LGBT. Como se deram a trajetória e os processos desenvolvidos entre movimento social e governo para a formulação de uma agenda de reivindicações de ações afirmativas, a fim de construir políticas públicas que assegurassem a cidadania da população LGBT no Rio de Janeiro?

É importante entender de que maneira os conflitos se deram e, de certa forma, se solucionaram, se suspenderam (ou se enfraqueceram) para que a política tomasse o lugar que tem até os dias de hoje, mesmo com a saída do Partido dos Trabalhadores

[3] Para mais informações, ver COTTA, D.S. *A rede sai do armário: o ciberativismo do arco-íris*. In: Anais do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste - Intercom, 2014, Vila Velha.

(PT) do governo da Era Cabral/Pezão (PMDB)[4], período de implantação e permanência do RSH. Além disso, esta dissertação pretendeu contribuir para o registro histórico e detalhado dos processos instaurados para a construção de políticas públicas para LGBT no Estado do RJ, muitas vezes perpassados e performados via mídia, o que também justificou sua defesa dentro de um Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano. Esta pesquisa cumpriu um papel importante na convergência e na sistematização de dados e informações históricas de um programa inédito, que tem sido referência no combate à homofobia e promoção da cidadania LGBT em outros estados brasileiros.

Atualmente, existem vários centros e programas acadêmicos que têm como finalidade a discussão das questões sobre orientação sexual e identidade de gênero e tudo aquilo que advém delas: transtornos, discriminação, políticas públicas, direitos etc. Contudo, são poucos os trabalhos que focaram, exclusivamente, na construção de políticas públicas para LGBT no RJ. A monografia *Programa Rio Sem Homofobia: Análise da parceria inédita entre o governo e a militância LGBT fluminense*, de Adriano Dilber da Cunha Meirelles, defendida na ECO/UFRJ e orientada pelo Prof. Dr, Denilson Lopes Silva é um exemplo de trabalho nessa linha. Também há a tese de doutorado *Fazer-se no Estado: uma etnografia sobre o processo de construção dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo*, de Silvia Aguião (2014), defendida na Unicamp e orientada pela Prof.ª Dr.ª Maria Filomena Gregori, que traz o RSH como objeto de análise. No entanto, os dois trabalhos têm recortes e objetivos diferentes, além do nível de profundidade e problematização de conceitos[5].

De maneira geral, esta dissertação buscou examinar a construção de sujeitos de direitos a partir da implantação de políticas públicas para LGBT no Estado do Rio de Janeiro, que podem ser entendidas como conquistas do movimento. Também foi importante compreender os impasses e os desafios que tais sujeitos de direitos

[4] Com vistas às eleições estaduais, a aliança PT-PMDB, no Rio de Janeiro, se desfez no início de 2014; o que levou o Partido dos Trabalhadores a entregar todos os cargos governamentais, inclusive os de alto escalão como foi o caso de Carlos Minc, da Secretaria de Meio Ambiente; e Zaqueu Teixeira, da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, onde o RSH está atrelado. Contudo, o programa, coordenado por um petista, Cláudio Nascimento, não foi extinto e tampouco seu líder foi exonerado. É importante registrar que apesar de seu coordenador ser petista, o RSH não tem vínculo com o partido. Sua execução não se submete às decisões e assembleias do PT e tampouco Cláudio Nascimento gerencia o programa sob as premissas e entendimento partidário petista sobre as questões LGBT.

[5] Os trabalhos citados têm como base o estudo do Programa Rio Sem Homofobia do RJ. Há outros trabalhos que discorreram sobre a construção de políticas públicas para LGBT, mas com outros recortes regionais, temporais etc. Como, por exemplo, "Sopa de Letrinhas**?:** movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990", de Regina Facchini; "Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX", de James Green; "Cidadania e Orientação Sexual: a trajetória do Grupo Triângulo Rosa", de Cristina Câmara, entre outros.

enfrentam para o acesso às políticas. Por isso, os objetivos de entender a trajetória das negociações entre Movimento LGBT e governo estadual para a formulação de uma agenda em prol da população LGBT; identificar as conquistas e os impasses desta população a partir da formulação das políticas públicas instauradas pelo Estado; e compreender os desafios contemporâneos do cotidiano LGBT para o pleno exercício de sua cidadania foram de suma importância.

Tais objetivos ajudaram a responder algumas das questões que nortearam a delimitação desta pesquisa. Além da questão central, já citada, existiram outras indagações a reboque, por exemplo: se o Movimento LGBT do RJ respalda e legitima o Programa RSH e de que maneira isso ocorre. Se as políticas instauradas pelo Governo para a população LGBT funcionam de fato. Saber quais são os problemas enfrentados pelos LGBT para fazerem valer seus direitos conquistados e por último, mas não menos importante, compreender como a população LGBT se vê e se relaciona socialmente diante desta nova configuração cidadã.

Assim, esta pesquisa partiu do pressuposto que o RSH sobreviveu ao *lobby* político e se esmerou em se firmar como uma política pública imprescindível na agenda política fluminense, o que lhe fez transcender – pelo menos por um tempo determinado – às politicagens e às moedas de troca da política. E, por último, a costura da política LGBT perpetrada pelo Governo do Estado do RJ, em tese, esteve em constante sintonia com as reivindicações do Movimento LGBT estadual, por uma série de fatores que foram desenvolvidos adiante.

Esta dissertação deve ser encarada como uma pesquisa histórico-descritiva, pois possibilita caminhos de entendimento do surgimento do Movimento LGBT fluminense até chegar às conquistas de direitos e ao cotidiano da população em questão. O primeiro capítulo, intitulado “Um Estado cheio de cores: a construção de políticas públicas LGBT no RJ”**,** discorre sobre a questão política LGBT na sua especificidade. Foram trabalhados textos de referência de autores que se propuseram a relatar e documentar o nascimento do movimento LGBT no Brasil, sendo eles: James Green (2000), Cristina Câmara (2002), Regina Facchini (2005), dentre outros.

O início da dissertação teve como objetivo a montagem do cenário sociopolítico da construção das políticas públicas no Estado do Rio de Janeiro, contextualizando-o com as questões de âmbito nacional. As discussões sobre identidade, movimento político, direcionamento da agenda de reivindicações, *boom* da Aids, rachas e “reflorescimento” do movimento, constituinte de 1988, institucionalização de grupos e

de uma associação brasileira foram abordadas no primeiro capítulo, que também trouxe um pretenso acolhimento por parte do Estado, com a criação do Brasil Sem Homofobia e o RSH, além do registro e compreensão dos processos instauradores desses programas governamentais.

Já no segundo capítulo da pesquisa, “Das conquistas e impasses”, após o registro do processo e negociação de instauração do programa RSH no RJ, foi a vez de debater suas características principais e entender quais foram as medidas aplicadas pelo governo estadual como resposta ao cumprimento das diretrizes programáticas do RSH. Foi o momento de elencar e compreender as políticas públicas formuladas e descortinar seus impasses, identificando os gargalos das conquistas, a partir da exposição e discussão das dificuldades para a aplicação das políticas no dia a dia da população.

Por último, em “Desafios contemporâneos do cotidiano LGBT”, a dissertação levantou o debate de como o indivíduo LGBT se vê e se relaciona socialmente com todas essas transformações que foram expostas e discutidas por este trabalho até então. Aqui, a discussão foi sobre o cotidiano deste segmento populacional, que por anos esteve invisível aos olhos do governo e, agora, começa a ter acesso a direitos civis fundamentais. Neste capítulo, também foi exposta a crise do RSH, com a suspensão do repasse orçamentário para manutenção das políticas, o atraso no pagamento dos salários da equipe técnica, a nomeação de um pastor para a secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos e a concreta ameaça de extinção do programa.

É interessante sublinhar, já nesta fase introdutória da pesquisa, que toda a trajetória política do Movimento LGBT, de alguma maneira, positiva ou negativamente, contou com a forte participação da mídia. As práticas cotidianas de transformação social e reivindicação de direitos foram, muitas das vezes, perpetradas por performances e estratégias midiáticas por parte do Movimento LGBT e do Governo do RJ. Aqui, as obras de Gilles Deleuze (1995), Félix Guattari (1995), Jesús Martín-Barbero (2009), Agnes Heller (2008), Muniz Sodré (2006), Paulo Cesar Castro de Sousa (2001), Ricardo Freitas (2011), André Lemos (2007), entre outros, foram de grande valia.

Metodologia

O modelo metodológico seguido foi o de entrevistas semiestruturadas, que tiveram um roteiro de questionário prévio, que não necessariamente foi seguido à risca por este autor. Foram entrevistas individuais, com poucas interrupções do entrevistador,

a fim de que os entrevistados falassem livremente sobre os temas propostos (GIL, 2008). Cláudio Nascimento, Heliana Hemetério, Vera Couto e Márcia Vilella foram os escolhidos para as entrevistas. O primeiro por ter mais de vinte anos de carreira política dedicados ao combate à homofobia e promoção da cidadania LGBT, passando por grupos fluminenses como o AGANIM e o Arco-Íris. Nascimento participou de parte do ativismo LGBT no RJ, enquanto movimento social, e hoje coordena o programa RSH, como dito anteriormente.

A segunda por ser um reconhecido nome do Movimento LGBT nacional, principalmente em relação às questões de lésbicas negras. Hemetério juntamente com Vera Couto foram imprescindíveis para a construção do programa desde o seu início, compondo parte da equipe técnica envolvida. O depoimento de Márcia Vilella, que é coordenadora de Comunicação do RSH, foi de grande valia para compreender o lugar central da Comunicação para o programa[6].

Além de entrevistas, houve coleta e análise dos documentos impressos do Programa Rio Sem Homofobia, como relatórios, prestação de contas, *releases* à imprensa, que de alguma forma sugeriram o discurso utilizado na capilarização do programa e informaram dados estatísticos de penetração das políticas públicas instauradas. Tudo isso somado à observação direta das estratégias de visibilidade, como *briefings*, *releases*, eventos, sites e redes sociais, que, a partir da experiência supracitada, foi de grande valia para o detalhamento dos objetivos e de como foram realizadas as ações.

Boa leitura!

[6] Há outros atores sociais que foram imprescindíveis (e ainda são) para a construção da política pública LGBT fluminense. Existem inúmeros nomes, de vários setores sociais, sendo do dito "movimento formal" ou não, que viabilizaram, através de suas micropolíticas cotidianas, as transformações que o Rio de Janeiro vive hoje. Contudo, visando o cumprimento de prazos e o zelo pela qualidade da dissertação de mestrado, quatro entrevistas qualitativas de reconhecidos nomes deste processo serão significativas para auxiliar no entendimento proposto a este trabalho.

Capítulo 1: Um Estado cheio de cores: a construção de políticas públicas LGBT no RJ

Para a população LGBT fluminense chegar a gozar de políticas públicas, pensadas e executadas a fim de melhorar e até mesmo criar acessos a direitos de cidadania, muitas foram as negociações entre sociedade civil e poder público. O Movimento LGBT precisou se organizar enquanto instituição formal de representatividade, com a finalidade de ser um porta-voz das reivindicações deste segmento populacional diante do Estado.

Este capítulo tem como objetivo entender a trajetória das negociações entre Movimento LGBT e o Governo do Estado do RJ para a formulação de uma agenda em prol da população LGBT. Neste sentido, é importante reviver alguns aspectos históricos do nascimento de grupos e organizações, bem como compreender o cenário político do qual faziam parte os primeiros militantes da causa LGBT.

Enxergar o contexto histórico-político é de suma importância para se compreender a trajetória do Movimento LGBT brasileiro, que de certa forma acaba por influenciar os caminhos escolhidos pelos ativistas fluminenses. O final da década de 1970 e início da de 1980 do século XX foram limiares para os “entendidos” refletirem sobre suas questões.

1.1 De *Stonewall* à peste gay: a ebulição de um Movimento

A rebelião de *Stonewall* foi um conjunto de conflitos violentos, baseados na intolerência e preconceito, perpetrados sistematicamente pela polícia de Nova Iorque (EUA) contra LGBT que frequentavam o bar de mesmo nome. Até que em uma batida policial, ocorrida em 28 de junho de 1969 – data que se consagrou como símbolo de luta e resistência LGBT – os grupos frequentadores decidiram enfrentar a truculência policial.

Stonewall é reconhecido como o evento catalizador dos modernos movimentos em defesa dos direitos civis LGBT. O acontecimento foi um marco por ter sido a primeira vez que um grupo de LGBT se uniu para resistir aos maus tratos da polícia; e é hoje considerado como o evento que deu origem aos movimentos de celebração do orgulho gay. Era um início de um movimento das minorias que, a partir da década de 1970, começa a se fortalecer e tomar formas, a fim de lutar pela dignidade e respeito com as diferenças. O ocorrido em Nova Iorque rapidamente se alastrou pelo mundo e tratou de impulsionar e estimular fecundos movimentos em prol dos direitos LGBT.

Nessa época, o Brasil estava mergulhado em uma ditadura militar, com fortes repressões política e moral, apesar da circulação das ideias dos movimentos de 68 e da contracultura, com protestos estudantis e esperanças ao retorno de um governo democrático. No entanto, ainda assim, o país sobrevivia ao Ato Institucional (AI-5), que decretou o fechamento do Congresso Nacional, a suspensão de direitos constitucionais e a cassação de vários mandatos parlamentares.

Em sua obra "Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX", o historiador James Green relata que, neste período, a ala progressista da Igreja Católica e várias correntes da esquerda, de maneira clandestina, acabaram por arregimentar grupos para a luta por um regime democrático de representatividade. Segundo ele, já pelo final da década de 1970, "os movimentos sociais de base se multiplicaram e jornais alternativos que faziam crítica ao regime começaram a surgir por toda a parte" (GREEN, 2000, p. 394).

Como se pode observar, o ideário libertário já dava sopros na militância brasileira e, com ele, um fervilhar de um movimento político, cujo objetivo era lutar em prol das minorias sexuais. O Movimento Feminista muito auxiliou, ou melhor, indicou o caminho para o embrionário Movimento LGBT se formar e se empoderar como uma causa que merecesse atenção e, sobretudo, políticas públicas específicas para si. Era uma reorganização social que fomentava novas formas de conjugalidade e modelos de família, confrontando com os dogmas religiosos que pregavam o relacionamento sexual somente voltado para a procriação.

> O desafio das feministas ao patriarcado, à rigidez dos papeis de gênero e aos costumes sexuais tradicionais desencadeou uma discussão na sociedade brasileira que convergiu com as questões levantadas pelo movimento gay a partir de 1978. Ativistas gays e muitas feministas viram uns aos outros como aliados naturais contra o sexismo e uma cultura dominada pelo machismo (GREEN, 2000, p. 394).

Além disso, Green acredita que para além do desenrolar político brasileiro, outros fatores auxiliaram na fertilização do ambiente para um fortalecimento de um movimento LGBT no país. Para o professor de História da América Latina da *Brown University*, outras características, principalmente aquelas ligadas ao campo comportamental e cultural, influenciaram bastante no desenvolvimento de um pensamento de grupo, que culminaria no Movimento LGBT de hoje.

Green destaca as transformações no espaço urbano, com a aparição dos guetos, cinemas, faixas de praias, bares, saunas etc. Os encontros de sociabilidade e de paquera

começaram a ocorrer com grande frequência em casas de amigos. Inúmeros grupos se encontravam, uns nas residências dos outros, a fim de diversão, diálogo, festa. Além dos encontros domésticos, a ida às saunas, bares e boates voltados ao público gay também caracterizou o período do meio do século[7].

A frequência assídua de espaços segmentados para a prática não só homoerótica, como também de sociabilidade movimentou o chamado *pink money*, a economia rosa, gerando grandes rendimentos para as cidades, principalmente do Rio de Janeiro e de São Paulo, que detinham (e ainda detêm) os principais lugares para a finalidade sexual.

Lilian Torres, em seu artigo "Programa de Paulista: Lazer no Bexiga e na Avenida Paulista com a Rua da Consolação", ao detalhar e apresentar seu olhar etnográfico sobre esses territórios, exemplifica os variados espaços LGBT que compunham as "manchas" por ela estudadas. Os espaços dedicados a este segmento populacional eram inúmeros e bastante movimentados e povoados por lésbicas e gays que procuravam lugares de sociabilidade. Torres traça os trajetos e expõe um cenário de encontros gays bem demarcados, pois viraram verdadeiros equipamentos de lazer e entretenimento, fazendo fluir identidades e afetos.

> Na rua Santo Antônio, além dos bares de MPB (Boca da Noite, Porque Hoje é Sábado), há um trajeto gay (Bug House, Scubaruba, Fellini Bar, Segredu's, Skadinha, Sky, Perepepês) que se comunica com o bar e restaurante Ferro's, na rua Martinho Prado, conhecido pela frequência de mulheres homossexuais, e com outras casas noturnas semelhantes na rua Rui Barbosa (Shock, HeavenUp) (TORRES, 2000, p.70).

Para além dos guetos, bares e saunas, Green cita também a insinuação da androgenia de Caetano Veloso e Ney Matogrosso, que causou um frisson no campo cultural, a partir da internacionalmente aclamada música popular brasileira (MPB); além do estilo *camp* e exagerado dos Dzi Croquettes. Paralelamente, também ocorria uma forte ocupação das ruas por travestis e michês no Rio de Janeiro e São Paulo, causando um caldeirão favorável à emergência de um movimento homossexual, ou pelo menos, um aumento da visibilidade LGBT junto à sociedade.

> Muitos fatores convergentes facilitaram o surgimento desse movimento: o espaço social conquistado, pelas "bichas" e "bonecas" na década de 1960, a difusão de ideias a partir do movimento gay internacional, o desenvolvimento de uma crítica brasileira ao

[7] Ver também MACRAE, E. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1990. PARKER, R. *Corpos, prazeres e paixões: cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Bestseller, 1992.

> machismo e à homofobia e a influência dos movimentos políticos e sociais de esquerda sobre os principais líderes. O surgimento de um movimento político gay era também resultante da consolidação de uma nova identidade "entendida" (GREEN, 2000, p. 396).

No entanto, somente ao final da década de 1970, com a fundação do Jornal Lampião de Esquina[8] (RJ) e do Grupo SOMOS (SP), juntamente com a abertura política que o país já vivenciava com o enfraquecimento da ditadura, que o Movimento LGBT começa a tomar uma forma definida e a se organizar politicamente. Cristina Câmara, autora de "Cidadania e Orientação Sexual: a trajetória do Grupo Triângulo Rosa", demarca este dois momentos como a emergência do movimento gay no Brasil.

> A primeira expressão efetiva de movimento gay no Brasil foi caracterizada pelo jornal Lampião de Esquina – publicado em 1978 e pouco tempo depois, em 1979, pela formação do Grupo Somos de Afirmação Homossexual/SP. Nesse período de 'abertura' política no país, muitas vozes ocultas começaram a aflorar. Os participantes do movimento gay desejavam assumir sua orientação sexual e encontrar os seus iguais. Precisavam dizer ao mundo que não eram criminosos ou doentes, eram gays. Era o momento de afirmação da homossexualidade (CÂMARA, 2002, p. 35).

Já Regina Facchini, em seu livro "Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990", propõe uma periodização do movimento homossexual, considerando uma "primeira onda", caracterizada pela criação do Grupo SOMOS e do jornal Lampião de Esquina (1978), e uma "segunda onda" associada ao surgimento dos Grupos Triângulo Rosa e Atobá, ambos do RJ; e Grupo Gay da Bahia, nos anos 80. Para a pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu e professora do Programa de Doutorado em Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Unicamp, a ditadura militar vivenciada pela "primeira onda" do movimento homossexual deve ser encarada como um grande estímulo para sua emergência.

> Em vez de identificar apenas um efeito negativo da ditadura militar na possibilidade de organização de um movimento homossexual, é importante, por exemplo, notar o quanto a ditadura estimulou a formação de resistências em diversos setores sociais e como ela pode ter sido, inclusive, responsável pelo perfil fortemente antiautoritario que marcou a "primeira onda" do movimento homossexual brasileiro. Ainda que a "abertura" tenha tido o papel de abrir espaço para que

[8] Fundado por 11 intelectuais assumidamente homossexuais, em plena ditadura militar, o Jornal Lampião de Esquina foi a primeira publicação distribuída nacionalmente e vendida em bancas de jornais, voltada para o público homossexual.

> vozes, mais ou menos isoladas e abafadas, de vários setores sociais, viessem a publico, não podemos negar que a ditadura produziu, por assim dizer, boa parte das condições para o boom movimentalista que ocorreu no decorrer dos anos 1970, e pode ter marcado sensivelmente as trajetórias individuais e os modos de atuação dos primeiros militantes homossexuais brasileiros (FACCHINI, 2005, p. 93).

Constata-se, principalmente a partir da criação de um veículo jornalístico-militante, que é o jornal Lampião de Esquina, a circulação de um discurso homossexual, que pregava a liberdade sexual e política de uma minoria já dentro do período ditatorial brasileiro. São novos lugares de enunciação para o homossexual, isto é, novas possibilidades discursivas e de ganho, não só de poder, como também de visibilidade. É a partir daí, que munidos com um discurso de defesa e afirmação de si próprios, gays e lésbicas se organizarão em organizações, cujo objetivo era a defesa de seus direitos de cidadania. A chamada "segunda onda", termo cunhado por Facchini, é marcada pelo surgimento dos grupos Triângulo Rosa, Atobá e Grupo Gay da Bahia.

Observa-se aqui a preocupação dos grupos de se institucionalizarem enquanto associações formais de representatividade. Antes conversando sobe suas questões e identidades em casa de amigos, depois pelo jornal Lampião, os militantes enxergaram que era preciso se arregimentar enquanto grupo formal, pessoa jurídica, para então assim, serem legitimados e empoderados, a fim de reivindicarem politicamente por direitos.

> Antes dessa preocupação em ter uma sede própria, que não é algo presente nas descrições sobre o Triângulo Rosa, há também uma preocupação em registrar legalmente o grupo, que perpassa as duas iniciativas que estamos tomando como foco de analise. (...) Além da obtenção do direito de associação, a existência de uma personalidade jurídica pode ser muito importante num contexto em que os grupos/associações se propunham a uma ação mais direta e pragmática em favor dos direitos civis dos homossexuais (FACCHINI, 2005, p. 114).

Contudo, o *boom* da Aids já se aproximava e era necessário ter um discurso bem articulado para esta população não voltar para o obscurantismo e para a não aceitação de sua existência. A autora identificará uma "crise" nos primeiros anos da epidemia e um "reflorescimento" do ativismo nos anos 1990, como será visto adiante. Para ela, a "peste gay" ou "câncer gay" – como era largamente difundida pela mídia – acabou por enfraquecer os grupos criados, principalmente após o fim do Jornal Lampião, que os deixou sem um veículo de comunicação pelo qual faziam circular suas ideias e divulgar suas atividades por todo o país, dentro e fora do movimento.

> Antes do final da primeira metade dos anos 1980, houve uma drástica redução na quantidade de grupos presentes no movimento. Isto pode ser justificado, entre outras coisas, pelo surgimento da epidemia da AIDS, então chamada “peste gay”, e seu poder de desmobilização das propostas de liberação sexual, e, ainda, pelo fato de muitas lideranças terem se voltado para a luta contra a Aids, criando as primeiras respostas da sociedade civil à epidemia (FACCHINI, 2005, p. 102).

No próximo item deste capítulo, a questão da Aids emergirá como um forte componente de discussões dentro dos grupos LGBT. Os chamados “rachas” ficarão mais evidentes e a polarização dos rumos do movimento serão temas de grandes debates. A disputa entre a militância voltada para a área da saúde e voltada para as questões de acesso a direitos civis será bem marcante neste período da década de 1980. O movimento terá que repensar prioridades reivindicativas para se posicionar diante da agenda governamental.

1.2 Aids, mídia e os conflitos do Movimento

Os meios de comunicação, de uma maneira geral, têm desempenhado um papel vital na edificação das representações sociais. Em outras palavras, a mídia não se configura apenas como um aparelho de representação, mas sim como um meio que molda visões de mundo e constrói a realidade de acordo com seus interesses. Os *media* não se limitam em passar a realidade adiante com o máximo de fidelidade; o que se percebe é uma produção do real, em que a realidade é construída de uma maneira a beneficiar os meios, ou melhor, determinados grupos que a propagam. A questão da homossexualidade somente começou a ser discutida no âmbito federal de políticas públicas na época do *boom* do HIV/Aids na década de 1980. Foi a partir daí, que o governo enxergou os homossexuais como cidadãos, ou melhor, como sujeitos que deveriam ser monitorados e regulados a partir de políticas específicas para o controle da epidemia que se alastrava cada vez mais. É necessário sublinhar que a quebra da indiferença só se constituiu a partir do escândalo midiático e do temor da classe média branca e heterossexual de ser infectada pelo vírus HIV.

Um bom exemplo é o caso do estilista Marcus Vinícius Resende Gonçalves, o Markito, que faleceu em 1983, em decorrência do vírus HIV. É a partir daí que a sociedade brasileira tomará conhecimento desta doença, que há muito já era conhecida pelos americanos e africanos, isto porque as duas principais revistas semanais do país (*Veja* e *Isto É*) iniciaram uma verdadeira cobertura sensacionalista sobre o HIV e dos

soropositivos. Além de categorizar a doença como sendo “de homossexual”, as revistas geraram uma associação imediata entre a homossexualidade e Aids.

As vozes que serão escolhidas pelas revistas para falarem a respeito do assunto reforçam uma predileção pelo discurso médico, ou seja, *Veja* e *Isto É* atribuem credibilidade e autoridade às vozes da medicina, restringindo o debate acerca da Aids e da sexualidade somente neste âmbito de discussão. Assim, constata-se o submetimento da doença a estratégias de enunciação específicas, caracterizadas por manobras discursivas que encerram uma manipulação das “verdades” sociais, isto é, os *media* colocam o médico na posição de legitimador de todo e qualquer discurso relacionado não só à Aids, como também a questões associadas a ela: desde a sexualidade, abordada mais diretamente em toda sua esfera, até drogas, morte, intimidade, sangue e outros vários elementos que levam um caso a tornar-se notícia e ser submetido a coberturas midiáticas (SOUSA, 2001).

O pesquisador e professor da Escola de Comunicação da UFRJ, Paulo César Castro de Sousa, em sua tese de doutorado “Aids, mídia impressa e sexualidade: práticas e comportamentos sexuais em tempos de HIV nos discursos de Veja e IstoÉ”, afirma que a doença, difundida como “peste gay”, deixa de ser um acontecimento meramente biológico e epidemiológico, e passa ser entendida como um fenômeno discursivo, que será, aliás, revelador de uma perspectiva por demais discriminadora e preconceituosa por parte das duas semanais, constatada a partir da cobertura espetacularizada que *Veja* e *Isto É* farão nas décadas de 1980 e 1990 do assunto.

As capas, o teor e o conteúdo das reportagens; a escolha das vozes autorizadas e inúmeras outras estratégias de enunciação irão servir de instrumentos de manipulação de opinião pública para atribuir à homossexualidade a responsabilidade da disseminação do HIV, criando no imaginário social a ideia de que a Aids é, fundamentalmente, a “peste *gay*”.

> Ainda mais porque as primeiras vítimas da Aids, durante praticamente toda a década de 1980 e os primeiros anos da de 1990, foram personalidades vinculadas ao mundo da indústria cultural (cinema, moda, teatro, TV, música), como Markito, Rock Hudson, Flávio Império, Cazuza, Lauro Corona, tidas publicamente como homossexuais ou que, pelas enunciações jornalísticas, foram assim apontadas ou, por outro, postas em situação de dúvida. Foi a partir desse aspecto que, nas primeiras matérias através das quais a Aids foi assunto nos meios de comunicação, ela foi apresentada como doença estranha que acomete os homossexuais masculinos (SOUSA, 2005, p. 4).

Assim, além de produzir o real, construindo discursivamente a Aids e propondo noções para sua interpretação por parte da sociedade, os *media* também utilizaram a doença como ponto de partida para a criação de um discurso acerca da sexualidade como um todo, construindo suas significações e valores. A partir daí, os meios de comunicação (as revistas *IstoÉ* e *Veja*, no caso) começam a adentrar na questão das práticas sexuais, criando, com base no discurso médico e em dados estatísticos de pesquisas nem sempre fundamentadas, um perfil de risco, que passa a associar certas práticas sexuais com a probabilidade de morte, tomada como certa a todos aqueles que padecem ou venham a padecer da doença.

Pessoas com práticas e comportamentos sexuais considerados libidinosos, como a alta frequência de relações sexuais e a troca constante de parceiros, principalmente os homo e bissexuais, eram postas como complacentes e até mesmo cúmplices, quando não responsáveis da epidemia. Mais do que informar, a revista semanal de informação se propõe a convencer o leitor de que seu raciocínio é o correto. Portanto, para Sousa, "uma das estratégias das duas revistas é, tomando a Aids como ponto de partida, construir raciocínios sobre outros referentes, como hemofilia, morte, consumo de drogas, comércio de sangue, políticas públicas de saúde... e, principalmente, sexualidade" (SOUSA, 2005, p. 7).

Hoje se observa que a Aids não se restringe apenas aos registros estatísticos e às observações epidemiológicas, ela pode ser encarada como um fato social, histórico, fisio-psicológico e simbólico. Como posto anteriormente, a doença apresenta-se como uma problemática discursiva, que, assim sendo, se desenvolve reunindo diferentes campos de saberes e poderes, haja vista que no início de sua discussão ela foi tratada como "questão menor" pela esfera governamental, cabendo aos meios de comunicação a função de trazê-la a público; fazê-la existir socialmente e não só representá-la e anunciá-la. A questão era justamente caracterizá-la e construí-la, posto que os *media* são um dos mais importantes dispositivos contemporâneos a estabelecer o espaço público e, consequentemente, a produzir o real.

A partir do exposto, entende-se que é através de várias estratégias enunciativas, colocadas em prática pelas duas revistas, que a Aids é elevada à categoria apocalíptica de artífice do juízo final, do qual só escaparão aqueles imaculados que se enquadram dentro de um perfil comportamental da sexualidade: monogamia heterossexual com fins procriadores. A epidemia é tomada como pretexto para constatações, avaliações, sugestões e advertências acerca do comportamento sexual. "Já que a Aids é

consequência da homossexualidade, esta precisa, portanto, ser denunciada. Pelos holofotes simbólico-discursivos dos dois emissores, ela vai sendo levada à luz, expostas suas variações, suas formas de obter prazer, revelados os lugares a que pertencem" (SOUSA, 2005, p. 9).

Diante deste cenário desolador, o recém-criado Movimento LGBT, que engatinhava formas de militância e se estruturava enquanto instituição representativa formal em prol dos seus direitos civis junto ao poder público, se viu obrigado a rever prioridades de ativismo. Como se defenderia dos discursos homofóbicos e culpabilizantes de uma epidemia mundial? Ou melhor, como construiria um foco de ação direcionado às políticas públicas se havia uma grande perda de energia por conta dos esclarecimentos que haviam de ser feitos em relação à Aids?

Pragmaticamente, os LGBT "ganhavam de presente" uma atenção maior por parte do governo, porém não sob uma perspectiva sociológica e de reconhecimento cidadão, enquanto sujeitos atuantes de uma política nacional, mas sim sob um viés da saúde; da enfermidade. Tal fato se comprova quando se constata que a primeira pasta do governo a criar políticas públicas específicas para a população LGBT, com intuito de "segurar" a epidemia, foi o Ministério da Saúde, que a partir desse momento começa a desenvolver uma série de estratégias para atuar no controle da doença – propagada pela grande mídia como decorrente da promiscuidade homossexual.

No entanto, paralelamente à histeria midiática da Aids, crescia a preocupação do Movimento LGBT de não se tornar meramente um esclarecedor das origens do vírus. Houve um racha – que, aliás, é muito comum neste movimento social, como bem ressalta Regina Facchini – entre aqueles que defendiam o posicionamento político de defesa de direitos de cidadania e outros que preferiam militar em busca de políticas públicas direcionadas ao combate do HIV/Aids.

O Grupo Triângulo Rosa (RJ), por exemplo, passará por uma reformulação, inclusive estatutária, com intuito de reafirmar sua luta política e seus objetivos enquanto organização de defesa dos diretos dos homossexuais. Como bem registra Cristina Câmara, não era objetivo do grupo de desfazer do legado construído a partir das discussões sobre identidade e acesso a direitos civis.

> O Triângulo Rosa entendia que a prevenção à Aids era importante, mas demonstrava a preocupação com a defesa dos direitos dos homossexuais e temia que houvesse um enfraquecimento nessa luta. Esta mesma defesa, em um dado momento, foi questionada pelos participantes do grupo, gerando uma mudança no seu subtítulo, embora na sua atuação a 'liberação homossexual' e a 'defesa dos

> direitos de homossexuais' não apareçam desvinculadas (CÂMARA, 2002, p. 66).

É importante ressaltar também que ao final da década de 1980, foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte. Era o momento de se começar a desvincular o conceito de homossexualidade da doença e reivindicar por direitos de cidadania mais amplos. O processo de se construir uma nova Constituição Federal mais democrática demorou cerca de um ano, caracterizado pelo esforço do Movimento LGBT de, através de correspondências trocadas com outros grupos, com parlamentares e intelectuais, incluir a expressão "orientação sexual" nos Direitos e Garantias Individuais – o que não se concretizou, mas com certeza sinalizou para o Congresso Nacional e toda a população de que esta seria sua principal demanda para a próxima década.

> A conjuntura marcada pela epidemia da Aids acabou proporcionando uma crescente mobilização dos gays em organizações políticas. Além de voltados para as organizações não-governamentais que hoje trabalham com a prevenção e a educação sobre a Aids, os gays também passaram a pensar novamente sobre o seu lugar na sociedade civil (CÂMARA, 2002, p. 73).

No final da década de 1980, o assunto HIV/Aids acabou sendo abraçado por grupos que tinham como perspectiva reunir, sistematizar e divulgar informações atualizadas e cientificamente fundamentadas sobre a epidemia, construindo uma rede para fomentar a elaboração e implementação de campanhas de prevenção adequadas à realidade brasileira. Com isso, ONGs como o Grupo Pela Vidda, fundado em 1989, e a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA), fundada em 1987, iniciaram o auxílio no acompanhamento da formulação e a implementação de políticas públicas para soropositivos – processo que não é o foco desta dissertação[9].

Já a década de 1990, entendida por Facchini como um "reflorescimento" do Movimento LGBT, foi marcada pela multiplicação de grupos, cujo objetivo era lutar por mais inserção política nas conquistas de direitos civis aos LGBT, distanciando-se do viés da saúde. Assunto do próximo item deste capítulo.

[9] Ver MARQUES, M.C.C. *A emergência política da Aids/HIV no Brasil*. São Paulo: USP, 2001.

1.3 Sedimentação e estratégias do Movimento LGBT para ganho de visibilidade

Como visto anteriormente, o final da década de 1980, com o término da ditadura militar e o frenesi da redação da nova Constituição de 1988, foi marcado pela institucionalização de grupos que compunham, de certa forma, o Movimento LGBT brasileiro. Foi com este cenário, que os encontros nacionais começaram a ocorrer com maior frequência e a fundação de novos grupos e organizações LGBT a pipocar pelo país afora. O principal era o Encontro Brasileiro de Homossexuais, que em 1990, em sua quarta edição, contava com seis grupos; e em 1995, com 84 organizações (FACCHINI, 2005).

A maioria dos grupos estava sediada na Região Sudeste, principalmente, no eixo Rio-São Paulo. Com o crescimento vertiginoso de organizações, era notável a multiplicidade de opiniões e sugestões da forma como deveria se conduzir a agenda política nacional. Para finalizar seu relato sobre o "reflorescimento" do movimento homossexual na década de 1990, Regina Facchini ressalta que "não somente aumentou o numero de grupos/organizações do movimento, como houve uma diversificação de formatos institucionais e propostas de atuação. Por outro lado, notam-se também uma ampliação da rede de relações sociais do movimento e a presença de novos atores" (FACCHINI, 2005, p. 149).

As relações se ampliaram. Era necessário expandir-se e abrir novas conexões com os mais diferentes setores sociais, dialogando com os outros movimentos, poder público e, sobretudo, a própria comunidade LGBT. E, para isso, atuar principalmente no Congresso Nacional, nos lugares de fala dos Conselhos ministeriais, nas disputas políticas por visibilidade. Os grupos entenderam que era preciso centralizar mais as demandas, a fim de atuarem de forma mais cirúrgica e focada.

A fundação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), em 31 de janeiro de 1995, representou a materialização de um amadurecimento político do Movimento e uma resposta à necessidade de uma centralização e representação junto ao Governo Federal. Hoje, a ABGLT é uma rede nacional de 308 organizações, considerada a maior rede LGBT da América Latina. A institucionalização de um movimento social ao nível nacional pode ser encarada como um passo importante para o ganho de visibilidade; representa força e organização.

No entanto, o presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), à época da fundação, era indiferente às demandas do Movimento LGBT. Pouco se avançou no que

se refere à política pública voltada para este segmento populacional em seu mandato. O Movimento se esforçava, articulava parlamentares apoiadores, mas nada de efetivo, no âmbito do Governo Federal, acontecia em prol dos direitos de cidadania dos LGBT. Foi necessário sensibilizar, conscientizar e, sobretudo, publicizar as bandeiras de luta, de modo que o combate à homofobia e o acesso à cidadania por LGBT ganhassem notoriedade e visibilidade junto à sociedade brasileira.

A ocupação massiva do espaço público, na maioria das vezes, a principal avenida da localidade, foi sendo aplicada como uma das principais estratégias de visibilidade para as questões do movimento, as chamadas Paradas do Orgulho LGBT. Os veículos comunicacionais ainda constituem uma importante caixa de ressonância para a amplificação e propagação do evento, mas aqui já é observado um caminho diferente se comparado aos roteiros de filme, novelas, documentários etc. Ou seja, o Movimento LGBT é quem implanta uma agenda a ser coberta por aqueles veículos, por instaurar uma realidade impactante em um espaço público reconhecido e, sobretudo, visível. É o evento como a própria mídia.

Esta dissertação encara a Parada do Orgulho LGBT como um megaevento midiático. Já há autores, principalmente da área das Relações Públicas, que entendem os grandes eventos como mídia, principalmente porque eles conseguem representar e comunicar culturas, além de viabilizar uma conectividade entre seus participantes e propiciar uma transformação de corações e mentes. O pesquisador e professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Uerj, Ricardo Ferreira Freitas, é um dos teóricos que sustenta a conceituação de megaeventos como mídia.

> Entendemos esses eventos como mídia por exporem os cosmopolitismos, as culturas nacionais e as culturas locais, propondo traduções interculturais a cada dado. (...) Esse quadro é especialmente importante para o campo das relações públicas devido ao novo conjunto de dados e de ações a serem pensados nas organizações e nos poderes públicos quanto ao diálogo entre cidadania e espetáculo. (FREITAS, 2011, p. 2).

Como exemplificação da estratégia discursiva e política por parte do movimento quando implantta a Parada do Orgulho LGBT, abaixo seguirá um trecho de uma entrevista realizada por Wellington Viana para a revista de mídia alternativa *Vírus Planetário* com o vice-presidente, à época, da Associação da Parada do Orgulho de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (APOGLBT), Murilo Sarno. Questionado sobre os ganhos trazidos pelos números extraordinários da Parada LGBT, o militante diz o seguinte:

> O ganho maior é a visibilidade. Não se consegue ignorar uma manifestação pacífica de três milhões de humanos no planeta. Então, essa foi a coisa que mais chamou a atenção e as pessoas percebem. E isso é uma coisa curiosa: nós checamos sempre como está isso ao redor do mundo e nós encontramos, no ano passado [2007] e retrasado [2006], questões de homofobia levadas para a mídia na China e no Japão. Em lugares que nem se falava a palavra, de repente, ela surge. As pessoas já começam se questionar, se tornando um ganho para nós; o que é o principal: as pessoas ao redor do mundo estão ouvindo falar de homofobia e do que se trata isso[10].

As Paradas do Orgulho LGBT têm estado entre os principais eventos das cidades onde são realizadas. A manifestação massiva chama a atenção de muitos turistas que acabam movimentando o chamado *pink money* (NUNAN, 2003), tão cobiçado pelo setor de serviços, como a hotelaria. No carnaval, por exemplo, que também é tido como uma época com alto fluxo de homossexuais circulando no Rio de Janeiro, o dinheiro rosa movimenta a economia da cidade.

No entanto, não há quaisquer investimentos da iniciativa privada[11] para garantir a realização da Parada do Orgulho LGBT na cidade – tida pelo movimento como um forte instrumento de revindicação de direitos LGBT. No caso do Rio de Janeiro, diferentemente de São Paulo que já conta com o patrocínio da empresa de preservativos *Olla* e do canal de TV a cabo *Netflix*, o financiamento do evento é feito a partir de repasse de verbas governamentais, justificadas a partir de projetos que encaram a Parada LGBT como mecanismo de penetração do governo, em suas três instâncias (federal, estadual e municipal), cujo intuito é capilarizar campanhas contra DSTs e/ou de promoção dos direitos humanos. Também há consideráveis aportes da Petrobras – a principal patrocinadora do evento no Rio, desde 2009.

Apesar de muitos propagarem a ideia de que as paradas não passam de um grande carnaval fora de época ou, para os mais conservadores, de um dia em que as principais avenidas das cidades viram territórios de liberações amorais e antro do livre tráfico de entorpecentes, é míope negar a raridade da aglutinação populacional com um intuito político. Segundo Silvia Ramos e Sergio Carrara, “as paradas se organizam justamente em torno de uma espécie de denominador comum que agrega todo esse

[10] Entrevista concedida a Wellington Viana em julho de 2008 para a revista *Vírus Planetário*.

[11] A produção de uma Parada do Orgulho LGBT, além de muito trabalhosa, pressupõe verba para a execução das atividades e pagamento dos profissionais envolvidos. O não envolvimento de empresas privadas como patrocinadoras do evento, talvez por preconceito ou insegurança de impacto na imagem da marca, faz com que ONGs fiquem a mercê de governos, que por sua vez, sempre estão submetidos a joguetes políticos. Inúmeras vezes as datas de Paradas são adiadas por falta de repasse orçamentário. O Movimento LGBT, de uma maneira, geral, lamenta esta dependência.

universo, a luta contra a discriminação e o preconceito que atingem diferentes 'minorias sexuais'" (RAMOS; CARRARA, 2006, p.195).

A ativista e ex-assessora do programa RSH, Heliana Hemetério entende que a Parada do Orgulho LGBT ainda é um espaço de representatividade, apesar das críticas de sua despolitização. Para ela, como a comunidade LGBT é bastante estratificada, não seria plausível a cobrança de um tipo específico de comportamento político.

> Apesar das críticas de muitos a respeito da despolitização das paradas, considero que ainda é um espaço de representatividade dessa população, com suas diferenças, inclusive à maneira de ver a parada LGBT. Não podemos desejar que gays, lésbicas, travestis e transexuais, que passam o maior tempo de suas vidas nas camadas populares que se comportem politicamente [iguais]. Aliás, o que é comportamento político? Percebo que por parte dos organizadores há preocupação de politizar a parada com temas importantes, como "Fim da Homofobia"; "Homofobia é crime"; "Direitos para todos", enfim. Porém, outro grupo cobra da população comportamento político que nada mais é a normatização, ou seja, proíbem seios de fora das travestis e transexuais. Como assim? É proibida a subversão dos subvertidos?[12]

Independentemente de todos estarem, naquele momento, conscientes do desempenho de um papel político, a multidão se faz presente; e a difusão e transmissão daquelas imagens vinculadas ao seu propósito original – por mais direitos de cidadania – é a espinha dorsal de toda a estratégia política LGBT. É a partir da visibilidade alcançada que o Movimento construirá o trampolim para se lançar e furar as barreiras da agenda política nacional.

As paradas reúnem um contingente considerável de pessoas que interfere na vida da cidade; no trânsito; nas estratégias de segurança pública; no deslocamento de policiais, bombeiros; no funcionamento de hospitais; e na cobertura da imprensa. A partir do momento que uma pequena parcela da população consegue mobilizar uma multidão em prol de suas reivindicações, o restante da sociedade, minimamente, se interessará ou tentará compreender o porquê daquela manifestação massiva.

A quantidade de pessoas e de trios elétricos tocando música eletrônica é impactante; além de, geralmente, as paradas serem realizadas nas principais avenidas da cidade. Ou seja, o intuito é chamar a atenção; é a tentativa de driblar o *status* de minoria invisível e mostrar que ele não impede a obtenção de direitos cidadãos. É um exercício de autoafirmação e de capacidade de se impor diante de uma sociedade preconceituosa e

[12] Entrevista concedida ao autor em 22 de setembro de 2015.

violenta, incapaz de lidar com a alteridade. Em seu livro *Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia,* Jesús Martin-Barbero, quando discorre sobre as revoluções populares nas cidades, se aproxima dessa característica que estampa as reivindicações LGBT, a saber:

> [...] a instalação de uma outra dimensão do popular, a da expressividade do tumulto feito de gargalhada e descontração, assovios e ruídos obscenos, grosserias por meios das quais as pessoas liberam, misturadas, a rebeldia política e a energia erótica. (...) Para além do peso específico que essas "expressões" do popular podem assumir em cada situação nacional, o decisivo é o assinalamento do sentido que elas adquirem: são as massas tornando-se socialmente visíveis, "configurando sua fome de ascensão a uma visibilidade que lhes confira um espaço social" (MARTIN-BARBERO, 2009, p. 269).

A ambiguidade dessa mobilização social, justificada exatamente pela promiscuidade entre o discurso político e o ambiente festivo, delineia uma estética política peculiar do Movimento LGBT. As cores do arco-íris impregnadas de conteúdo ideológico vestem aquela massa populacional, atribuindo-lhe uma conotação reivindicatória de direitos de cidadania, a partir do ideário da multiplicidade das sexualidades.

É na aparente desordem das Paradas do Orgulho LGBT, cuja estética se configura como uma peculiaridade sensível daquele discurso político envolvente, que a sociedade e, por conseguinte, os parlamentares se darão conta da força desta parcela da população. Segmento que por si só já é demasiadamente diferente entre si, mas que em prol de um benefício em comum, une-se massivamente em um espaço público, reconhecido e visível.

> Quanto ao comum (instaurador do vínculo), é precisamente este plural manifestado na totalidade das vinculações humanas, que não se deixa definir nem como uma unidade universal abstrata, nem como uma centrifugação de diferenças. Não se trata, portanto, de um mero estar-juntos, entendido como aglomerado físico de individualidades (por exemplo, a comunidade enquanto massa gregária substancializada), e sim da condição de possibilidade de uma vinculação compreensiva. O comum é a sintonia sensível das singularidades, capaz de produzir uma similitude harmonizadora do diverso (SODRÉ, 2006, p.69).

No entanto, é importante frisar que a utilização de eventos e "momentos culturais" por parte de forças políticas não é um comportamento de agora, como pode parecer. A espetacularização de discursos imbuídos de ideologia há muito vem sendo adicionada como uma das formas de persuasão e visibilidade social. Pode-se constatar tal fato a partir da análise da postura dos construtivistas russos nos primeiros anos da Revolução de Outubro, os pomposos discursos de Hitler na Alemanha e a promoção

exacerbada da seleção brasileira à época da ditadura militar no país. O que muda é a forma e o grau de importância desse estilo político, que deixou de ser um tópico, um "braço cultural" do movimento para se transformar no próprio movimento. A estética se tornou, essencialmente, a *práxis* política de muitos movimentos sociais, especialmente o LGBT, pois

> Estética ou estesia são de fato designações aplicáveis ao trabalho do sensível na sociedade. É um tipo de trabalho feito de falas, gestos, ritmos e ritos, movido por uma lógica afetiva em que circulam estados oníricos, emoções e sentimentos. A emoção é o que primeiro advém, como consequência da ilusão que fazemos de caminho para chegar à realidade das coisas (SODRÉ, 2006, p. 46).

Ora, a Parada do Orgulho LGBT, principalmente do Rio de Janeiro e São Paulo, cria um clima envolvente: os trios elétricos, com suas músicas eletrônicas, as cores das bandeiras, das bolas, a decoração das ruas, a presença de políticos e das *drag queens* reconhecidas pela cena LGBT promovem uma estética essencialmente sensorial e inebriante. Os discursos das lideranças políticas propalados ao microfone e propagados pelos alto-falantes dos trios ecoam pelos espaços urbanos como palavras de ordem à massa colorida. "Viva às lésbicas! Viva aos gays! Viva aos bissexuais! Viva às travestis! Viva às/aos transexuais! Viva aos heterossexuais!" são brados emitidos pelas lideranças que representam manipulações retóricas e estéticas das emoções – estratégia exitosa e já experimentada por grandes lideranças políticas, como o próprio Muniz Sodré cita em sua obra:

> As táticas de discurso hitleristas configuram-se, primeiramente, como estéticas, na medida em que, como toda exaltação fanática, legitimam pela dimensão sensível as suas convicções políticas e religiosas. Depois, são em grande parte velhos artifícios políticos de discurso, recorrentes no passado, principalmente no âmbito do uso racionalista do afeto pela retórica. Esta, já vimos, se caracteriza como a arte da expressão e da persuasão empregada como técnica política, em virtude de seus efeitos de instrumentalização e controle dos discursos. Serve para convencer, no sentido racionalista do termo, e para agradar ou bajular, o que dá bem o alcance de seu aspecto afetivo ou irracional – portanto, em linhas gerais, serve para comunicar ideias e emoções, produzindo sensações. Retórica e estética entrelaçam-se com muita frequência. (SODRÉ, 2006, p. 74 e 75).

Diante do exposto, a Parada do Orgulho LGBT se calcifica como um dos principais caminhos de busca pela visibilidade das demandas e revindicações da comunidade LGBT. O espetáculo que ela proporciona encontra respaldo e ressonância na mídia, que acaba sendo, contrariamente ao que ela representou na década de 1980

com o *boom* da Aids, um dispositivo primordial do Movimento LGBT para a concretização de suas pautas reivindicatórias.

1.4 Processos de implementação de programas governamentais LGBT

Foi com a subida de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à presidência da República que os diálogos entre sociedade civil e poder público, pelo menos ao que se refere às políticas públicas LGBT, começaram a se tornar mais constantes, além de propostas concretas para o desenho de um programa governamental que representasse um acolhimento das demandas do movimento por parte do Executivo. A abertura do presidente à causa LGBT ajudou, mas certamente a envergadura e atenção do governo para as questões dos direitos humanos foram frutos de lutas e empenho de décadas dos movimentos sociais.

No entanto, ainda no governo de seu antecessor Fernando Henrique Cardoso, foi criada a extinta Secretaria Especial de Direitos Humanos, que tinha status de Ministério, com o intuito de possibilitar um engajamento efetivo do Governo Federal em ações voltadas para a proteção e promoção de direitos humanos. Em 2001, FHC, através de seu secretário especial dos Direitos Humanos à época, Nilmário Miranda, deu posse ao Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD.

> A criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, em outubro de 2001, foi uma das primeiras medidas adotadas pelo governo brasileiro para a implementação das recomendações oriundas da Conferência de Durban. Entre as vertentes temáticas tratadas pelo CNCD está o combate à discriminação com base na orientação sexual. Representantes de organizações da sociedade civil, dos movimentos de gays, lésbicas e transgêneros integram o CNCD e, em 2003, criou-se uma comissão temática permanente para receber denúncias de violações de direitos humanos, com base na orientação sexual. Além disso, em novembro de 2003, o CNCD criou um Grupo de Trabalho destinado a elaborar o Programa Brasileiro de Combate à Violência e à Discriminação a Gays, Lésbicas, Travestis, Transgêneros e Bissexuais (GLTB) e de Promoção da Cidadania Homossexual, que tem como objetivo prevenir e reprimir a discriminação com base na orientação sexual, garantindo ao segmento GLTB o pleno exercício de seus direitos humanos fundamentais (CONSELHO, 2004, p. 13).

Lula então criou o *Programa Brasil sem Homofobia* (BSH), em 2004, como sinalização do governo federal diante da sociedade que ele agora passou a contemplar demandas da população LGBT, historicamente excluída das políticas públicas. O Programa, que pode ser considerado um marco político em defesa dos direitos de cidadania LGBT, representa um ganho de visibilidade para a promessa de combate à

homofobia. A visibilidade que o BSH traz para as questões LGBT é de suma importância para que elas adentrem às pautas políticas e midiáticas. O acolhimento do Estado, por mais que suas políticas não sejam cumpridas de fato, é um passo adiante de uma História de discriminação, indiferença e, sobretudo, invisibilidade.

Logo no início da publicação que discorre e detalha vários pontos do BSH, o CNCD elenca as quatro principais ações do programa, a saber: apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia; capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos; disseminação de informações sobre direitos, de promoção da autoestima homossexual; e incentivo à denúncia de violações de direitos humanos do segmento LGBT.

O BSH trazia um programa de ações a serem implementadas nas mais variadas áreas sociais, como saúde, segurança, justiça, trabalho, educação, cultura etc., justamente porque envolvia "Ministérios e Secretarias do Governo Federal que, além de serem coautores na implantação de suas ações, assumem o compromisso de estabelecer e manter uma política inclusiva em relação aos homossexuais" (CONSELHO, 2004, p. 27).

Lula convocou a 1ª Conferência Nacional LGBT, realizada entre os dias 5 e 8 de junho de 2008, na qual o presidente esteve presente. O evento teve a temática "Direitos Humanos e Políticas Públicas: O caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais". O encontro contou com 60% de participação da sociedade civil e 40% participação do governo e seu objetivo foi propor as diretrizes para a implementação de políticas públicas e o plano nacional de promoção da cidadania e direitos humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (lançado em maio de 2009), bem como avaliar e propor estratégias para fortalecer o Programa Brasil Sem Homofobia.

Antes da Conferência Nacional, conferências foram realizadas em todos os estados brasileiros a fim de desenvolver propostas iniciais e eleger os (as) delegados (as) que participariam da Conferência Nacional. A 1ª Conferência Nacional de LGBT seguiu o exemplo de outras conferências nacionais realizadas para determinar políticas públicas em áreas específicas, como a saúde, mulheres, idosos e igualdade racial. Uma comissão organizadora abrangente composta por 16 ministérios, a Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT e 18 representantes dos movimentos LGBT tiveram a tarefa de elaborar o regimento interno da Conferência, orientar as conferências estaduais e

acompanhar a organização da Conferência nacional. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República foi responsável pela organização deste processo.

Outra demonstração de apoio do governo federal ao movimento LGBT foi o envio de uma carta ao 3º Congresso da ABGLT[13], ocorrido entre os dias 17 e 21 de abril de 2009, em que o presidente da República disse que "só há um modo de a sociedade reconhecer os direitos e a dignidade do segmento LGBT: é, cada vez mais, brigar, é cada vez mais andar de cabeça erguida, é cada vez mais lutar contra o preconceito, é cada vez mais denunciar as arbitrariedades". Além disso, Lula se posicionou frente aos seus opositores quando afirmou que "alguns setores atrasados e ao mesmo tempo hipócritas têm criticado *nosso* governo por apoiar iniciativas que criminalizam palavras e atos ofensivos à homossexualidade".

Logo em seguida, no mês de maio de 2009, o presidente lançou o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, que contempla demandas desde a infância homossexual até a questão das transexuais e travestis, principalmente no que diz respeito ao uso do nome social e à garantia das cirurgias de transgenitalização pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Com esse tipo de atuação, Lula se consagrou como único chefe de Estado a ter uma postura declaradamente pró-LGBT, o que faz o movimento e suas agendas ganharem visibilidade nacional e internacional. Indubitavelmente, isso traz ares positivos para o governo, mas não significa que as políticas foram realmente implementadas ou funcionam de fato, sem entraves e conflitos.

Essas importantes mudanças de entendimento, ou melhor, de visibilidade sobre as questões LGBT por parte do Governo Federal acabaram também por integrarem o cenário de transformações sobre essa agenda nos âmbitos estaduais. No caso do Rio de Janeiro, foco desta dissertação, o Brasil Sem Homofobia serviu de inspiração para a implantação do programa RSH. Para a ativista e ex-assessora do RSH, Heliana Hemetério "a meta do programa era colocar em prática as ações do Programa Brasil Sem Homofobia, programa esse que nunca foi realmente implantado pelo governo

[13] Cerca de 220 militantes se reuniram no hotel Beira Rio, em Belém do Pará para darem suas contribuições na construção da Carta de Belém. Dentre as decisões que o texto prevê, está uma maior aliança com outros movimentos sociais como, por exemplo, o da Criança e do Adolescente para uma luta contra a exploração infanto-juvenil. Além disso, o Poder Legislativo também ganhou atenção especial e ficou decidido que a Frente Parlamentar LGBT deve ganhar muito mais potência para fazer andar os projetos de lei no Congresso. A questão das transexuais nas escolas também foi apontada como uma demanda urgente a ser trabalhada. Este autor participou e integrou a equipe técnica do 3º Congresso da ABGLT.

federal, mas utilizado após a criação como ganho político para alguns”[14]. No entanto, se faz necessário esmiuçar o contexto político fluminense; suas disputas e conflitos políticos, cujas consequências desembocaram na instalação do programa.

Primeiramente, seria um equívoco afirmar que o RSH é a primeira política pública direcionada à população LGBT no estado do Rio de Janeiro. O Disque Defesa Homossexual (DDH), ferramenta principal do Centro de Referência Contra a Violência e Discriminação ao Homossexual – CERCONVIDH, que paradoxalmente foi instalado no governo de Anthony Garotinho (à época PDT, hoje PR) em 1999, é percebido tanto por estudiosos do tema como pelo movimento social como a primeira política pública LGBT do RJ[15]. Tratava-se de um equipamento estadual ligado à Secretaria de Segurança Pública, através do qual a população em questão poderia fazer denúncias de homofobia, mas não apenas isso, como registra a pesquisadora e doutora em Ciências Sociais, Silvia Aguião.

> O DDH, criado na Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, como posto em seu nome, foi desenhado de maneira a não ser apenas um programa de denúncia de violências, mas também de defesa. Os autores [Ramos & Carrara] interpretam o envolvimento de pesquisadores como sendo crucial para que naquele momento o serviço fosse concebido também como um centro de produção de dados e não apenas de atendimento a vítimas. Até então os únicos dados existentes eram oriundos de notícias de jornais, através dos levantamentos organizados pelo GGB, enquanto que os serviços forneceriam material oriundo dos relatos das próprias vítimas. A análise desses dados descortinou dinâmicas bastante diversificadas de violência, revelando que a maior parte das denúncias versava sobre agressões verbais, extorsões, ameaças, agressões físicas e queixas de discriminação ocorridas em contexto de relações próximas dos denunciantes, como a própria casa ou vizinhança (AGUIÃO, 2014, p. 114 e 115).

Como se pode observar, aqui se inicia um envolvimento coletivo entre ativismo, academia e governo na construção de uma política pública direcionada aos LGBT. Na época, o cargo de Secretário de Segurança era ocupado por Luiz Eduardo Soares, um nome reconhecido dentro da área da antropologia, ciência política e segurança pública. Soares mantinha um canal de comunicação permanente com a universidade, cujos pesquisadores puderam alinhavar a política sob seu comando.

> Um dos diferenciais da criação do DDH foi o envolvimento de pesquisadores na articulação, decisivo para que o serviço não

[14] Entrevista concedida ao autor em 22 de setembro de 2015.
[15] É importante registrar que as políticas para HIV/Aids durante anos e até mesmo antes da criação do DDH sustentaram ONGs e grupos LGBT no Estado. Apesar do recorte da saúde, as políticas específicas já existiam e irrigavam os grupos com orçamentos que viabilizaram a existência do movimento político.

> funcionasse apenas para o atendimento de vítimas. Cada atendimento gerava uma ficha de cadastro que alimentava diretamente um banco de dados. Havia o entendimento de que além de aprofundar a compreensão dos tipos e formas de violências que acometem "homossexuais", para usar os termos da época, os dados poderiam funcionar como instrumento de pressão para o fomento de políticas direcionadas. Outro diferencial do atendimento, correlato a este primeiro, era o fato de os dados coletados partirem diretamente das vítimas e não de notícias de jornal, o que permitiu que dinâmicas variadas de discriminação e agressão relacionadas à homofobia fossem vislumbradas, para além dos assassinatos veiculados nos jornais (AGUIÃO, 2014, p. 199).

Para a época, a política foi considerada de vanguarda[16], principalmente se for tomada a análise do perfil do governador Garotinho, fortemente coadunado com setores mais conservadores da sociedade fluminense, principalmente aqueles ligados ao fundamentalismo religioso. No entanto, Cláudio Nascimento, que à época fazia parte da sociedade civil e era membro do conselho gestor dos serviços, discordava de alguns pontos do "desenho da política".

Para Nascimento, que anos depois tornar-se-ia o coordenador do Programa Rio Sem Homofobia, a implementação da política pública LGBT, ainda que fosse apenas o DDH, deveria ter sido conduzida de outra forma. Ele acredita que os militantes da causa não deveriam entrar na gestão enquanto voluntários, pois desta maneira não se legitimariam como representantes e executores de uma política de fato estatal. Nascimento relembra:

> Eu tinha divergência quanto, por exemplo, a forma de ocupação. Que naquele momento acreditava-se que poderia se contar com um militante como uma espécie de voluntário da política pública. Então todos os militantes que adentraram na estrutura eram voluntários. E não técnicos, profissionalizados, institucionalizados como tais. E a gente sabe que no campo do estado, do poder público, e quando eu falo estado é em todos os níveis, se não tiver uma pessoa carimbada, cotulada [sic], reconhecida como parte daquela estrutura institucional ela não vai ser legitimada e reconhecida para um processo de relação institucional interna ou externamente. Então foi o que aconteceu posteriormente. Porque até enquanto eles estavam, que eles tinham força política e tudo mais, o grupo que permanecia de militantes, conseguia dar conta de fazer as coisas, porque tinham algum nível de sustentáculo, a partir deles. Mas quando eles saem, por exemplo, eles viram uma ilha isolada dentro do governo do estado, e passam, por exemplo, a ser um movimento dentro do governo, né?[17]

---

[16] Ver RAMOS, Silvia; CARRARA; Sergio. *A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas*. Physis. Revista de Saúde Coletiva, v. 16 (2), 2006.

[17] Entrevista concedida ao autor em 19 de fevereiro de 2015.

Com a exoneração do secretário Luiz Eduardo Soares, a política perde força. Garotinho enrijece e passa a seguir uma orientação mais fundamentalista em seu governo, pautada pela ortodoxia religiosa que vai de encontro ao acolhimento dos LGBT por parte do Estado. Os dogmas religiosos passam a balizar as ações e a agenda política de seu governo, ecoando pelas estruturas e pala engrenagem burocrática governamental. Como consequência, instaura-se um ambiente inóspito para uma política voltada aos LGBT, pondo fim ao centro e ao DDH.

Ao comparar a primeira iniciativa governamental em prol de LGBT com o segundo momento de inserção das demandas na pauta de políticas estatais do RJ, que será trado adiante, Cláudio Nascimento traz um olhar interessante da forma de "entrada" no governo, que de alguma forma delineia as características de empoderamento do Movimento LGBT naquela época. Para ele, salvaguardada a importância do ineditismo, do contexto histórico e das possibilidades aparentes, o processo de acolhimento foi mediado por um grupo de intelectuais sensibilizados pela causa. Havia uma tutela acadêmica que garantia certa legitimidade à política. Contudo, a ocupação dos LGBT no governo, a seu ver, precisava ter ocorrido de outra forma para que houvesse uma institucionalização daquela política.

Em entrevista a este autor, Nascimento sublinha a importância do embate e da disputa política ocorrida nas eleições de 2006, a fim de justificar a diferença de posicionamento do Movimento LGBT nas negociações de priorização de suas reivindicações na pauta de políticas governamentais. As negociações entre sociedade civil e poder público, ou melhor, entre Movimento LGBT e os candidatos a governador do Rio de Janeiro foram acirradas e debatidas a ponto de se tornarem questões para a plataforma do futuro governo, o que deu o tom da "segunda entrada" dos LGBT no Estado. Ele diz:

> A segunda inserção é diferente. Porque a gente faz uma luta política, no âmbito eleitoral; faz uma disputa de hegemonia simbólica, do ponto de vista de pensar a sociedade secularizada ou religiosa. E a gente enfrenta esse debate no primeiro turno das eleições, que tem consequências no segundo turno, num embate muito forte de forças conservadoras[18].

As eleições para governador de 2006 no Rio de Janeiro foram capitaneadas por Sérgio Cabral (PMDB) e Denise Frossard (PPS), que levaram a disputa para o segundo turno. Marcelo Crivella (PRB), que perdeu o primeiro turno, condiciona seu apoio a

[18] *Idem.*

Cabral no segundo turno à retirada em caráter definitivo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 70) que previa o reconhecimento da união estável de pessoas do mesmo sexo. Sérgio Cabral, portanto, no dia cinco de outubro de 2006, retira a PEC que tramitava no Senado Federal, visando o apoio do bispo licenciado da Igreja Universal e senador Marcelo Crivella à corrida eleitoral.

Para o Movimento LGBT nacional, a PEC 70 não era o carro-chefe das demandas e das estratégias políticas desenhadas para a atuação no Congresso Nacional. As discussões do movimento estavam muito mais focadas na criminalização da homofobia do que propriamente na união civil estável. Não que esta demanda não compusesse o leque de reivindicações do movimento, mas a orientação era unir esforços e atuações para tornar crime a homofobia, como explica Cláudio Nascimento:

> A comunidade LGBT, naquele momento, não concordava com o projeto. Não de fundo, de conteúdo, mas discordava de estratégia. Porque, naquele momento histórico, ainda não tinha força suficiente pra discutir casamento no congresso nacional. A gente não conseguia nem discutir a questão de tornar crime a discriminação contra LGBT, que dirá o casamento. Se a união estável de pessoas do mesmo sexo, de união civil da Marta Suplicy, patinava desde 1995, que dirá um tema como esse. Então, não era um debate de divergência programática com o projeto do Sérgio. Era um debate de divergência de estratégia. De caminho. Qual é era prioridade naquele momento? Acho que é importante dizer isso. E não era o Rio de Janeiro que enfrentava esse debate diretamente com o Sérgio. Era especialmente no nível nacional, que os movimentos discordavam da estratégia. Nós até, no Rio de Janeiro, entendemos que podiam as duas coisas coexistir, no sentido de que você continuaria na estratégia de priorizar as agendas, mas deixa lá o projeto tramitando, quem sabe um dia não tem um espaço?

No entanto, a retirada da PEC 70 do Senado Federal pelo candidato ao Governo do RJ, Sérgio Cabral significou que este, no jogo político, acatou uma solicitação de Marcelo Crivella, aqui representando o conservadorismo e fundamentalismo religioso da sociedade fluminense. O episódio ganha um peso político, que mesmo que a proposta de emenda não fosse o foco do movimento, sua retirada serve de munição para um posicionamento estratégico por parte do Movimento LGBT no segundo turno das eleições de 2006.

A comunidade LGBT reagiu. O movimento a mobilizou e foram realizadas inúmeras manifestações em repúdio à retirada da PEC 70, fragilizando a campanha eleitoral de Cabral. A mídia, mais uma vez, instrumentalizada pelo Movimento LGBT, a partir de um forte trabalho de assessoria de imprensa, que contemplava envio de *releases* detalhados e *folloow up* com os principais jornalistas e formadores de opinião,

acabou por espetacularizar este processo, conferindo ao debate uma visibilidade que propiciou a emergência das reivindicações LGBT na pauta das discussões prioritárias do segundo turno das eleições de 2006 para governo do RJ. Nascimento relembra:

> Nós fizemos a disputa comunicativa-política e a grande fala na época era: não entendemos como é que o Sérgio, que é uma pessoa aliada da temática, vai retirar um projeto ligado à temática LGBT, a pedido de um político religioso? Que era contrário à agenda. Mas aí [Sérgio Cabral diz]: "Poxa, Cláudio! Vocês eram contra essa agenda. Vocês não queriam esse projeto". Sim! Mas a questão agora não é mais o projeto em si. Mas o que isso na atmosfera simbólica da política pode representar na cena governamental federal futura. Por quê? Isso pode ser uma sinalização muito forte do que pode ser a agenda dos direitos humanos e de diversidade. E isso não tem a ver com a pessoa do Sérgio Cabral. Eu estou falando de forças políticas que vão gestar o Estado, que é além de uma pessoa, que é além da vontade de um governador [...] E aí então eu lembro que a gente fez uma grande negociação durante uma semana. Você pode olhar o RJTV, vários jornais e tal.

A pressão do Movimento LGBT, somada ao acompanhamento e veiculação de matérias jornalísticas sobre o tema, gerou efeito sobre a postura do candidato a governador do RJ, que procura Cláudio Nascimento, reconhecido por ele como um dos principais líderes do movimento, a fim de se reaproximar e "selar a paz". A partir de uma ligação telefônica ao Grupo Arco-Íris, onde Nascimento ocupava o cargo de coordenador político, Sérgio Cabral negocia alguns pontos de sua plataforma de governo que contemplassem demandas LGBT. Depois de acertados os tópicos, o ativista pediu a Cabral um encontro com a imprensa para que ele se comprometesse, publicamente, com o cumprimento das promessas.

As estratégias para os avanços na política LGBT são intrinsecamente ligados à mídia. Toda a fala de Cláudio Nascimento, explicando a costura política e os caminhos trilhados para o ganho de visibilidade das ações, perpassa pelo campo midiático. Ele valoriza este processo de negociação política, mas sempre enfatizando o papel da publicização e veiculação midiática de cada passo na disputa do espaço e do poder. Sobre isso, o superintendente diz:

> Por que falar de política pra falar de política pública, não é? Mas não tem como não falar, porque a gente tá falando é de desejo de estado, desejo de governo e isso só se dá na construção, no acumular desse fazer governo. Que esse fazer governo se faz já no processo eleitoral, quando ele vai se comprometendo com as agendas que ele vai dialogando com segmentos, com setores e com a sociedade, e que de alguma forma a mídia vai publicizando. Então, a gente também usou as mesmas ferramentas que a política tradicional, vamos dizer assim, vem utilizando [...]. Fez a disputa no espaço da superestrutura do

> comunicativo. Então, isso é um elemento diferente de 2008, de 99 e 2000 pra agora, que a gente já entra no governo numa cena de protagonismo e não na cena de pedinte. E não na cena de um favor.

A ativista Heliana Hemetério, que futuramente se tornaria assessora de Cláudio Nascimento no programa Rio Sem Homofobia, fala que, no momento das negociações com o futuro governador, o movimento e o poder público chegaram à conclusão de uma espécie de "tripé da cidadania", que seria a própria demonstração de acolhimento das demandas LGBT na possível gestão de Cabral e daria a sustentação para a execução das políticas públicas que seriam implantadas.

> Eu me lembro de que na época da primeira eleição do Sérgio Cabral ficou acordado que seria criado uma coordenadoria LGBT, conselho e plano. O tripé da cidadania. Durante a campanha, o candidato foi pressionado pela bancada conservadora através do Crivella; naquele momento os ativistas se reuniram e pressionaram o futuro governador. Após a eleição, Cláudio Nascimento foi convidado para assumir a Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado. E daí iniciou-se o processo de criação do programa Rio Sem Homofobia[19].

Sérgio Cabral ganhou as eleições de 2006 e se tornou o governador do Estado do RJ. Já em novembro, o peemedebista, através de sua Secretária de Assistência Social e Direitos Humanos, Benedita da Silva (PT/RJ), convidou Cláudio Nascimento a assumir a pasta LGBT do governo. Ele conta que demorou quase sete meses para aceitar o convite, justamente por temer reproduzir praxes políticas de cooptação de líderes de movimentos sociais para dar resposta a uma determinada crise política ou uma ausência de atuação em uma área específica do governo.

A preocupação de Cláudio e de todo o Movimento LGBT fluminense era se o interesse do governador pela agenda LGBT seria levado adiante pelo governo. Eles estavam inseguros de que a nomeação ocorresse apenas para "inglês ver" e afastar o monitoramento da mídia, não havendo assim uma política pública de fato. É neste momento que ocorre mais um episódio da história da construção de políticas públicas no RJ.

O pastor e deputado estadual Edino Fonseca (PR) entrou com uma representação no Tribunal de Justiça do RJ contra a Lei Estadual 3786/01, uma emenda à Lei 4320/2004, que dentre outras providências, reconhecia como dependente, para efeitos de pensão, a pessoa que mantenha união estável com servidor estadual do mesmo sexo.

[19] Entrevista concedida ao autor no dia 22 de setembro de 2015.

A Lei foi declarada inconstitucional pelo Órgão Especial, por maioria de votos. Os desembargadores entenderam que há vício formal de iniciativa, uma vez que a Lei, de autoria do Poder Executivo, recebeu emenda na Assembleia Legislativa do RJ (ALERJ), que foi vetada pela então governadora Rosinha Garotinho – antecessora de Sérgio Cabral. A emenda, no parágrafo 7º, artigo primeiro, equiparou à condição de companheiro ou companheira parceiros do mesmo sexo.

O Movimento LGBT enxergou aí uma grande oportunidade de o atual governador sinalizar publicamente que levaria a sério e cumpriria suas promessas de campanha. Carlos Minc (PT) – político ligado às minorias e futuramente secretário de Meio Ambiente do governo Cabral –, juntamente com Cláudio Nascimento, solicita ao governador que apresentasse o projeto de Lei à ALERJ, já que, por conta do aumento de despesa, esta era uma responsabilidade do Poder Executivo. Cabral aceita a manobra política e envia a mensagem à ALERJ, onde afirmou que a alteração na lei cumpre as disposições dos artigos 1º, III e 3º, IV da Constituição Federal, que engendra nos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana, a redução das desigualdades sociais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, como registra a seção "Nossa História" do portal na internet do RSH[20].

Assim, na tarde do dia 15 de maio de 2007, a ALERJ aprovou o projeto de lei que reconhece, para fins previdenciários, companheiros (as) do mesmo sexo de servidores públicos do estado. O PL 215/07 foi aprovado em regime de urgência e votação única por 45 votos a favor e 15 contra, tornando-se a Lei 5034 de 2007. Nesse momento, o Movimento LGBT começou a ter mais segurança em relação às intenções do governador, como relembra Cláudio Nascimento:

> Ali dava uma puta sinalizada de que então a agenda ia ter um espaço de importância, de legitimidade dentro do governo. Ai dava uma segurança maior pra nós de que realmente não era uma coisa pra inglês ver. Que não era mais pra gente ficar sentadinho numa cadeirinha, numa salinha, como um monte de outras representações e ficar ali enxugando gelo. Então, eu sempre digo que é assim: a construção de política pública interna, todos os emaranhados de sistema, de processo, de fluxos, de rotinas dependem da política. Dependem de qual lugar ela ocupa na cena maior. Se não tiver um lugar de importância, ela vai ser renegada, excluída e invisibilizada.

As negociações para a entrada do governo, deste modo, começaram a ficar mais intensas e mais factíveis. Segundo Cláudio, durante os meses que se seguiram até o

[20] Disponível em: http://bit.ly/1CgfeJW. Acesso em 12 de abril de 2015.

aceite final, inúmeras conversas foram realizadas com as ONGs e grupos LGBT, de modo que a agenda de ações e estratégias fosse ampliada da maior e melhor forma possível e que não ficasse restrita apenas as sugestões do Grupo Arco-Íris, sua base política. O Movimento LGBT, então, respalda Cláudio Nascimento como representante desta bandeira no governo, porém sem antes definir pontos cruciais a seu ver:

> Vai ter orçamento? A gente vai ter condição de ter recursos para implementar as políticas públicas que são desenhadas, as políticas públicas que tão indicadas na carta compromisso? Carta compromisso por um Rio sem Homofobia, que está até na internet também, foi uma blog da época que soltou. Vai ter? Vamos poder constituir uma equipe técnica, com pessoas que a gente possa chamar, de fato, a construir essa política internamente? Vamos ter autonomia pra poder construir essa equipe ou vai vir toda já fechada, com pessoas já indicadas de partido, de lugares diferentes e tal, que talvez não necessariamente tenha compromisso algum com a agenda? E aí fomos fechando. Qual é o espaço que a gente vai ter dentro da estrutura? Que a discussão de espaço, salas e tal, não é só uma questão de ter um espaço porque é vaidade, quer se mostrar. Não. Infelizmente na gestão pública também vale quanto pesa. É a maneira de você também ver se uma política pública tem algum nível de importância; é como ela é tratada internamente na ocupação espacial. Não tem jeito!

No dia 28 de maio de 2007, Sérgio Cabral sancionou a Lei 5034 e junto com a secretária de Assistência Social e Direitos Humanos (à época), Benedita da Silva deu posse à equipe da Superintendência de Direitos Individuais Coletivos e Difusos da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SuperDir | SEASDH), que, entre outras atribuições, tinha o desafio de desenvolver e implementar a política LGBT do Governo do Rio.

Nascimento, mais uma vez, chama atenção para a grandiosidade desta posse, do que ela significava na gestão e para a História, principalmente por ser um marco da entrada dos LGBT no governo do estado sem tutela acadêmica, isto é, oriunda de uma disputa essencialmente política. A partir da mobilização política e interesse do governador e do próprio superintendente, a posse teve uma conotação simbólica do poder político dos LGBT dentro do Governo do Estado do RJ. Nascimento orgulha-se:

> A gente tinha que fazer a sanção [da Lei 5034] e fazer um grande ato de sanção. Porque também era uma disputa simbólica importante! Que tanto servia para gerar um debate no Tribunal de Justiça, que então já que vocês derrubaram, com a nossa iniciativa, a gente restaurou a lei dessa forma. E também uma sinalização para o próprio Poder Legislativo e para a sociedade, né? De que então a agenda seguia no seu curso de construção simbólica de cidadania. Aí a gente então faz a cerimônia de sanção da Lei junto com a posse da superintendência, a minha posse e a posse da minha equipe. E juntamente com oito secretários de governo. Então assim: foi muito forte! [...] Essa foi uma

> posse muito política. Foi muita, muita presença de secretário. Imagina? Secretários de governo irem à posse de superintendente. Estou falando essa coisa não porque fui eu. Não estou dizendo isso. Estou dizendo qual era a importância simbólica disso. Porque até então isso era para ser no máximo com a Benedita, que era minha secretária; e lá dentro da secretaria, uma atozinho lá com uns dez gays e acabou.

É importante sublinhar que a postura da mídia em relação aos LGBT já vinha sendo transformada ao longo do tempo. Desde o *boom* da Aids, onde ela teve um posicionamento negativo em relação a esta parcela populacional até a emergência e cristalização de um Movimento unificado e político, o teor das mensagens veiculadas mudou e ficou mais respeitoso. Com as Paradas, *advocacy* e projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional, paulatinamente, as questões LGBT passaram a ser cobertas pela mídia de uma maneira menos pejorativa. Além disso, a presença de muitas autoridades públicas aos eventos governamentais LGBT, somado ao trabalho de assessoria de imprensa do RSH, da SEASDH e do Palácio Guanabara, com envio de *releases* e *follow up* com jornalistas e formadores de opinião, faziam da mídia uma verdadeira aliada na propagação das notícias.

Adiante, no final de junho de 2007, o governador Sérgio Cabral e seu secretariado lançaram uma "câmara técnica", cujo objetivo era, finalmente, elaborar o Programa Estadual Rio Sem Homofobia. A câmara foi configurada meses depois, por 14 representantes do poder público e outros 14 representantes do Movimento LGBT e de Direitos Humanos, além de especialistas universitários.

Este ato do governador de instalação da câmara técnica, via decreto de n. 40.822/07, foi celebrado com uma cerimônia no Salão de Inverno do Palácio Guanabara. A nomeação dos 28 representantes teve como objetivo a elaboração do RSH, de combate à discriminação e promoção da cidadania LGBT. Aqui, observa-se o início da construção coletiva da política voltada para LGBT no estado. A câmara técnica se reuniu durante seis meses e elaborou um relatório de propostas e ações que foi discutido e aprovado pela 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos para LGBT, ocorrida entre os dias 16 e 18 de maio de 2008, como relembra Nascimento:

> Foi uma conferência na UERJ, com 700 participantes, 500 delegados, sendo previamente realizadas oito conferências regionais, do poder público também, do estado também, realizando nas regiões do estado. Então foi muito legal. A gente foi pra lugares inimagináveis. Cidades que… imagina ir para Natividade, discutir na região noroeste fluminense, qual que era a agenda da comunidade LGBT daquela

> região para o estado? Isso foi muito significativo. E que orientou depois, qual que seria a agenda que a partir de 2009 a agente iniciaria. E aí assim, logo depois da conferência, em 2009, a gente pactua com o movimento o que era prioridade. E aí chegou a conclusão que primeiro tinha que institucionalizar um espaço de diálogo da sociedade civil com o poder público. Então, a primeira ação logo depois da conferência, messes depois, foi elaborar o projeto do conselho de direitos da população LGBT.

O Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT foi criado pelo decreto 41.789/09 pelo governador Sérgio Cabral e iniciou suas atividades com a cerimônia de posse de seus membros no dia 18 de maio de 2009. Até 14 de abril de 2015, foram realizadas 29 sessões ordinárias para tratar das mais diversas pautas, visando consolidar políticas públicas no estado. Uma das ações do Conselho foi a indicação do estabelecimento do decreto do uso do nome social para travestis e transexuais na administração pública estadual, que será analisada nos capítulos seguintes desta dissertação. Outra ação foi o acompanhamento e elaboração da metodologia dos serviços de atendimento a vítimas de violência, como o Centro de Referência e o Disque Cidadania LGBT – equipamentos públicos que também serão comentados adiante.

O Conselho tem por finalidade elaborar, acompanhar, monitorar, fiscalizar e avaliar a execução de políticas públicas para LGBT destinadas a assegurar a essa população, teoricamente, o pleno exercício de sua cidadania. Ainda compete ao CELGBT/RJ, desenvolver ação integrada e articulada com o conjunto de Secretarias e demais órgãos públicos, visando à implementação de políticas públicas comprometidas com a superação das discriminações e desigualdades, devido à orientação sexual e à identidade de gênero.

Articular e definir políticas públicas de promoção da igualdade de oportunidades e de direitos para a população LGBT e prestar assessoria ao Poder Executivo, emitindo pareceres, acompanhando, monitorando, fiscalizando e avaliando a elaboração e execução de programas de governo no âmbito estadual, bem como opinar sobre as questões referentes à cidadania da população LGBT também são de responsabilidade do CELGBT/RJ[21].

Segundo o primeiro número da revista *Rio Sem Homofobia*, lançada em junho de 2012, o Conselho de Direitos da População LGBT "estimula, apoia e desenvolve o estudo e o debate das condições em que vive a população LGBT urbana e rural, propondo políticas públicas, objetivando eliminar todas as formas identificáveis de

[21] Disponível em: http://bit.ly/1G0FYK4. Acesso em 17 de abril de 2015.

discriminação” (CONSELHO, 2012, p. 18). Além disso, a publicação também informa que é de responsabilidade do Conselho propor e estimular políticas transversais de inserção educacional e cultural, com o objetivo de preservar e divulgar o Patrimônio Histórico e Cultural desta população. E as atribuições ainda vão além, segundo esta mesma publicação, a saber:

> fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação em vigor no que for pertinente aos direitos assegurados à população LGBT; propor e adotar medidas normativas para modificar ou derrogar leis, regulamentos, usos e práticas que constituam discriminações contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais; propor e adotar providência legislativa que vise eliminar a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, encaminhando-a ao poder público competente; propor e adotar intercâmbio e convênios ou outras formas de parceria com organismos nacionais e internacionais, públicos ou privados, com a finalidade de viabilizar ou ampliar as ações e metas estabelecidas pelo Conselho LGBT/RJ; manter canais permanentes de diálogo e de articulação com o movimento LGBT - a serem definidos pelo seu Regimento Interno - em suas várias expressões, apoiando suas atividades, sem interferir em seu conteúdo e orientação própria; receber, examinar e efetuar denúncias que envolvam fatos e episódios discriminatórios contra lésbias, gays, bissexuais, travestis e transexuais, encaminhando-as aos órgãos competentes para as providências cabíveis além de acompanhar e monitorar os procedimentos pertinentes (CONSELHO, 2012, p. 18).

O Conselho LGBT é composto por quarenta integrantes, sendo 60% da sociedade civil e 40% do poder público com mandato de dois anos, com a possibilidade de recondução por mais dois anos. São representantes de doze secretarias estaduais; além da ALERJ, Ministério Público Estadual (MPE), Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro (DPGE) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ).

Organizações LGBT, registradas, sediadas e em funcionamento no estado do Rio de Janeiro contam com dezoito representantes. Além delas, são reservadas três vagas para representantes de Organizações de Direitos Humanos, que contemplem em seu programa e/ou missão a defesa dos direitos civis e da promoção da cidadania de homens e mulheres independentes da orientação sexual e identidade de gênero. Especialistas e acadêmicos de renomada expertise e trabalho sobre promoção da cidadania LGBT e combate à homofobia também possuem três cadeiras no Conselho LGBT/RJ (CONSELHO, 2012).

O Conselho tomou posse com grande cerimônia no Palácio Guanabara, no dia 18 de maio de 2009, como dito anteriormente, e contou com a presença da atriz Letícia Spiller proferindo uma mensagem de um mundo melhor e de respeito às diferenças.

Aqui é importante sublinhar mais uma vez o caráter espetacular da política LGBT fluminense. A presença de uma atriz da Rede Globo de Televisão como mestre de cerimônias, somada a um número significativo de Secretários de Estado e a presença do Governador cria um clima de evento noticioso para a mídia, previamente pautada pela assessoria de imprensa do RSH, SEASDH e Palácio Guanabara.

A veiculação e propagação midiática de ocasiões como essa vão se escrevendo na história do estado do Rio de Janeiro e, principalmente, na efetiva entrada dos LGBT nas pautas governamentais. A visibilidade aqui é instrumentalizada pelo Movimento LGBT, a fim de gerar um compromisso público por parte do Governo do RJ com este segmento populacional. É como se a gestão fosse se comprometendo, evento a evento noticiado, com as demandas dos LGBT. Tal emergência e notoriedade vão capilarizando e mobilizando pequenas e grandes instâncias políticas, abrindo brechas em áreas mais conservadoras, onde o trabalho de sensibilização das questões LGBT deve ser feito antes da implementação da política pelos seus executores e multiplicadores. Eles vão tomando ciência da importância e, paulatinamente, aplicando as mudanças, como explica Cláudio Nascimento:

> A visibilidade ou a estratégia de visibilização da agenda pra dentro e pra fora, ela foi e continua sendo o motor, pra fazer com que a agenda possa ter legitimidade, ter enraizamento, ter condições de seguir caminhando. Porque hora e outra, outras agendas vão aparecer também como importantes na cena. E não que as outras agendas não tenham que ter o seu espaço, mas a gente tá falando de uma agenda de disputa discursiva também. E a gente precisa disputar a hegemonia cultural. A hegemonia política. Não podemos ter essa ingenuidade de que a gente já acabou. É um processo de revolução permanente [...] Não pode pensar assim que é um processo dado, determinista, nem pra gente e nem pra eles! Se tá em disputa, vamos disputar. Então eu brinco que no caso da política LGBT, cada mergulho é um *flash*! Precisa ser divulgado.

É neste discurso de "cada mergulho é um *flash*" que a política LGBT no Estado do Rio de Janeiro se desenhou e foi construída a duras penas pelo Movimento LGBT, que percorreu inúmeros caminhos até estabilizar-se, ou melhor, selar uma relação mútua de combate à homofobia e promoção da cidadania LGBT. Hoje, o relacionamento entre sociedade civil e poder público, no que se refere ao campo das políticas públicas, poder-se-ia dizer que é caracterizado pelo diálogo coletivo e democrático, representado pelo Conselho Estadual LGBT.

Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, finalmente foram acolhidos pelo Estado, ou pelo menos, o Governo do RJ vende a ideia de que os acolheu. A gestão

pública reconhece alguns dos seus direitos e diz assegurá-los, a partir da criação do Programa Estadual Rio Sem Homofobia, que trouxe muitas conquistas, porém vive alguns entraves, que dificultam o pleno exercício da cidadania dos LGBT. A homofobia institucional é uma delas, como bem lembra a ativista e ex-assessora do RSH, Heliana Hemetério e que será tratada nos capítulos seguintes.

> Houve e há resistência do Estado às demandas LGBT, embora fizessem parte da Câmara Técnica para criação do Rio Sem Homofobia representantes da sociedade civil, gestores de várias secretarias e acadêmicos. Os representantes da gestão nem sempre cumpriram as metas para implementação do programa. A homofobia silenciosa sempre foi uma constante, até porque naquele momento a superintendência estava alocada na Secretaria de Direitos Humanos que tinha à frente uma representante da Assembleia de Deus [refere-se à Benedita da Silva]. Todas as segundas-feiras havia culto de credos evangélicos no auditório da secretaria[22].

[22] Entrevista concedida ao autor em 22 de setembro de 2015.

Capítulo 2: Das conquistas e impasses

A 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos para LGBT do RJ, ocorrida entre os dias 16 e 18 de maio de 2008, foi de suma importância para a construção do Programa Rio Sem Homofobia. Como explicitado no primeiro capítulo desta dissertação, foi na Conferência, formada por delegados do poder público e sociedade civil, que se teve a deliberação da necessidade de implantação de um Conselho Estadual LGBT, cujas atribuições também já foram relatadas neste trabalho.

No entanto, não foi apenas na instalação do Conselho que a Conferência resultou. O Teatro Odylo Costa Filho, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, foi sede de um dos momentos que marcaria a História do Movimento LGBT fluminense, principalmente devido ao acúmulo dos debates proferidos, que se transformariam em verdadeiras diretrizes para as políticas do programa RSH e sugestões de políticas públicas para o Governo Federal, que estava prestes a realizar sua primeira conferência LGBT nacional, em Brasília.

Apesar de ter acontecido na região metropolitana do Rio, a Conferência foi precedida por oito encontros regionais[23], de modo a apresentar propostas dos mais variados lugares do Estado, com delegados(as) oriundos(as) de outros municípios do RJ. O evento contou com 564 inscritos e a participação de 208 credenciados(as) da sociedade civil – representando delegados(as) eleitos(as) nas oito pré-conferências regionais –, instituições governamentais, legislativas e judiciárias, e as não-governamentais, envolvidas com a promoção da cidadania LGBT nos municípios e no Estado do Rio de Janeiro. Também foram credenciados(as) 133 observadores(as) e convidados(as).

De acordo com a publicação "Revista Rio Sem Homofobia", lançada pelo próprio Governo do RJ, em junho de 2012, a Conferência Estadual LGBT do RJ, convocada pelo decreto 41.196 de 28 de fevereiro de 2008, tinha como objetivos: elaborar diretrizes para a criação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT; avaliar medidas para ampliação do Programa Federal Brasil Sem Homofobia; elaborar diretrizes para a criação do Plano Estadual de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT; ter diagnóstico e proposições para o Plano

[23] Entre março e abril de 2008, ocorreram oito pré-conferências regionais que antecederam a conferência estadual. Foram encontros em municípios estratégicos de modo a facilitar a logística e valorizar ONGs do interior do estado que já desenvolvem reconhecido trabalho com a população LGBT. Foram eles: Nova Friburgo, Macaé, Cabo Frio, Petrópolis, São Gonçalo, Nova Iguaçu, Volta Redonda e Rio de Janeiro.

Nacional de Políticas para a População LGBT; ter avaliação do programa “Brasil Sem Homofobia” com diretrizes para a sua consolidação e ampliação; eleger delegados(as) para a Conferência Nacional de Políticas para LGBT; fortalecer o diálogo entre a sociedade civil e o poder público estadual para ações de combate à homofobia; contribuir para a definição de metas e ações do poder público, visando criar ou ampliar políticas para LGBT em seus diversos níveis; e produzir o relatório final da Conferência Estadual e encaminhá-lo a todas as instâncias aprovadas pelo regimento (CONSELHO, 2012, p.23).

Poder-se-ia aferir, a partir do conhecimento dos objetivos da Conferência, que eles se resumem em construir propostas de promoção da cidadania LGBT e combate à homofobia no âmbito estadual e federal, a partir do debate amplo e democrático do poder público e da sociedade civil. O legado das inúmeras discussões acerca da temática LGBT, trabalhada de maneira intersetorial e transversal, foi o Plano de Ações e Metas do Programa Rio Sem Homofobia, isto é, a Conferência foi o grande pilar de sustentação programática das políticas públicas para LGBT no RJ.

2.1 Programa Rio Sem Homofobia: ações e metas

O RSH é um programa do Governo do Estado do RJ, tutelado pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, que abarca um conjunto de ações estratégicas, transversais e intersetoriais, com apresentação de mecanismos de enfrentamento à vulnerabilidade da população LGBT frente às diversas situações de opressão e exclusão sofridas cotidianamente.

O governo divulga o programa como um articulador de políticas e fomentador de ações de combate à discriminação e promoção da cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Como dito anteriormente, o RSH tem como base os princípios da intersetorialidade, a transversalidade, o diálogo e o controle social**,** por meio da valorização dos espaços públicos participativos (como ocorreu nas conferências LGBT até hoje realizadas) e da implantação do monitoramento e avaliação das políticas, com a viabilidade de acesso às informações e serviços (como a produção de pesquisas acadêmicas e matérias jornalísticas sobre os serviços do programa).

Em seu “Caderno de Ações e Metas 2011-2014”, o RSH traz como objetivos a criação de instrumentos de atualização e disseminação de informações sobre a defesa e garantia dos direitos LGBT; atuação no enfrentamento à homofobia através da

construção e implantação de uma rede intersetorial de proteção jurídica, social e psicológica para vítimas de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero; atuação em ações de educação e cultura para os valores de cidadania, respeito às identidades e promoção da diversidade humana; articulação de ações entre os entes governamentais e sociedade civil organizada; qualificação de gestores públicos e representantes LGBT e outros movimentos sociais que atuam na defesa dos direitos humanos; institucionalização de sistemas de monitoramento e controle social das políticas públicas para LGBT no estado e avaliação das informações e serviços prestados; e mapeamento da homofobia no estado do Rio de Janeiro.

Tais objetivos refletem um conjunto de ações e serviços articulados entre as diferentes secretarias de governo, conferindo assim a intersetorialidade e transversatilidade do programa, caracterizado por uma política de Estado a fim de construir uma rede de proteção social, buscando garantir os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais dos LGBT. A Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos estruturou o RSH, baseada em diretrizes federais, em quatro eixos-temáticos, a saber: Rede de Proteção Básica; Rede de Proteção Especial; Pesquisa, Informação, Educação e Comunicação; e Qualificação da Gestão.

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS (Resolução Federal nº 145/05) organiza a Política Nacional de Assistência Social, aprovada em 2004, como modelo de gestão descentralizado e participativo, constituindo-se como parâmetro de regulação e organização das políticas de assistência social em todo o território nacional. O SUAS organiza uma rede de serviços, ações e benefícios de diferentes complexidades, que se dividem em níveis de proteção social: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE).

Segundo o portal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Governo Federal, a PSB tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e fortalecer vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ ou fragilização de vínculos afetivos-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). A PSB também prevê o desenvolvimento de serviços, programas e

projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada[24].

Primeiro eixo do Programa Rio Sem Homofobia, a Rede de Proteção Básica, voltada ao público LGBT, foi reformulada a partir da conceituação do SUAS, considerando que, segundo o "Caderno de Ações e Metas 2011-2014", a homofobia concentra-se no âmbito da casa e da família e que a discriminação e a violência são fatores de vulnerabilidade da população LGBT, afetando a vida social, afetiva e psicológica. Por isso, a Rede de Proteção Básica é composta de um conjunto de ações e serviços articulados e integrados em uma parceria do Governo do Estado com prefeituras, Governo Federal, universidades e organizações sociais.

Já a PSE é definida pelo governo como a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. São serviços que requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Da mesma forma, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada[25].

Os serviços de proteção especial têm estreita interface com o sistema de garantia de direitos, exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo. A Rede de Proteção Especial, segundo eixo do RSH, está definida como um conjunto de serviços para acompanhamento, avaliação e monitoramento das situações de violência, violação de direitos de LGBT, restabelecimento de vínculos familiares e comunitários, articulado e integrado à Rede de Proteção Básica.

O terceiro eixo do RSH "Pesquisa, Informação, Educação e Comunicação" é composto de um conjunto de ações e serviços visando à disseminação, mobilização e sensibilização social sobre a temática LGBT, articulados e integrados em parceria entre o governo estadual, prefeituras, governo federal, universidades e organizações sociais. Tem por objetivo a produção e circulação do conhecimento acerca da temática LGBT nos mais diversos âmbitos, através de campanhas publicitárias, pesquisas acadêmicas, livros, cartilhas, *folders*, apoio e fortalecimento das iniciativas da sociedade civil e

[24] Disponível em: http://bit.ly/1N8cnPW. Acesso em 2 de novembro de 2015.
[25] Disponível em: http://bit.ly/1SizU5h. Acesso em 2 de novembro de 2015.

eventos de visibilidade massiva, bem como o acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações e dados de violência contra a população LGBT.

Como foi visto no primeiro capítulo desta dissertação, a Comunicação e a visibilidade gerada a partir de suas ações estratégicas são de extrema importância para o programa RSH. As políticas que foram costuradas junto às secretarias de estado tiveram a Comunicação como mola propulsora do programa, que ganha visibilidade e se coloca como pauta da mídia e, por conseguinte, da opinião pública. Adiante, este trabalho tratará mais afundo sobre as investidas comunicacionais/publicitárias do programa, bem como a forma como suas conquistas e impasses eram narrados pela mídia como forma de pressão política para a materialização das políticas e tomada de providências diante de crises.

Por último, mas não menos importante, o quarto eixo-temático do Programa Rio Sem Homofobia - a "Qualificação da Gestão". As ações referentes a este eixo têm como objetivos sensibilizar, capacitar e qualificar permanentemente os servidores públicos e demais funcionários do Estado para a Promoção da Cidadania LGBT e, principalmente, promover o acolhimento qualificado das demandas trazidas por esta população. A qualificação da gestão é feita através de jornadas de cidadania LGBT, seminários, cursos, oficinas, elaboradas de acordo com as especificidades de cada uma das secretarias de estado juntamente com a sociedade civil.

A qualificação da gestão é essencial para desatar o nó que há entre a "vontade" do governo de combater a homofobia e promover a cidadania LGBT de efetivamente conseguir aplicá-la dentro de seu próprio âmbito de governança. A chamada "homofobia institucional" configura um grande entrave para a capilarização e concretização das políticas públicas não só propostas, como aquelas que já se transformaram em resoluções, leis e portarias, mas que não são operacionalizadas pelos servidores públicos estaduais. Adiante, este trabalho trará exemplos de não aplicação das políticas no âmbito da segurança, saúde, educação etc; além de suas implicações na vida cotidiana da população LGBT.

Como visto, o "Caderno de Ações e Metas 2011-2014" traz propostas concretas para a efetivação dos objetivos do programa RSH. O documento, assinado pelo ex-governador Sérgio Cabral e pelo secretariado envolvido com as políticas em questão, tornava público o compromisso da gestão com as políticas sugeridas na Conferência Estadual LGBT e que se tornaram base do programa RSH. São ações com metas estipuladas e com prazo de implantação nas secretarias de Administração Penitenciária;

Assistência Social e Direitos Humanos; Educação; Saúde e Defesa Civil; e Segurança. Além da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro.

As ações que estavam sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) eram: capacitar e sensibilizar em parceria com a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos funcionários que trabalham com população carcerária sobre a questão da homofobia e direitos da população LGBT; garantir o direito à identidade de gênero a travestis e a transexuais durante a permanência no sistema prisional; garantir o direito de acesso ao tratamento hormonioterapêutico nas unidades prisionais para travestis e transexuais; aplicar na íntegra a resolução que regulamenta as visitas íntimas à população LGBT nas unidades prisionais; garantir e incentivar as visitas sociais e ações de inserção social aos presos LGBT; e produzir materiais educativos direcionados à população carcerária LGBT.

Levando-se em consideração as ações descritas no termo de compromisso do governo do estado, ocorreram avanços no sistema prisional do Rio de Janeiro no que se refere aos LGBT. A Resolução 395 da SEAP, assinada pelo secretário Cesar Rubens Monteiro de Carvalho em 28 de março de 2011, regulamentou a visitação de presos e presas custodiados nos estabelecimentos prisionais do Rio de Janeiro. A resolução foi pioneira no país e garantiu isonomia de tratamento a todos os internos, ou seja, LGBT possuem o direito de (re)estabelecer suas relações homoafetivas dentro das penitenciárias.

Em junho do mesmo ano, com a finalidade de circular informações e experiências sobre o tema, coordenadores de segurança, diretores e subdiretores das unidades prisionais da SEAP se reuniram com representantes do RSH para o Seminário “Administração Penitenciária, Homofobia e Cidadania LGBT no Estado do RJ”, como prática do quarto eixo do programa: “Qualificação da Gestão”. Logo em seguida, foi marcada uma reunião para se discutir a utilização da hormonioterapia no sistema penitenciário fluminense, que contou com a participação da Coordenação de Gestão em Saúde da SEAP, SEASDH, Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE/Uerj), Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia (IEDE) e Defensoria Pública. O encontro serviu para garantir a continuidade de tratamento para as pessoas que já utilizam os hormônios antes da prisão e que, por esta razão, tiveram o tratamento interrompido.

É importante destacar que esta resolução teve grande repercussão na imprensa fluminense. Foram publicadas matérias jornalísticas no G1[26], UOL[27], Agência Brasil[28] etc. explicando o teor da resolução e com espaço para fala do secretário da pasta, Cesar Rubens Monteiro de Carvalho, e do coordenador do RSH, Cláudio Nascimento.

Como afirmado por Nascimento, no primeiro capítulo desta dissertação, "cada mergulho do programa é um flash". Esta é uma característica bem peculiar da política LGBT do governo, que costura suas ações de forma casada com a mídia, de modo a gerar visibilidade e legitimidade para as políticas implantadas. A coordenadora de Comunicação do Programa Rio Sem Homofobia, Márcia Vilella esclarece que, sem visibilidade a política se torna inócua, pois a população interessada não saberá dos direitos e benefícios que possui:

> Por que se você não visibiliza essa política, como as pessoas sabem que tem política? Como as pessoas se apropriam dessa política? Você tem que visibilizar essa política e a Comunicação tá ali para isso. E eu falo Comunicação de uma maneira bem ampliada: Comunicação, assessoria de imprensa, campanha publicitária, relacionamento em rede social, peças gráficas... A gente conseguiu fazer tudo isso no Rio Sem Homofobia[29].

Outro assunto que foi bem repercutido pela mídia foi a suspensão do kit anti-homofobia pela presidenta da República, Dilma Rousseff, em 25 de maio de 2011[30]. O kit, que estava sendo analisado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), faz parte do programa Escola Sem Homofobia, do Governo Federal, e continha material didático-pedagógico direcionado aos professores. O objetivo era dar subsídios para que eles abordassem temas relacionados à homossexualidade com alunos do ensino médio. No entanto, após protestos da bancada religiosa do Congresso, a presidenta decidiu pelo veto, gerando grande desconforto no então ministro Fernando Haddad (atualmente prefeito de São Paulo) e no Movimento LGBT nacional.

Cabe lembrar que as propostas de educação oriundas da 1ª Conferência Nacional LGBT (2008), bem como as do "Caderno de Ações e Metas 2011-2014" do Rio de Janeiro, tinham como orientações fomentar, apoiar e realizar cursos interdisciplinares de formação continuada de profissionais e de gestores da educação nas temáticas relativas à orientação sexual, identidade de gênero e novos arranjos familiares para promover nas

[26] Disponível em: http://glo.bo/1OiRpDT. Acesso em 2 de novembro de 2015.
[27] Disponível em: http://bit.ly/1LM22eD. Acesso em 2 de novembro de 2015.
[28] Disponível em: http://bit.ly/1NMAaHW. Acesso em 2 de novembro de 2015.
[29] Entrevista concedida ao autor em 5 de agosto de 2015.
[30] Ver *Dilma Rousseff manda suspender kit anti-homofobia, diz ministro*. Disponível em: http://glo.bo/1LMlV5f. Acesso em 2 de novembro de 2015.

escolas o respeito e o reconhecimento da diversidade sexual e de gênero, além de prevenir e enfrentar o sexismo e a homofobia na educação básica.

As propostas para a área de educação no Rio de Janeiro também incluíam as temáticas de diversidade sexual, orientação sexual, identidade de gênero e novos arranjos familiares nos currículos dos cursos de formação de professores do sistema estadual de ensino; além de criar portaria pela Secretaria de Educação (SEEDUC) reconhecendo a identidade de gênero de travestis e transexuais pelas instituições de ensino, com uso do nome social, permissão do uso do banheiro feminino/masculino e do uniforme feminino/masculino.

O veto significou a fragilidade do governo federal frente às pressões da bancada religiosa do Congresso. A temática LGBT acaba se tornando moeda de troca nos joguetes políticos de Brasília, inviabilizando o processo de aplicação de políticas públicas destinadas à população LGBT – amplamente debatidas pelo poder público e sociedade civil em ocasião de conferências regionais, estaduais e federais. As negociatas políticas rifam direitos civis, ignorando o tempo e o dinheiro investidos por parte do próprio governo e sociedade civil quando propuseram tais políticas de combate à homofobia e promoção da cidadania LGBT.

No caso do Rio de Janeiro, em particular, há reflexos nas escolas de uma cultura heteronormativa, machista e sexista, principalmente com a emergência de uma direita ultraconservadora e fundamentalista religiosa, que perpetra o *bullying* homofóbico cotidianamente nas salas de aula. A Secretaria de Educação instituiu, em 2008, a Coordenação de Diversidade Educacional para promover políticas públicas de reconhecimento e valorização das diferentes histórias e culturas. No que se refere às discussões de orientação sexual e identidade de gênero, a SEEDUC publicou na "Revista Rio Sem Homofobia" que "vem intensificando o trabalho com os gestores da educação e, em 2011, junto aos professores recém-chegados à rede pública estadual" (CONSELHO, 2012, p. 62).

A SEEDUC, juntamente com o Rio Sem Homofobia, promoveu a "Jornada da Educação para a Promoção da Criação da Cidadania LGBT e o Enfrentamento da Homofobia". Dividida em onze encontros regionais, a iniciativa alcançou as catorze Diretorias Regionais Pedagógicas e a Diretoria Especial de Unidades Escolares Prisionais e Socioeducativas (Diesp) do RJ. Entretanto, há de se desenvolver uma maior capilaridade dessas iniciativas de conscientização docente, a fim de inibir a homofobia

nas escolas, que continuam sendo centros de reprodução de uma cultura violenta para com os diferentes.

A ex-coordenadora do Disque Cidadania LGBT (iniciativa que será explicitada adiante), Vera Couto, relata, em entrevista ao autor, que há grande dificuldade de aplicar as orientações do programa RSH nas escolas, mesmo em eventos cujo objetivo é a sensibilização para a temática LGBT. Couto idealizou, juntamente com outros técnicos do RSH, o formato da capacitação de professores no que se refere à promoção da cidadania LGBT dentro das escolas. Ela também participou dessas jornadas e relata que as mudanças não chegam no dia a dia da população.

> Não chega pelo próprio boicote que sofre o segmento por pessoas que estão no poder e que são contrárias a essa ação afirmativa. Infelizmente nós estamos em um momento em que o fundamentalismo [religioso] é muito grande. Quando nós tivemos a jornada da educação no período que eu pude participar, que a nossa participação era junto ali da religiosidade, nós pudemos ver claramente o boicote, tanto na questão da religião quanto na questão LGBT. Porque se você vai para uma escola onde a professora é fundamentalista, você não permite que a questão da liberdade e nem a questão da orientação sexual sejam debatidas. Nós tivemos nessa jornada professores e assistentes sociais que chegaram para nós e falaram 'eu vou falar uma coisa para vocês, o diretor mandou eu vir, mas nada disso vai ser aplicado porque na escola quem manda é ele e a viadagem não é reconhecida'. A gente anotava. Ia, levava panfleto e tentava conversar, abrir o diálogo para sensibilizar as pessoas[31].

Em 12 de março de 2015, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT publicou uma resolução no Diário Oficial da União que determinava regras para o registro e convivência em escolas de todos os níveis e modalidades[32]. De acordo com a resolução, todos os documentos, formulários e sistemas de informações das instituições deverão registrar o nome social informado pela pessoa e todas e todos deverão ser chamadas (os) oralmente pelo nome escolhido. Até então, o reconhecimento do nome social de travestis e transexuais dependia das iniciativas das escolas e das universidades. Alguns estados, como o Rio de Janeiro, já tinham resolução semelhante, porém, agora, a medida passa a valer em todo o país. Além disso, as pessoas também poderão escolher o banheiro e uniformes que querem utilizar, de acordo com sua identidade de gênero.

---

[31] Entrevista concedida ao autor em 17 de julho de 2015.

[32] Ver *Travestis e transexuais poderão usar nome social em escolas e cursos*. Disponível em: http://bit.ly/1Hn5hVO. Acesso em 2 de novembro de 2015.

O pesquisador Lucas Paoli Itaborahy, do instituto *Micro Rainbow International*, publicou uma pesquisa[33] em maio de 2015, que trazia dados sobre pessoas LGBT vivendo na pobreza, no Rio de Janeiro. Os dados e conclusões da pesquisa contradizem os esforços e as políticas públicas que a SEEDUC diz implementar nas escolas do Estado, ou pelo menos, tais investidas estão sendo incipientes frente aos obstáculos enfrentados pela população LGBT no ambiente escolar.

> Metade deles [dos entrevistados] disseram que abandonaram a escola devido à falta de suporte financeiro e à necessidade de encontrar um emprego para sustentar suas famílias e a si mesmos. Um determinado número de entrevistados abandonou a escola como resultado da discriminação que sofreram devido à sua orientação sexual e identidade de gênero. Como resultado, a falta de estudos e/ou qualificações causou impactos negativos em suas oportunidades no mercado de trabalho e em suas condições de moradia (ITABORAHY, 2015, p. 9).

A questão do *bullying* na escola é um assunto que está em pauta entre educadores e pedagogos, que debatem exaustivamente formas de coibi-lo como caminho para uma educação sem traumas ou transtornos. Quando essa prática violenta é somada à questão de discriminação por identidade de gênero ou, em alguns casos, por orientação sexual, os problemas se multiplicam. Porque muitas vezes as vítimas não encontram proteção por parte dos professores e diretores da escola, que ainda estão atravessados por uma cultura heteronormativa cisgênera[34].

> 61% dos entrevistados (vinte e oito pessoas) relataram que foram vítimas de discriminação na escola, Das dezoito pessoas que responderam ‘não’ a esta pergunta, três não estudavam, treze não eram assumidos na escola e se passavam por héteros e três foram discriminadas por outras razões (ITABORAHY, 2015, p. 45).

A dificuldade de conclusão dos estudos por parte da população LGBT, especialmente para as travestis e transexuais, gera uma consequência ainda mais preocupante, que é a exclusão do mercado de trabalho, aprofundando ainda mais as opressões sofridas e a sensação de desamparo. Segundo a mesma pesquisa de Itaborahy, apenas 39% dos entrevistados possuem empregos e a maioria deles com baixa remuneração.

---

[33] A pesquisa qualitativa contou com 46 entrevistas de pessoas LGBT que vivem em situação de pobreza no Rio de Janeiro e teve apoio de ONGs, como Grupo Conexão G, Astra-Rio, Grupo Ellos, Empório Almir França, Grupo Arco-Íris e o Programa RSH.

[34] Em estudos de gênero, cissexual ou cisgênero são termos utilizados para se referir às pessoas cujo gênero é o mesmo que o designado em seu nascimento. Isto é, configura uma concordância entre a identidade de gênero e o sexo biológico de um indivíduo e o seu comportamento ou papel considerado socialmente aceito para esse sexo.

> A discriminação e a estigmatização com base em sua sexualidade e/ou identidade de gênero é outra razão apontada pelos entrevistados pela falta de emprego. O trabalho sexual continua a ser a fonte mais comum de renda para as trans entrevistadas, independentemente se optaram por fazê-lo ou porque não há outras opções. Os sentimentos de desamparo e impotência também são manifestados por uma parte dos entrevistados, por não acreditarem na possibilidade de saírem da pobreza e também por enfrentarem realidades de discriminação, abuso e violência, como resultado de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero (ITABORAHY, 2015, p. 10).

No que se refere à área da saúde, travestis e transexuais também vem encontrando dificuldades para ter acesso aos serviços, seja por negação do uso do nome social em prontuários médicos ou pelos obstáculos enfrentados para ingressarem no processo transexualizador, oferecido gratuitamente pelo Hospital Estadual Pedro Ernesto, da Uerj. A Secretaria de Estado de Saúde divulga que tem desenvolvido esforços para resgatar a cidadania de LGBT e assegurar o acesso dessa comunidade à rede pública de saúde do Estado, com o objetivo de compreendê-la em suas particularidades e especificidades, com especial atenção as suas necessidades.

Na Subsecretaria de Assistência à Saúde (SAS), a Superintendência de Atenção Básica (SAB) criou uma área técnica de saúde da população LGBT, que vem "procurando subsidiar a elaboração de ações de saúde para essa população, integrando-se com outras áreas da Secretaria de Saúde, assim como apoiando ações e eventos que tenham como objetivo garantir a cidadania e dignidade dessa população" (CONSELHO, 2012, p. 61).

A SAB, no mês de outubro de 2012, realizou o "Seminário Saúde da População LGBT – uma questão de cidadania", que teve como objetivo a sensibilização de profissionais de saúde para as especificidades dessa população, também como concretização do quarto eixo do programa RSH (Qualificação da Gestão). A Secretaria divulga ainda que, desde 1999, o Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia Luis Capriglione (IEDE) possui o Ambulatório de Disforia de Gênero,

> a partir da constatação de que pacientes com inadequação do sexo psíquico em relação ao aspecto corporal estavam se submetendo a automedicação, utilizando hormonioterapia sem qualquer orientação endocrinológica, o que acarretava risco potencial de efeitos adversos. Assim, o serviço de endocrinologia do Instituto iniciou as atividades do ambulatório especializado que se destina ao atendimento de travestis e transexuais que demandam a terapia hormonal (CONSELHO, 2012, p. 61).

No entanto, o jornalista d'O DIA, Felipe Martins, produziu uma matéria[35] no dia 20 de abril de 2015, que denunciava o não uso do nome social nos prontuários médicos no Hospital Estadual Pedro Ernesto, único a realizar a cirurgia de transexualização no estado, mesmo existindo o decreto 43.065 de 8 de julho de 2011, assinado pelo então governador do RJ, Sérgio Cabral, que garante o direito ao uso do nome social por travestis e transexuais na administração direta e indireta do estado fluminense.

O Art. 4º do decreto estabelece ainda que a não utilização do nome social pela administração pública direta deverá ser encaminhada para a Comissão Processante criada pela resolução de número 310 da SEASDH, de 29 de dezembro de 2010, em razão da lei 3.406/2000, que penaliza estabelecimentos privados e agentes públicos que discriminem pessoas em razão de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Ainda assim, a matéria jornalística mostra casos de não cumprimento da lei.

> O desrespeito ao nome social pôde ser contatado pela reportagem quando esteve no Pedro Ernesto. Dentro do espaço reservado à equipe que atende aos transexuais, o atendimento é exemplar. Todos são tratados pelo nome que escolheram, de acordo com a identidade de gênero. Entretanto, basta sair desse setor para os problemas virem à tona. A começar pela carteira de identificação dos pacientes no hospital que, em desacordo com o que determina a portaria do SUS, vem apenas com o nome de batismo. Homens e mulheres trans ainda tentam, por conta própria, acrescentar o nome social à carteira, mas, como no caso registrado pela reportagem, o documento é invalidado. Com o documento apenas com o nome de registro, acabam se submetendo a situações constrangedoras dentro do hospital. Quando são atendidos por especialistas fora do setor de atendimento a transexuais, são chamados por nomes que não condizem com a aparência física que apresentam, despertando olhares curiosos dos demais pacientes (MARTINS, 2015, s.p.).

Além disso, as (os) entrevistadas (os) pelo repórter criticam a obrigatoriedade do tratamento psiquiátrico de dois anos, pré-requisito do Ministério da Saúde para cirurgias de transexualização. Segundo as (os) usuárias (os) do serviço que compõem a matéria, as consultas são superficiais e os médicos confundem conceitos de orientação sexual e identidade de gênero, causando verdadeiros entraves nos processos e, por conseguinte, a reprovação da cirurgia. A transexual Bárbara Aires, uma das entrevistadas e também ativista do Movimento LGBT, questiona a falta de preparo dos psiquiatras com o tema em questão e diz que muitas das pessoas trans acabam "montando um roteiro, um personagem para não serem cortadas do processo".

[35] Ver *Transexuais reprovam psiquiatria e apontam desrespeito ao nome social no Pedro Ernesto*. Disponível em: http://bit.ly/1YaM5UR. Acesso em 14 de novembro de 2015.

> Você não pode falar que é uma trans lésbica ou um homem trans gay. O psiquiatra quer te encaixar ao máximo na caixinha. Se você é uma mulher trans, não pode em hipótese alguma dizer que gosta de ser tocada no pênis e se é um homem trans, não pode dizer que gosta de relação que envolva penetração[36].

Contudo, não é somente na área da saúde que os LGBT sofrem com o descumprimento de resoluções, portarias e leis, orientadas pelo Programa Rio Sem Homofobia. A discriminação institucional, ou seja, aquela perpetrada pelos próprios agentes públicos, atravessados pela naturalizada cultura heteronormativa, tem sido um dos principais entraves para a promoção da cidadania LGBT. Servidores públicos reproduzem preconceitos e acabam não fazendo valer direitos civis, ou pelo menos, criam obstáculos para a execução dos mesmos.

Na área da segurança, um dos principais gargalos do Programa RSH, tem sido difícil a operacionalização de algumas conquistas. Muitos LGBT que sofrem homofobia sentem-se acuados e temerosos de se dirigirem a uma delegacia para prestarem queixas formais, devido ao medo de se (re)vitimizarem, servindo de escárnio para os policiais por conta de terem vivenciado uma situação de vulnerabilidade por serem LGBT. A Secretaria de Segurança do Estado do RJ (SESEG) diz se preocupar com a formação de seus policiais, de modo a coibir o tratamento discriminatório de seus agentes.

> A SESEG implementa ações que aperfeiçoam, desde os processos policiais investigativos, visando identificar os crimes direcionados especificamente ao público LGBT, até à modificação curricular na formação dos policiais, incluindo uma série de orientações específicas voltadas a abordagem e a todos os aspectos que envolvam o contato direto entre os agentes de segurança e os integrantes do grupo (CONSELHO, 2012, p. 60).

Em 1º de junho de 2009, o Governo do Estado do RJ implantou o campo "homofobia" nos sistemas da SESEG, como uma das possibilidades do motivo presumido de crimes nos registros de ocorrência (RO) nas Delegacias da Polícia Civil. Segundo informações divulgadas pelo próprio programa, tal medida auxilia no mapeamento da violência contra LGBT no Estado; além de detalhar as especificidades dos crimes, como perfil das vítimas, autores suspeitos, incidência geográfica etc. (CONSELHO, 2012, p. 46).

Dados estatísticos divulgados por esta mesma publicação mostram que, desde 1º de junho de 2009 até o final de setembro de 2011, 1.397 registros de ocorrência foram lavrados nas 95 delegacias de polícia no Estado do RJ. Desses registros, 36,3% eram

[36] Entrevista concedida a Felipe Martins em abril de 2015 para o jornal O DIA.

crimes contra a vida e a integridade física (27 homicídios e 262 lesões corporais). Além disso, os dados revelam que 62,8% dos autores dos crimes são do sexo masculino e 39,1% das vítimas possuem a faixa etária de 25 a 39 anos.

A criminalização da homofobia é uma das principais lutas do Movimento LGBT. Ela perpassa por questões jurídicas conceituais, isto é, há debates entre juristas sobre o relacionamento dos direitos fundamentais com os direitos de expressão de subjetividades. As discussões infindáveis sobre o tema refletem o forte avanço dos direitos humanos, que forçam a revisão e atualização por parte de um Legislativo que não dá conta da diversidade de modos de viver e das especificidades da população. Segundo José Eduardo Faria, as microquestões, ou melhor, os viveres dos indivíduos atomizados devem ser amplificados e absorvidos por uma perspectiva mais socializante.

> Os direitos humanos, por exemplo, criados para a proteção do indivíduo atomizado na sociedade contra os abusos e o arbítrio do Estado, passam agora a ser cada vez mais tematizados pelos novos movimentos sociais numa perspectiva socializante, abrindo-se ao civil, ao econômico, ao político e ao cultural, estruturando o discurso confratacional desses novos movimentos coletivos, fundamentando a politização do processo civil e do processo penal e exigindo tanto do Executivo quanto do Judiciário decisões inéditas e contra as leis vigentes, acusadas de ilegítimas e desrespeitadas em nome de uma desobediência civil não-burguesa (FARIA, 1992, p. 18).

No entanto, a emergência e a iminência da aplicação das vitórias sociais causam grande medo, pois sugerem, de certa forma, fissuras de um ordenamento jurídico pautado por uma perspectiva tradicional e mantido, com grande esmero, pelas posições políticas conservadoras. A Constituição Federal de 1988, tida por estudiosos como a primeira carta constitucional democrática do país e um modelo de direitos humanos, não inclui a “orientação sexual” em seu texto, embora no art. 3, parágrafo IV, venha escrito que um dos seus objetivos fundamentais é “promover o bem estar de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

O projeto de lei que criminaliza a homofobia (PL 5003) entrou em tramitação na Câmara dos Deputados em 2001 e seguiu para o Senado Federal em 2006, como PLC 122. Ele altera a lei 7.716/1989, que tipifica “os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”. O projeto inclui entre esses crimes a discriminação por gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero.

Inúmeras campanhas, iniciativas[37] etc. foram realizadas em prol do PLC 122, porém os debates no Congresso Nacional, pautados por uma forte e poderosa bancada fundamentalista religiosa, culminaram no arquivamento do Projeto de Lei em 7 de janeiro de 2015, por exceder o prazo de tramitação no Senado - que é de duas legislaturas. Esta ainda é a luta do Movimento LGBT, que entende o arquivamento como um ganho de fôlego para a melhora do texto, pois o desgaste e a estigmatização do número do projeto, aliados ao argumento da bancada religiosa de cerceamento de liberdade de expressão dentro de seus templos religiosos, provocou junto à opinião pública e aos senadores uma repulsa ao projeto.

A complexidade da questão é avançada, principalmente porque "a não existência de uma lei brasileira que puna a homossexualidade parece funcionar como correspondente de uma suposta inexistência da orientação sexual para o mesmo sexo. Inexistência embrenhada em um silêncio que tende a adiar o conflito, neste caso, essencialmente simbólico" (CÂMARA, 2002, p. 148).

Contudo, no Rio de Janeiro, existe uma lei que proíbe a discriminação de LGBT por agentes públicos e quando a homofobia (ou transfobia) ocorre em estabelecimentos comerciais. O atual Governador do RJ, Luiz Fernando Pezão (PMDB/RJ) sancionou a lei 7041 em 15 de julho de 2015, revogando a lei 3406/2000, de autoria do então deputado estadual Carlos Minc (PT/RJ). A lei de 2015 é uma versão revista pelo Poder Executivo, que traz algumas informações atualizadas, como o pagamento de multa de até sessenta mil reais e a exceção da aplicação da punição às instituições religiosas, templos religiosos, locais de culto, casas paroquiais, seminários religiosos, liturgias, crença, pregações religiosas, publicações e manifestação pacífica de pensamento, fundada na liberdade de consciência, de expressão intelectual, artística, científica, profissional, de imprensa e de religião.

Ou seja, ao trazer em seu Art. 6º tal exceção, a lei 7041/2015 demonstra que o Estado chancela a discriminação LGBT em tais espaços. Como não há um respaldo federal sobre o tema, mas sim a vitória conservadora em relação à questão, com o arquivamento do PLC 122, o Governo do Estado do RJ, mesmo possuindo um programa de políticas claras e objetivas de combate à homofobia, não tem força ou capital político

[37] Ver COTTA, D. *"Campanha Não Homofobia": um estudo de caso. Monografia de graduação para obtenção de título de jornalista*. UFRJ: 2009.

de enfrentamento ao fundamentalismo religioso, dando uma demonstração clara da não laicidade estatal, que deveria orientar sua governança.

2.2 O Disque Cidadania LGBT e os Centros de Referência

O programa RSH disponibiliza um serviço telefônico de atendimento 24h, ininterrupto e de âmbito estadual, com a finalidade de orientar e acolher LGBT, familiares e amigos em situação de violência e discriminação; além de aconselhar LGBT em situação de crise, que estejam passando por solidão, processo de descoberta, medo, homofobia internalizada, rejeição familiar, entre outros. Também é objetivo do Disque Cidadania LGBT, que atende pelo número 0800 0234567, informar sobre serviços e ações voltados para LGBT no Estado (grupos, ONG, serviços públicos, agenda de eventos, locais, etc.) e, dependendo da demanda, encaminhar para a rede de apoio social, prioritariamente para um dos quatro Centros de Referência de Cidadania LGBT, que serão apresentados adiante.

Considerado pelo coordenador do RSH, Cláudio Nascimento como "a porta de entrada dos LGBT para acesso a todos os serviços disponíveis pelo programa", o Disque Cidadania LGBT começou a funcionar de fato em 2010 com apenas três atendentes e um turno de expediente. A partir do aumento significativo das demandas, ampliaram-se as equipes e os turnos. Hoje, a política funciona com doze atendentes em três turnos. A ex-coordenadora do Disque Cidadania LGBT, Vera Couto prestou assistência a Nascimento em todo o processo de idealização, construção e implantação da linha telefônica, de 2007 a 2013.

> Era justamente isso que ele [Cláudio Nascimento] queria: um número, baseado nos moldes do DDH [Disque Defesa Homossexual] com a experiência que eles tinham. Um número que fosse confidencial, de fácil acesso e que qualquer um pudesse ligar sem estar com crédito no celular, sem nada, que fosse um 0800. E que a pessoa pudesse ligar a qualquer hora e que não ficasse limitado ao horário comercial. Até porque na prática da gente, percebíamos que as violências eram na madrugada: violências domésticas, as de maior agressividade... Eram na madrugada, com o dia amanhecendo. Surgiam dessa forma: a pessoa, depois que ia para o hospital, vinha fazer a denúncia, procurar atendimento. Então, era necessário que tivessem essas 24 horas[38].

Couto explica que, apesar do Disque Cidadania LGBT ter considerado a experiência e o legado do DDH, sua construção foi calcada nos fluxos de operações e

[38] Entrevista concedida ao autor em 17 de julho de 2015.

uso das ferramentas do Disque-Denúncia[39], uma central de atendimento especializada em atender a população fluminense que vivencia ou presencia ações criminosas. Os relatos recebidos através das ligações anônimas são repassados às autoridades competentes com rapidez e eficácia.

> Inspirada que eu digo é na questão do atendimento e do telefone. Mas, na verdade, a inspiração mesmo seria o Disque-Denúncia, que funcionava 24 horas na época. Nós trocamos até algumas informações para aquela criação. Até a plataforma do Disque-Denúncia nós fomos ver. Para ver como funcionava isso; como era possível armazenar dados de forma sigilosa. Porque como a gente estava dentro de uma estrutura do Estado, a gente tinha que ter aqueles equipamentos; toda uma fonte segura, que fosse nossa e que não fosse vinculada ao armazenamento de dados do Governo do Estado.

No início da implantação do Disque Cidadania LGBT não havia ocorrido ainda a contratação da equipe técnica (advogados, assistentes sociais e psicólogos) que trabalharia nos Centros de Referência do RSH. Por conta disso, a experiência de Vera Couto no atendimento de populações vulneráveis foi de suma importância para a estruturação dos atendimentos e a formulação de relatórios, imprescindíveis para a continuidade da política. Todo o *modus operandi* do Disque contou com a expertise da enxuta equipe da Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, à época. Couto relata que

> cada um veio de uma determinada experiência e colocou a sua contribuição. A minha contribuição nesse processo, como um todo, primeiro foi na questão de organização e método. [...] Desde a elaboração de formulários para entrevista até à questão dos formulários dos Centros de Referência para atendimento. A elaboração da ficha do Disque Cidadania; organização de formulários e métodos impressos, principalmente. Que ficasse de forma clara, porque até então nós não tínhamos psicólogos; não tínhamos ali à mão algum advogado. Então, foi preparado um relatório que pudesse conter, em palavras exatas e diretas, as informações necessárias para que a gente pudesse correr rápido com aquilo e não demorar em extensos relatórios. No Disque Cidadania foi aonde eu fui buscar mais porque nós não tivemos uma estrutura. Quem colocou a estrutura do Disque foi justamente essa união de experiências que eu já tinha de outros projetos que eu já tinha trabalhado. Tanto que o curso de atendimento fui eu que dei, através de uma cartilha que elaborei. Deixei lá essa documentação. Uma cartilha de como deve ser feito o

[39] Há 20 anos o Disque-Denúncia tem sido um canal de exercício da cidadania e de integração entre a população e as autoridades de segurança pública, produzindo grandes campanhas de mobilização social para ajudar a solucionar problemas que afligem pessoas, comunidades, bairros e cidades. O Disque-Denúncia opera em uma estreita parceria com a Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro. Contudo, o Disque-Denúncia não é um serviço governamental – é uma iniciativa do Instituto Movrio, uma entidade privada e sem fins lucrativos, e é totalmente financiado por empresas através de parcerias, contribuições e convênios. Disponível em www.disquedenuncia.org.br. Acesso em 21 de novembro de 2015.

> atendimento. O treinamento dos funcionários era feito por mim porque eu venho de uma coordenação de equipe de um programa de garantia de vida. Então, eu estava acostumada a fazer formação com educadores, a elaborar dinâmicas de grupos, a fazer reuniões, tudo voltado para o atendimento. É muito semelhante, só muda a questão da orientação sexual, mas o público que eu trabalhava já era um público vulnerável em todos os sentidos na questão da violência. O que aumentava era a violência pela questão da orientação sexual.

Segundo relatório divulgado pela Superintendência de Direitos Individuais Coletivos e Difusos da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Governo do Estado do RJ, desde 2010 até 2015, o Disque Cidadania LGBT realizou 19.731 atendimentos. É interessante destacar o esforço e até mesmo o despreparo do Estado, enquanto instituição burocrática, para lidar com o íntimo e os afetos da população que está em situação de vulnerabilidade. As ligações telefônicas poderiam arregimentar desde questionamentos simples de acessos de serviços básicos até a delicada mediação de ideias suicidas de LGBT por falta de aceitação e acolhimento familiar. Quando questionada sobre casos emblemáticos de atendimento via Disque Cidadania, Vera Couto, de forma muito emocionada, cita histórias de solidão profunda, relatadas por LGBT e a dificuldade de lidar com os atravessamentos gerados pelos atendimentos.

> Era uma perspectiva nova para a gente, um momento de solidão e de ideias suicidas. Foi um choque na primeira vez, mas a gente usou sempre aquela primeira técnica de acalmar a pessoa; independente da situação, isso funciona sempre. Palavras diretas e de ordens que você vai acalmando as pessoas. E aí, o que fazer depois com uma pessoa que está com ideias suicidas, que está sozinha e que quando vê que você ouve, pronto! Quer todo dia falar, todo dia ligar. E nós não tínhamos retaguarda para a gente de psicólogos, nós não tivemos isso para quem fazia o atendimento. E **a gente ficava carregado**. Na questão da violência tem o psicólogo que dá o suporte, você pode encaminhar para o hospital. Você tem a parceria. Mas e na hora da solidão? **Como você vai falar de solidão se você também se sente só?** Porque bate muito na formação de cada um. Era muita boa vontade e identificação, porque éramos gays, lésbicas e travestis [no atendimento]. Mas aí você **falar do outro, sem deixar que aquela solidão mexa com as suas feridas**, vai abrir as suas gavetas, você tinha que estar preparado, você tinha que ter preparado as suas gavetas e ali ninguém trabalhou, porque nós não tínhamos aquele suporte. O que eu tive, eu passei. Era onde eu fazia as dinâmicas, trazia o pessoal para conversar. Eu sempre me coloquei à disposição: “qualquer coisa vocês me liguem, seja a hora que for”, porque eu sabia que era barra segurar e isso é uma coisa que eu acho que tem até hoje. Essa dificuldade tem até hoje [grifos do autor].

A publicação do Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT, em 2012, trouxe dados que revelavam um pouco das principais demandas da comunidade via

Disque Cidadania. Os números são significativos, principalmente quando se observa a data do lançamento da campanha publicitária do RSH – que será vista adiante. De julho a dezembro de 2010, foram realizados 1.953 atendimentos; de janeiro a maio de 2011, 682; e entre maio e julho de 2011, em apenas três meses, foram feitas 3.823 ligações telefônicas. Ou seja, até o lançamento da campanha publicitária, eram realizadas 251 atendimentos/mês e após a midiatização do RSH, esse número pulou para 510 atendimentos/mês, significando um aumento de 204% da demanda.

Considerando as três grandes áreas que as demandas da população LGBT se enquadram – Assistência Social, Psicologia e Direito – os números do relatório, de julho de 2010 a julho de 2011, revelavam necessidades bem específicas da comunidade. O acolhimento, que dialoga com as questões de solidão, tristeza e angústia, representa 86,4% das ligações que são encaminhadas para os assistentes sociais dos Centros de Referência. As demandas da Psicologia se concentram na ajuda para a aceitação da sexualidade, muito relacionada com os conflitos familiares, representando 83,6% das ligações encaminhadas para essa área. Por último, vem o Direito que partilha sua atenção para dúvidas gerais (34,7%), união estável (32%) e retificação de registro civil para as (os) trans (17,6%).

Grande parte das demandas que chegam pelo Disque Cidadania são repassadas para um dos quatro Centros de Referência LGBT do Estado, a saber: Capital (Central do Brasil), Serrana I (Nova Friburgo), Baixada I (Duque de Caxias) e Leste (Niterói). Segundo a página oficial do programa RSH, o CR LGBT é um serviço de atendimento jurídico, social e psicológico para LGBT vítimas de violência, familiares e amigos; além de centro de difusão de informações e mobilização em políticas públicas de combate à homofobia e promoção da cidadania LGBT. Atender LGBT, familiares e amigos vítimas de discriminação e violência homofóbica, orientar LGBT e sociedade em geral sobre direitos e formar rede de apoio social são algumas das ações do CR LGBT. Além disso, sua equipe sensibiliza e capacita gestores públicos e segmentos da sociedade local sobre homofobia e cidadania LGBT, contribuindo para a formulação e adequação de políticas a fim de retirar a população LGBT da margem social. Em entrevista à “Revista Rio Sem Homofobia”, o ex-coordenador do CR LGBT da capital Almir França, hoje presidente do Grupo Arco-Íris, explica como era o funcionamento do equipamento público:

> Existem três principais formas de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais terem acesso aos serviços do Centro de Referência:

> primeiro, pelo Disque Cidadania LGBT; segundo, pelos encaminhamentos de ONGs e grupos afins; e terceiro, espontaneamente. Os usuários chegam aqui com uma demanda específica e descobrem, a partir do atendimento atencioso e respeitoso de advogados, assistentes sociais e psicólogos, que possuem uma gama de direitos que sequer sabiam. Assim, eles começam a resolver grandes problemas de suas vidas e a experimentar, de fato, a cidadania (CONSELHO, 2012, p. 42).

O coordenador do CR LGBT da Baixada I, o advogado Dr. Ernane Alexandre, vai além. Dividindo a coordenação do centro de referência com uma liderança do município de Duque de Caxias, Sharlene Rosa[40], ele ressalta a importância que o equipamento tem em sensibilizar e informar a população, que às vezes precisa apenas de uma mediação ao invés de se fazer uso da Justiça para garantir certos direitos.

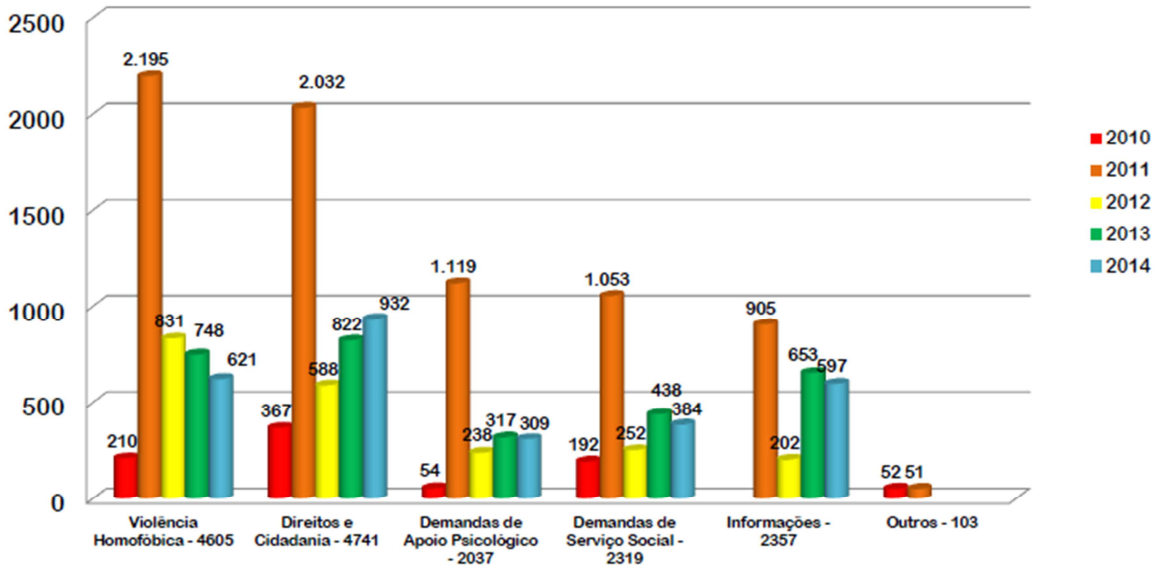
> Quando atendemos a um usuário, evitamos ao máximo a judicialização do seu caso. Isso quer dizer que atuamos em reconciliações de funcionários e empresas, servidores e órgãos públicos e, até mesmo, divergência entre moradores de condomínio. Assumimos o papel de intermediadores e esclarecedores do tema. Muita discriminação pode ser evitada apenas com informação e difusão de direitos (CONSELHO, 2012, p. 42).

Juntamente com o Disque, o CR também produz banco de dados sobre homofobia e rede de apoio, formulando relatórios oficiais (governamentais) sobre o mapa da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero no Estado do RJ. Apesar de alarmantes, as estatísticas devem ser lidas sob a perspectiva da subnotificação, porque muitos casos não chegam até ao programa RSH, às delegacias e à mídia, por inúmeros fatores, como (re)vitimização, homofobia institucional, vergonha familiar etc. Ou seja, LGBT sofrem violência, mas não sentem-se seguros de levar a denúncia à frente.

Os números a seguir representam um avanço no quesito visibilidade da questão, mas estão longe de retratar fielmente o mapa da homofobia no RJ. Ou melhor, é uma amostragem importante e pioneira, mas afastada da real representatividade das demandas da população LGBT do Estado do Rio de Janeiro.

[40] Sharlene Rosa é travesti e foi presidenta do Grupo Pluralidade de Duque de Caxias (GPD), ONG responsável pela Parada do Orgulho LGBT do município em questão. O evento é o segundo maior do gênero, levando em média 200 mil pessoas às ruas caxienses, ficando atrás apenas da Parada do Orgulho LGBT de Copacabana.

Gráfico 1

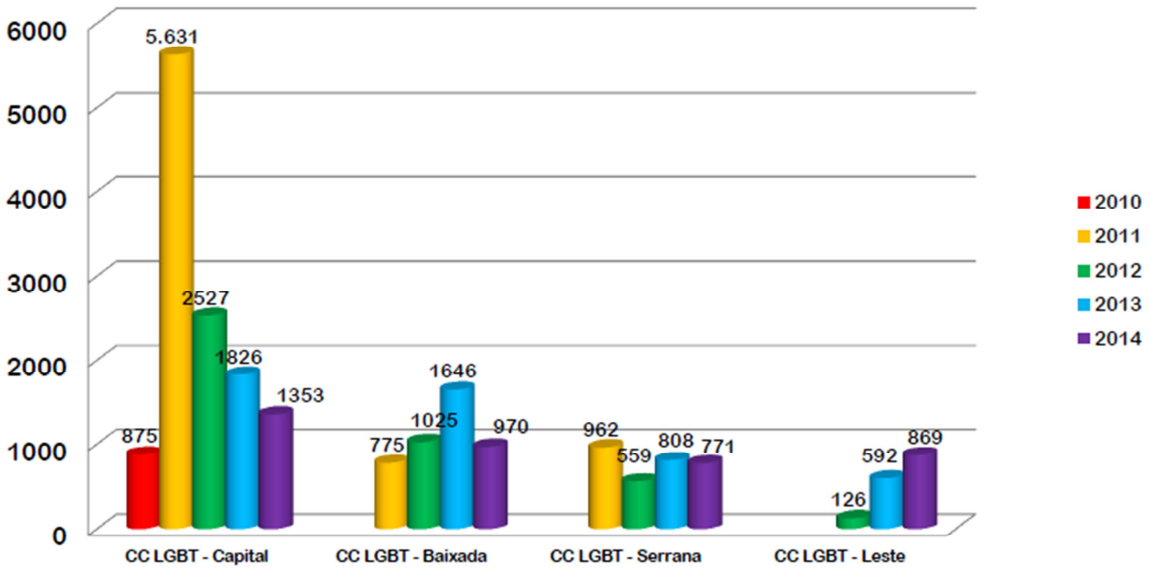


Fonte: Governo do Estado do RJ/Programa RSH-2015.

Segundo o Gráfico 1, reproduzido do relatório de atendimentos do Programa Rio Sem Homofobia nos últimos cinco anos, as principais demandas (notificadas) pelos Centros de Referência debruçam-se sobre as questões de direitos civis e violência homofóbica. A primeira apresentou 4.741 casos, enquanto a segunda revelou 4.605 denúncias de homofobia no Estado.

De acordo com o relatório, 38% (1.651 casos) da violência é caracterizada como agressão verbal, seguida pela violência física (19%) e ameaças (16%). Já em relação à busca por direitos civis, a questão da regulamentação de união estável representa 43% dos casos. Isto é, 2.037 pessoas procuraram o programa para formalizarem suas uniões, sendo seguida pela retificação de registro civil (18%), demanda ligada à população trans.

Gráfico 2



Fonte: Governo do Estado do RJ/Programa RSH-2015.

O Gráfico 2 traz o número de atendimentos que cada Centro de Referência LGBT fez de 2010 a 2014, considerando a falta de dados de 2010 para Baixada I, Serrana I e Leste por conta da data de suas respectivas inaugurações. O CR LGBT Leste também não apresenta dados de 2011 porque foi instalado no dia 5 de junho de 2012, no bairro de São Domingos, no município de Niterói. Em suma, os quatros centros de referência, em cinco anos de programa RSH, atenderam 21.315 LGBT, evidenciando a relevância da política pública e a existência de uma real demanda pelos serviços prestados.

Em 16 de outubro de 2015, o jornal O DIA trouxe uma matéria especial em sua página oficial na internet, denunciando a ineficácia do atendimento do Centro de Referência da Capital, com a exemplificação do caso do jornalista Alexsander Lepletier[41]. A vítima relatou ao jornal que o caso aconteceu em dezembro de 2014 e que estava no local de chuveiros no posto 8 da praia de Ipanema, quando começou a ouvir uma conversa com teor homofóbico de três barraqueiros que alugam cadeiras e guarda-sol.

> Um deles começou: "Só tem viado e sapatão nessa porra. Se te chamarem você vai [atender o banhista]? Só tem viado e sapatão".

[41] Ver *Jornalista acusa Rio sem Homofobia de omissão em caso de crime de ódio*. Disponível em: http://bit.ly/1G9WdZi. Acesso em 1º de dezembro de 2015.

> Esses termos foram bastante repetidos de forma pejorativa entre risadas e piadinhas de péssimo gosto, como se viado e sapatão fossem algo ruim, ameaçador e nojento. Esse sentido era claro na conversa. Eu disse que a conversa deles estava me constrangendo, uma vez que eu era viado e eles estavam em um lugar público, que, como eu, outros poderiam se sentir ofendidos etc. Disseram que se eu era viado era problema meu, que quem aguentava rola era eu e isso não era problema deles[42].

A matéria segue relatando que um dos barraqueiros entrou no posto e ameaçou bater no jornalista, sendo impedido por um salva-vidas, que orientou o possível agressor a resolver a questão fora do posto. Aqui se faz necessário um adendo: sendo o salva-vidas integrante do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ), instituição ligada à Secretaria de Estado de Defesa Civil, espera-se que, tendo em vista que há um programa governamental dedicado ao combate à homofobia no Estado, que este servidor público tomasse as medidas cabíveis para conter a situação e não estimulá-la a prosseguir em outro ambiente. Assim sendo, seguindo a orientação do salva-vidas, o "agressor" seguiu Lepletier até o metrô, onde continuou a proferir insultos e ameaças. O jornalista ligou para a Polícia Militar para relatar o ocorrido e os "barraqueiros", percebendo o motivo da ligação, retornaram à praia.

A notícia ainda informa que a vítima procurou o RSH em busca de orientações de como proceder em relação ao ocorrido e que a ele foi explicado que o programa não oferece acompanhamento jurídico em ações judiciais, mas que, sensibilizados com o que ocorrera, atuariam no caso. Chegada à véspera da audiência, Lepletier foi surpreendido ao saber que não haveria um advogado para acompanhá-lo. Ele denuncia que ainda teve de ouvir de um atendente do RSH a orientação de ir à audiência acompanhado de um amigo.

> Fui informado que a advogada se encontrava num congresso e não poderia me acompanhar. Insisti com o psicólogo que me atendeu no Rio Sem Homofobia, perguntando se não havia um substituto e recebi um 'não' como resposta. Insisti, sugerindo que qualquer outro funcionário fosse para me dar o mínimo de segurança e representar o Estado, que deveria me proteger, não me deixando exposto e desprotegido. Recebi mais uma negativa e a sugestão de que eu perguntasse se algum amigo ou familiar poderia me acompanhar. Em seguida, recebi uma mensagem de texto da advogada dizendo que não poderia fazer muita coisa, pois seria um acordo entre mim e meu agressor, que seria uma decisão minha[43].

Sem a presença de um representante do corpo jurídico do RSH, a audiência de conciliação foi encerrada com um pedido de desculpas formal do barraqueiro, orientado

[42] Entrevista concedida a Felipe Martins em outubro de 2015 para o jornal O DIA.
[43] *Idem*.

pela advogada. A matéria enfatiza a frustração da vítima com a inoperância do programa, que como será explicitado adiante, investe pesado na propagação dos serviços oferecidos. Para o jornalista, sobrou o diagnóstico da ineficiência do serviço oferecido pelo Rio Sem Homofobia.

> Saí duplamente lesado de todo essa história. Por ele (o acusado) e pelo Estado. Confiei por ser um programa do governo e deu no que deu. Ouvi relatos de outros casos parecidos com o meu, entendendo que esse não seria nenhum "caso isolado". Acho o programa ineficiente, mal coordenado e insuficiente para dar conta da demanda a qual foi criado. É para inglês ver.

E os ingleses viram. Pelo menos em 2011. Diante dos números do Gráfico 2, apresentado anteriormente, é nítida a diferença no número de atendimentos pelo Centro de Referência da Capital em 2011. Este foi o ano do lançamento da campanha publicitária do Rio Sem Homofobia, com um investimento de cerca de sete milhões de reais. A cerimônia aconteceu no dia 16 de maio de 2011 e contou com a presença do governador, à época, Sérgio Cabral, juntamente com o secretário de Assistência Social e Direitos Humanos, Rodrigo Neves (hoje prefeito de Niterói) e o coordenador do RSH, Cláudio Nascimento. A travesti Jane Di Castro interpretou o Hino Nacional, a cantora Elza Soares**,** recitou a música "Monte Castelo", de Renato Russo; e por último, a cantora Leila Maria fez um *pocket show* para os convidados. Também estiveram presentes no evento, a senadora e ex-petista Marta Suplicy (PMDB/SP), representando a Frente Parlamentar LGBT; o vice-governador Luiz Fernando Pezão (hoje governador do RJ)**;** e o Defensor Público Geral à época, Nilson Bruno Filho.

2.3 Cada mergulho é um *flash*: a Comunicação do RSH

A Comunicação do Programa Rio Sem Homofobia, sem dúvida, é uma área estratégica para o desenvolvimento da política e é coordenada pela Target Assessoria de Comunicação. Ela é composta por três profissionais da área da Comunicação Social: a coordenadora e relações públicas Márcia Vilella, a publicitária Adriana Sá e mais um jornalista que faz o atendimento da conta. O trabalho é desenvolvido de forma planejada, a fim de dar visibilidade às ações do RSH, com produção de peças gráficas, *releases* (textos de divulgação), notas, campanhas educativas e comunicados oficiais da Superintendência de Direitos Individuais Coletivos e Difusos para a imprensa.

A empresa já era dona da conta do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT e, por isso, já acumulava a expertise necessária para lidar com o tema, que demanda uma

atenção especial por conta dos mais variados conceitos. A preocupação de Cláudio Nascimento era conferir a responsabilidade de uma área muito cara a ele para uma pessoa/empresa que já tivesse um legado e uma trajetória na temática LGBT.

> Quando o Cláudio recebeu o convite para criar a coordenação, quando ele foi para o Governo do Estado criar o Rio Sem Homofobia, eu, claro, acompanhei, mas sempre de uma maneira destacada. Ele tinha recursos e equipe bem reduzidos. Uma sala e uma mesa. O Rio Sem Homofobia se resumia em duas mesas talvez, uma estrutura minúscula no Palácio Guanabara. E ali eu cheguei a dar algumas ajudas pontuais para ele. A gente começou a poder trabalhar com mais consistência, um pouco mais de estrutura quando ele conseguiu um espaço no prédio da Central do Brasil, ainda no sexto andar. Também começou com uma sala pequena; aí aumentou para um conjunto de salas, depois três salas, depois ele conseguiu uma sala no mesmo andar só para ele, e ali eu comecei a ajudar. Aí o trabalho começou pontualmente; quando a gente iniciou o desenho da campanha, o programa de lançamento da campanha. O que foi um processo bem demorado, eu lembro bem de a gente pedindo foto de pessoas que topassem fotografar para a campanha, mas não tinha orçamento, não tinha nada. Mas o Cláudio sempre lá tentando. Aí o Claudio conseguiu que eu tivesse uma nomeação, aí graças a essa nomeação eu pude contribuir de uma maneira mais regular, porque até então eu fazia colaborações mais pontuais. Essa nomeação não me exigia um horário, uma permanência e, em contrapartida, eu estava no meu escritório e com a equipe que eu tinha a serviço do Rio Sem Homofobia, naquela época o espaço era pequeno, mas dava para a gente fazer alguma coisa[44].

Segundo Vilella, os objetivos da Comunicação do RSH eram promover junto a públicos estratégicos (usuários e beneficiários; formadores de opinião, imprensa, gestores, OGs e ONGs) as iniciativas, atividades, projetos, serviços e êxitos conquistados pela Superintendência; atuar na geração de fatos e notícias visando à obtenção de espaços midiáticos para a promoção de ideias relacionadas a temas como políticas públicas no campo dos direitos humanos e combate à homofobia; estabelecer relações sólidas e confiáveis com os veículos de comunicação e seus agentes, com o objetivo de se tornar fonte de informação respeitada e requisitada. Além disso, a Target também se empenhava em criar situações para a cobertura sobre as atividades do RSH, para alcançar e manter uma boa imagem junto à opinião pública, apresentando, firmando e consolidando as informações pertinentes aos interesses do RSH no contexto midiático fluminense, nacional e internacional.

Outra importante atividade do setor é a orientação de campanhas publicitárias, como se a agência funcionasse como uma consultoria em LGBT. No caso da campanha publicitária do RSH, da Nova/SB, a Target não assinou todo seu conceito e tampouco

[44] Entrevista concedida ao autor em 5 de agosto de 2015.

sua distribuição, mas marcou uma presença imprescindível no que se refere ao norteamento do *briefing*, isto é, a empresa acompanhou bem de perto todo o desenvolvimento da campanha, dos roteiros do filme, dos *spots*, de indicação de canais especializados para LGBT no plano de mídia, escolha de modelos para a fotografia etc.

> A gente foi lá bater na porta da SECOM [Secretaria de Estado de Comunicação], a gente na época teve a sorte de ter um secretário de Comunicação muito legal que era o Ricardo Cota, um cara muito aberto, muito sensível ao tema, muito generoso, sempre nos ouviu e sempre nos recebeu. Tínhamos uma linha direta com o secretário. E isso é muito interessante porque o Cláudio é um Superintendente, mas ele como é um cara de muita iniciativa foi lá no Ricardo Cota e falou do que a gente queria. Aí o Cota falou "Eu acho que pra fazer essa campanha eu vou indicar uma agência para acompanhar vocês". Foi quando entrou a Nova/SB, que na época ainda era MPM Propaganda. Depois a Nova/SB comprou a MPM e continuou com a conta. Foi um processo curioso e bastante demorado. Na MPM, a gente começou a ser atendido pela Eliane Ornellas. Ela acompanhou o processo desde o início. Eliane, Rodrigo e Luis Aurélio Alzamorra, que na verdade, é o diretor de atendimento. Começamos a primeira reunião com eles para poder planejar essa campanha, o que pode ter e o que não pode ter, qual é a intenção, qual é a linha de comunicação, quais são as peças, isso foi sendo construído, mas foram dois anos. Não foi um processo rápido, foram dois anos de trabalho!

A campanha publicitária do RSH começava a dar indícios de que seria algo grandioso. Não só pelo fato de ter custado cerca de sete milhões de reais, investimento robusto para uma publicidade cuja intenção maior era a sensibilização, mas também pelo grau de envolvimento dos atores governamentais e também pela quebra de certos protocolos. Márcia Vilella relembra que o processo de construção da campanha, juntamente com a Nova/SB, foi encaminhado de uma maneira diferente da usual.

> A gente foi pautando isso e dizendo o que precisava, o que tinha que ter, o que fazia parte dessa campanha, o que a gente considerava essencial ter. A única coisa que a gente não conseguiu tirar, arrancar do Ricardo Cota, essa é uma coisa bem curiosa, foi um site. A gente tinha necessidade de um site e o Cota, "Não, não tem verba, não tem verba". Quando a gente fez a apresentação para o governador foi superbacana, foi uma conquista porque isso nunca tinha acontecido antes, dito pelo próprio pessoal da agência. Segundo o pessoal, aí já era Nova/SB, a prática era sempre apresentar a campanha para o Secretário de Comunicação e o Secretário da pasta que tinha pedido a campanha. Nunca para o governador. Então, a gente ir numa manhã ao Palácio Guanabara sentar à mesa lá de reunião e apresentar aquela campanha para o Governador Sérgio Cabral foi um marco. Aquilo nunca tinha acontecido antes. E se eu não me engano, na época o Secretário de Assistência Social [e Direitos Humanos] nem estava presente, se não me engano era o Rodrigo Neves, ele nem estava nesse dia.

É curioso constatar que a publicização do programa Rio Sem Homofobia tenha se dado de maneira tão cautelosa e com grande envolvimento do alto escalão do governo. De fato, seria a primeira vez que o Governo do Estado do RJ investia tanto para dizer que, em sua plataforma de governança, existiam políticas públicas de combate à homofobia e promoção da cidadania LGBT. O posicionamento do governo foi inédito e histórico. Questionada sobre o porquê da condução especial da campanha do RSH, Márcia Vilella diz que

> isso tem muito a ver com a forma que a gente vinha trabalhando e a maneira como a gente se apresentava, como a gente discutia com o Ricardo Cota. Nosso primeiro aliado que a gente conquistou nesse processo foi o Ricardo Cota. O Cota acreditou e apostou muito na gente, como eu disse, ele ouvia a gente, então quando ele dá essa abertura para a gente dizer "pode ir, vai". Claro, ele botava o limite, o limite dele era essencialmente financeiro, mas ele nunca limitou a nossa criatividade, ele nunca limitou o que a gente queria, porque especialmente no meu caso, assim falando como Márcia, eu sempre tive muito cuidado de conciliar os dois lados, isso era um desafio, entendeu? Porque havia toda uma expectativa em relação à campanha, a gente tinha feito discussões com o movimento para ter esse *feedback* "O que vocês acham interessante, qual a linha, o que a gente vai falar?" e ao mesmo tempo eu tinha o outro lado também, eu tinha o governo. Eu tenho essa perspectiva do outro lado também, do outro lado do mercado, do governo, da sociedade, da recepção, daquilo que a gente sabe que pode ter uma aderência bacana e daquilo que a gente sabe que não pode ter uma aderência bacana. Eu lembro uma vez que eu falei de uma maneira bem clara durante uma das apresentações de arte gráfica para um grupo de pessoas, alguns não aceitando, achando que não tava legal, que tinha que ser mais agressivo, aí eu falei "Olha só: isso aqui é campanha de governo, não pode sair metendo o pé na porta". Então esse era o grande desafio, da mesma maneira que eu apertava a Nova/SB.

Vilella tocou em um ponto importante. A campanha publicitária do RSH estava sob o comando da Nova/SB, seguindo as orientações da Target. No entanto, todo o debate de conceituação da campanha foi levado à mesa de discussão do Conselho Estadual de Direitos da População LGBT. Os conselheiros, sendo 60% deles da sociedade civil, respaldavam os roteiros e as imagens da campanha. Ou seja, poder-se-ia dizer que o Movimento LGBT fluminense, representado no Conselho, também orientava as mensagens que a campanha iria veicular. Havia, por assim dizer, uma sinergia entre governo e movimento na elaboração da publicidade que seria um marco na História dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro. Como a Coordenadora de Comunicação do RSH, Márcia Vilella adiantou, os debates eram disputados e muitas vezes intermediados por ela para que o processo seguisse adiante.

> Eu também tinha que pautar, entre aspas, negociar e apresentar para o movimento social: "Gente isso é uma grande conquista, o que a gente tá conseguindo aqui hoje, nenhum outro Estado, nenhum outro lugar do país tem, a gente vai fazer uma coisa bacana!" Então, quando o Cota teve segurança e certeza disso, de ver o cuidado que a gente estava conduzindo aquele processo, sem meter os pés pelas mãos, com muita consciência, com muito cuidado, respeitando o governo, as instâncias superiores e o movimento social, acho que isso deu pra gente esse espaço para a gente poder se instalar.

A campanha publicitária do Rio Sem Homofobia contou com inúmeros materiais promocionais (ANEXOS), a saber: vinte mil cadernos, dez mil lápis com borracha, duas mil sandálias, dez mil camisas, cinco mil bonés, mil barracas de praia, cinco mil broches, 65 mil cartões postais, cem mil tatuagens, vinte mil braçadeiras, cem mil ventarolas, 150 mil *folders* explicativos, vinte mil pastas, quinze mil cartazes, 400 mil adesivos e quatro mil *eco-bags*. Os spots de rádio de trinta segundos foram veiculados em emissoras populares e de grande audiência, como a FM O Dia, Nativa FM, Beat FM, Tupi AM, Globo AM, CBN AM/FM, Band News, JB, SulAmérica Paradiso, Mix FM e Oi FM.

Na mídia impressa, também compuseram o plano de mídia as revistas semanais e os principais jornais de grande circulação do Estado do RJ, como O Globo, O Dia, Veja Rio, Isto É, Revista O Globo, Época etc; além daquelas especializadas no público LGBT, como a Revista S!, Junior e G Magazine. Já na internet, foram investidos em banners virtuais nos sites da Globo.com, UOL, Terra, MSN, Youtube e os voltados para a população LGBT, como Dykerama, Papel Pop, A Capa, Parou Tudo, Mix Brasil e Disponivel.com. No caso da Internet, é importante sublinhar o site d'O Globo, onde o RSH investiu no Dia do Orgulho LGBT (28 de junho) em um *overlay*, isto é, a *home* do site estava completamente coberta com a publicidade da campanha, que obrigava a todos os usuários a vê-la antes de ter acesso ao conteúdo do portal de notícias.

Também houve investimento nas chamadas mídias externas. Foram 55 outdoors, vinte "costas" de banca de jornal, 300 mobiliários urbanos, nove painéis em rodovias do estado e veiculação em TV de ônibus (120 carros de 14 linhas diferentes). Além disso, havia painéis em lugares fechados, como o Teatro Municipal do Rio de Janeiro, Escola de Música Villa Lobos, Shopping 45, Escola de Teatro Martins Pena, Casa de Cultura Laura Alvim, Museu Antônio Parreira, Teatro João Caetano e Gláucio Gil.

O *sloga*n da campanha era "Um lugar tão maravilhoso como o Rio não combina com a homofobia. Respeite Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais" e para

ela foi criado um vídeo[45], que além de ser divulgado pelas mídias digitais, foi veiculado nos principais canais da TV aberta, com distribuição de verba similar ao *share* de cada uma, além da preocupação com a afinidade editorial, *ranking* de audiência e custo por ponto. A partir dessas prerrogativas, o investimento ficou dividido da seguinte forma: Globo (50%), Rede TV! (4%), Band (7%), SBT (14%) e Record (25%). Também ocorreram exibições nos canais de TV por assinatura Mix TV e MTV, direcionados ao público jovem.

O vídeo, intitulado "Respeito", aborda a história de um homem que vê um casal homossexual demonstrando carinho e respeito um pelo outro. O homem os define como enrustidos, bichas e outros adjetivos discriminatórios a um amigo que não apoia tal comportamento. O filme, assim como as peças criadas para os *spots* de rádio, evidencia a recomendação da campanha contra o preconceito: "quando você não participa, ele não vai pra frente". Foi a primeira vez que uma campanha contra a homofobia foi realizada e assinada por um Governo do Estado em toda a América Latina.

A campanha, na época, foi difundida e distribuída de forma coordenada e planejada. Por conta disso, poder-se-ia afirmar que, juntamente com o desenvolvimento de trabalhos paralelos como assessoria de imprensa, participação de eventos de grande visibilidade como, por exemplo, o Fashion Rio[46] e produção de lançamentos regionais[47], a campanha do RSH obteve um forte impacto junto à sociedade. Tal afirmação também pode ser constatada nos altos índices de atendimentos verificados no período de veiculação da campanha, como mostra o Gráfico 2 – apresentado anteriormente.

No entanto, este mesmo gráfico revela uma fragilidade da Comunicação do RSH. O *boom* verificado nos números durante a veiculação da campanha (2011) está atrelado ao Centro de Referência da Central do Brasil. Ou seja, a população residente na capital do Estado foi mais impactada pela publicidade e, por este motivo, ao conhecer os serviços disponíveis, fez uso dos mesmos. A coordenadora de Comunicação do RSH, Márcia Vilella cita a possibilidade de execução de uma segunda fase da campanha, que ainda não foi aprovada por falta de recursos financeiros.

---

[45] Disponível em http://bit.ly/1TtWqIh, Acesso em 6 de dezembro de 2015.

[46] O Governo do Estado do RJ possuía um *lounge* no evento, onde foram distribuídos dois mil *kits* da campanha por *drag queens* aos participantes.

[47] Para fortalecer e capilarizar a mensagem da campanha do RSH fora da capital do RJ, entre maio e junho de 2011, foram realizados 12 lançamentos regionais, a saber: Natividade, Cabo Frio, Niterói, Belford Roxo, Nova Iguaçu, Teresópolis, São Gonçalo, Nova Friburgo, Mesquita, São João de Meriti, Rio das Ostras e Macaé. Os eventos contavam com o apoio dos órgãos públicos municipais e lideranças do Movimento LGBT local, somando-se dois mil presentes nessa estratégia de capilarização da campanha.

> A gente não conseguiu fazer a fase dois da Campanha para o interior, acho que falta isso. O Programa tem uma visibilidade bacana na Capital, mas a gente precisa falar para as periferias, as periferias não têm a devida atenção. E é o Estado que tem que fazer isso. Temos absoluto interesse, total vontade, total conhecimento, a gente tem a certeza, a gente tem os dados que comprovam isso. O Programa precisa ir para o interior, a gente precisa levar essa informação para as periferias, mas hoje tá difícil[48].

Como exposto até então, a Comunicação do RSH funciona como uma de suas bases de sustentação. Todo o esforço para o alcance de visibilidade auxilia na manutenção da temática LGBT nas agendas governamental e midiática. Sem publicidade dos serviços, a demanda cai e, por conseguinte, os atendimentos são reduzidos, o que torna a política frágil frente às mais variadas demandas do Estado – como será explicitado no terceiro capítulo desta dissertação. Em entrevista ao autor, o Coordenador do RSH, Cláudio Nascimento afirma que "cada mergulho é um *flash*", quando se trata do Rio Sem Homofobia. Questionada sobre a afirmação de Nascimento, Márcia Vilella pondera que

> cada mergulho é um *flash* sim, cada mergulho deve ser um *flash*, porém há situações em que esse *flash* precisa ser administrado, precisa ver com que intensidade você precisa desse *flash*. Então, há coisas que a gente diz menos. Agora, por exemplo a gente está em um momento bastante difícil, bastante delicado. A gente tem atuado com bastante cautela. Mas sempre tudo que a gente puder dar uma visibilidade, uma conquista, uma iniciativa nova, daremos. O que eu sempre tive muito cuidado é em relação a qualquer ação de comunicação que tivesse situação com casos de violência, com casos de vítimas, pelo sentindo do humano mesmo, pelo sentido de você preservar pessoas. **Preservar é não transformar tristeza e dor em espetáculo**, isso é o que a gente tomou muito cuidado [grifos do autor].

Aqui, bem como explicitado no depoimento da ex-coordenadora do Disque Cidadania LGBT, Vera Couto, Vilella deixa emergir a forma como a Comunicação do RSH administra afetos de seus usuários. É muito comum que a mídia instrumentalize casos reais para veicular matérias de divulgação de serviços governamentais de acolhimento. A busca por personagens, muitas vezes, potencializa a situação de vulnerabilidade das vítimas, pois, na corrida pela audiência, os veículos de comunicação acabam roteirizando a realidade e a transformando em espetáculo para consumo, não se atentando para as dores e as complexidades dos viveres das vítimas.

O escritor francês Guy Debord, muito influenciado pelas ideias marxistas, problematiza a forma como a sociedade capitalista retrata práticas cotidianas. Sua obra

[48] Entrevista concedida ao autor em 5 de agosto de 2015.

“A Sociedade do Espetáculo” intui como o capitalismo assume novas formas e conteúdos, a partir da reificação da vida humana. Tudo vira mercadoria para satisfazer o desejo de um público, ávido por histórias dramáticas e folhetinescas, mas não efetivamente imbuído de transformar o conteúdo recebido em uma prática de mudança. O discurso se esvazia ali mesmo, de forma etérea e volátil, pois logo em sequência haverá a reprodução de novos espetáculos. Segundo o autor, “é pelo princípio do fetichismo da mercadoria, a sociedade sendo dominada por coisas suprasensíveis embora sensíveis, que o espetáculo se realiza absolutamente. O mundo sensível é substituído por uma seleção de imagens que existem acima dele, ao mesmo tempo em que se faz reconhecer como o sensível por excelência” (DEBORD, 2003, p. 29).

Seguindo o raciocínio do autor, a substituição do sensível pela reprodução frenética de imagens, transformando a realidade das coisas em espetáculo, acaba por banalizar os conteúdos, pois, coisificados, eles tendem a esvaziar-se em si mesmos. A cautela da coordenadora de Comunicação do RSH, Márcia Vilella se faz plausível na medida em que a veiculação de uma situação vulnerável não deveria esvaziar-se em si ou causar ainda mais dano à vítima. Ela, como representante do programa e interlocutora midiática, opta por garantir a dignidade dos LGBT em detrimento da espetacularização negativa das vítimas, que nada acrescenta na construção de uma imagem positiva do programa e no estímulo de mudança de conduta - objetivos do setor que coordena. São as “revoltas espetaculares”, sentimentos evocados que não passam de insatisfações momentâneas e pouco significativas, que, segundo Debord, também não passam de mercadoria.

> O movimento de banalização que, sob as diversões cambiantes do espetáculo, domina mundialmente a sociedade moderna, domina-a também em cada um dos pontos onde o consumo desenvolvido das mercadorias multiplicou na aparência os papeis a desempenhar e os objetos a escolher. [...] A aceitação beata daquilo que existe pode juntar-se como uma mesma e única coisa à revolta puramente espetacular: pelo simples fato de que a própria insatisfação se tornou uma mercadoria [...] (DEBORD, 2003, p. 42).

Ou seja, ainda que Vilella facilitasse a promoção do programa RSH a partir da reprodução negativa das vítimas ou através de um roteiro jornalístico que valorizasse a zombaria, o conteúdo poderia gerar um sentimento de indignação pífio. Segundo Debord, a escolha pelo espetacular, pela repetição frenética de um fazer-jornalístico fadado a dramalhões sensacionalistas, inevitavelmente, gera frieza e conformismo pela repetência, isto é, naturaliza-se violências, corrupções, condutas etc. porque a tônica

espetacular reflete um não-real; uma narrativa onde o espectador não se entende como participante do processo.

> As sociedades frias são aquelas que reduziram ao extremo a sua parte de história; que mantiveram num equilíbrio constante a sua oposição ao meio ambiente natural e humano, e as suas oposições internas. Se a extrema diversidade das instituições estabelecidas para este fim testemunha a plasticidade da autocriação da natureza humana, este testemunho não aparece evidentemente senão para o observador exterior, para o etnólogo vindo do tempo histórico. Em cada uma destas sociedades, uma estruturação definitiva excluiu a mudança. O conformismo absoluto das práticas sociais existentes, às quais se encontram para sempre identificadas todas as possibilidades humanas, já não tem outro limite exterior senão o receio de tornar a cair na animalidade sem forma. Aqui, para continuar no humano, os homens devem permanecer os mesmos (DEBORD, 2003, p.106).

O *flash*, tão cobiçado não só pelo coordenador do programa RSH, Cláudio Nascimento, mas também por qualquer político que queria ver suas agendas visíveis, deve ser problematizado, como bem sugeriu Márcia Vilella. É preciso comunicar, transformar ideias e fomentar práticas que, de fato, viabilizem o combate à homofobia e a promoção de uma cidadania LGBT. Por isso, a comunicação estratégica é tão visceral no RSH, porque dialoga com toda a essência programática da política. Debord alerta que, em uma sociedade espetacular, o frenesi de narrativas dramáticas acaba por esvaziar os discursos, jogando-os no *hall* do esquecimento e da não-relevância.

> Como outro aspecto da deficiência da vida histórica geral, a vida individual não tem ainda história. Os pseudo-acontecimentos que se amontoam na dramatização espetacular não foram vividos pelos que deles são informados e, além disso, perdem-se na inflação da sua substituição precipitada a cada pulsão da maquinaria espetacular. Por outro lado, o que foi realmente vivido está sem relação com o tempo irreversível oficial da sociedade e em oposição direta ao ritmo pseudocíclico do subproduto consumível desse tempo. Este vivido individual da vida cotidiana separada permanece sem linguagem, sem conceito, sem acesso crítico ao seu próprio passado, que não está consignado em nenhum lado. **Ele não se comunica. Está incompreendido e esquecido em proveito da falsa memória espetacular do não-memorável** [grifos do autor] (DEBORD, 2003, p. 126 -127).

E definitivamente não comunicar invalida todo o discurso e os objetivos do programa RSH, que tem a missão de falar para a comunidade LGBT, divulgar seus serviços e dialogar com a maioria da sociedade. O desafio da Comunicação é justamente a desconstrução de uma heteronormatividade opressora; é explicar e persuadir homofóbicos de que suas práticas violentas são antidemocráticas; é levar a mensagem ao maior número de pessoas que LGBT necessitam ter acesso aos mesmos direitos que

a maioria populacional tem. A Comunicação é, dessa forma, peça-chave e indispensável à desobstrução dos inúmeros impasses que a política LGBT enfrenta hoje.

Capítulo 3: Desafios contemporâneos do cotidiano LGBT

O intuito deste capítulo é levantar o debate de como o indivíduo LGBT se vê e se relaciona socialmente, a partir das transformações que as políticas públicas que compõem o Programa Estadual Rio Sem Homofobia propiciaram em suas vidas. No capítulo anterior, foram expostas algumas mudanças em áreas sociais específicas e seus impasses para o real acesso a direitos adquiridos. Aqui, a discussão será sobre o cotidiano deste segmento populacional, que por anos esteve invisível aos olhos do governo e que, recentemente, começa a experimentar um novo viver, com o acesso a direitos civis fundamentais, como por exemplo, a união civil estável entre homossexuais e, por conseguinte, o casamento civil. E, como vem sendo sublinhado, tais vitórias foram conquistadas graças ao movimento social, que por anos pressionou e fertilizou o terreno para que as políticas afirmativas fossem acolhidas e implantadas pelo poder público.

Nas linhas a seguir, a união estável e sua conversão para o casamento civil de pessoas LGBT serão o foco da discussão, por terem sidas consideradas grandes contribuições do Governo do RJ para o avanço dos direitos humanos do Brasil – em especial, os direitos civis de LGBT. O processo de reconhecimento da união estável homoafetiva pelo Supremo Tribunal Federal (STF) foi liderado pelo poder público fluminense, a partir de discussões e com o respaldo do movimento social e juristas que se empenhavam no estudo do tema. Destaca-se que o casamento igualitário não era a principal bandeira do Movimento LGBT formal à época, cujo foco era a criminalização da homofobia (PLC/122).

O trâmite desta ação estadual, que acabou sendo uma conquista nacional, como será explicado adiante, é um bom exemplo empírico de que o movimento social é difuso e carrega consigo seus conflitos sobre quais ações serão prioritárias. Apesar de não ser a principal bandeira de luta do Movimento LGBT formal, a união estável entre pessoas LGBT acabou encontrando brechas para fortalecer o debate sobre esse direito, que na verdade estava submetido a interpretações diversas da Constituição Federal. Tais brechas foram identificadas e aproveitadas dentro de um contexto sociopolítico específico, a fim de impulsionar o país a dar mais um passo em direção à promoção dos direitos humanos. O Governo do RJ e o movimento social, a partir de trâmites legais, conseguiram avançar nesta pauta via Poder Judiciário.

Contudo, apesar da conquista, este capítulo explicitará os desafios que LGBT ainda enfrentam para ter acesso a um direito como o casamento, por exemplo. O

assumir-se, a constituição da família nuclear e toda a atmosfera intrínseca a esta instituição ainda esbarram e encontram uma forte resistência na heteronormatividade machista, que atravessa e dilui-se nas relações cotidianas dos próprios LGBT. Nesta parte, este terceiro capítulo trará como exemplo o aplicativo para *smartphones Grindr*, que arregimenta, em uma rede social para encontros reais, perfis extremamente homofóbicos e misóginos. Ou seja, o debate da homofobia internalizada e a reprodução dos discursos heteronormativos dentro do âmago da sociabilidade LGBT serão exemplares dos desafios contemporâneos para esta população gozar sua cidadania de forma plena, sem traumas, culpa e violência.

Além disso, neste capítulo, também será exposta a crise do RSH, com a suspensão do repasse orçamentário para manutenção das políticas, e a concreta ameaça de extinção do programa, revelando outro importante desafio para a população LGBT. O esfacelamento, ou melhor, a necessidade de reinvenção de um movimento (formal) LGBT que se enfraquece a cada dia, por falta de quadros políticos e/ou diálogo com a comunidade.

3.1 As uniões estáveis homoafetivas e o casamento civil entre LGBT

O debate sobre o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo adentrou a Câmara dos Deputados em 1995, quando a então deputada federal Marta Suplicy (PMDB/SP) inicia a tramitação do Projeto de Lei 1151/95, que regulamenta a questão. Diante do forte conservadorismo e do fundamentalismo religioso, o PL nunca foi aprovado na Câmara dos Deputados. A regulamentação do casamento entre LGBT passou a ter um projeto substitutivo, sob o comando de Roberto Jefferson (PTB/RJ) em 2001, mas sem sucesso.

Nos anos 2000, o Poder Judiciário resolveu manifestar-se diante da inércia consciente e proposital do Legislativo em relação às uniões estáveis, o que gerava impasses no dia a dia dos cartórios e acúmulo de processos que versavam sobre o mesmo tema. Em 2002, uma decisão judicial obrigou os cartórios de Títulos e Documentos do município de São Paulo a registrarem as uniões civis entre LGBT. Mais à frente, em março de 2004, a Justiça do Rio Grande do Sul publicou uma norma administrativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado, determinando que os cartórios de Títulos e Documentos também registrassem os contratos[49]. Já em julho de

[49] Ver *Brazilian go-ahead for gay unions* em http://bbc.in/1Rs9osO. Acesso em 16 de janeiro de 2016.

2008, a Corregedoria Geral da Justiça do Piauí também outorgou uma norma semelhante, isto é, iniciou-se uma jurisprudência positiva em relação às uniões estáveis, que acompanhavam o cotidiano e as emergências dos novos arranjos familiares brasileiros. Vejam que as decisões da Justiça não chegavam a contradizer a Constituição Federal sobre o casamento em vigência, mas as orientações oficiais de como lidar com o tema dentro da seara cartorial tornava público o entendimento do Judiciário sobre a questão.

O assunto era debatido nas mais variadas esferas sociais, inclusive na academia. O professor da Universidade Federal da Bahia e um dos baluartes do Movimento LGBT brasileiro, Luiz Mott, conhecido por seus relatórios de homicídios de LGBT no Brasil, apesar de também defender arduamente a criminalização da homofobia como uma causa urgente, escreveu alguns artigos que defendiam o direito de homossexuais a se casarem e a constituírem família.

> [...] a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo representa uma conquista importantíssima para a liberação homossexual, uma verdadeira revolução politicamente correta que deve ser abraçada por todos quantos defendam um mundo igualitário regido pelo amor e não pelo ódio, conquista que beneficiará não apenas os homossexuais, mas a toda sociedade, que passará a conviver mais harmonicamente com formas alternativas de uniões matrimoniais (MOTT, 2006, p. 516).

Além dessa defesa lúdica baseada no amor, quase como um apelo às subjetividades afetivas de seus interlocutores, Mott também sinaliza que a miopia do governo em relação ao matrimônio de LGBT está intrinsecamente ligada ao machismo da sociedade brasileira, reverberado, ou melhor, cooptado pelos deputados e utilizado como plataforma de mandatos pautados na defesa da moral e dos bons costumes, e da família brasileira, aquela constituída de modo nuclear, entre homem e mulher.

> No Brasil há registros de diversas travestis e lésbicas que forjaram documentos e, fingindo-se do sexo oposto, chegam a casar-se oficialmente, mas, ao serem desmascaradas, sofreram sanções penais. Se o desejo de casar-se não é um delito, e se muitos gays e lésbicas aspiram ardorosamente ou já vivem unidos matrimonialmente, só o preconceito machista impede a legalização desse sonho que é uma realidade de fato (MOTT, 2006, p. 517).

A questão foi sendo debatida e suas discussões se avolumando. Até que, em 2008, foi ajuizada pelo Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n° 132, no Supremo Tribunal Federal. O procedimento solicitava que o Estatuto dos Servidores Civis do Estado do

Rio de Janeiro e o art. 1723 do Código Civil passassem pelo processo de “interpretação conforme a Constituição”, a fim de considerar como afrontas aos direitos fundamentais (liberdade, igualdade, dignidade da pessoa humana) as decisões denegatórias de reconhecimento de uniões homoafetivas.

No ano seguinte, por sua vez, a Procuradoria Geral da República ajuizou a ADPF n° 178, já pedindo a distribuição por dependência à ADPF n° 132. Em suma, o documento, mencionando direitos fundamentais como liberdade, proibição da discriminação, dignidade da pessoa humana, isonomia, violação à segurança jurídica, solicitou, com apoio na interpretação sistemática e teleológica da Constituição, bem como no Direito Comparado e no próprio dinamismo da evolução jurídico-social, que o STF declarasse que é obrigatório o reconhecimento, no Brasil, da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, desde que atendidos os requisitos exigidos para a constituição de união estável entre homem e mulher; e que os mesmos direitos e deveres dos companheiros das uniões estáveis estendem-se aos companheiros nas uniões entre pessoas do mesmo sexo.

Juristas, grupos de pesquisa e faculdades de Direito de todo o país debruçavam-se sobre o tema de modo a exaurir todas as argumentações possíveis sobre a questão, em uma tentativa embasada e teórica de atualizar e uniformizar o entendimento jurídico sobre o casamento civil entre LGBT. O professor titular de Direito Constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e atual ministro do STF, Dr. Luís Roberto Barroso foi um dos principais entusiastas dos debates. Bastante reconhecido entre seus pares, Barroso publicou uma série de artigos acadêmicos que argumentavam minuciosamente sobre a relevância e a validade jurídica da questão. Foram várias as frentes de argumento, a começar pela laicidade do Estado.

> As concepções religiosas dogmáticas, as ideologias cerradas e as doutrinas abrangentes em geral fazem parte da vida contemporânea. E, nos limites da Constituição e das leis, têm o direito de participar do debate público e de expressar os seus pontos de vista, que, em alguns casos, traduzem intolerância ou dificuldade de compreender o outro, o diferente, o homossexual. Mas a ordem jurídica em um Estado democrático não deve ser capturada por concepções particulares, sejam religiosas, políticas ou morais. Como assinalado, o intérprete constitucional deve ser consciente de suas pré-concepções, para que possa ter autocrítica em relação à sua ideologia e autoconhecimento no tocante a seus desejos e frustrações. Seus sentimentos e escolhas pessoais não devem comprometer o seu papel de captar o sentimento social e de inspirar-se pela razão pública (BARROSO, 2011, p. 111 e 112).

O advogado evoca os preceitos fundamentais da Carta Magna para argumentar a inconstitucionalidade da negação do casamento civil a pessoas LGBT. Conceitos jurídicos como igualdade, liberdade, dignidade da pessoa humana, personalidade e segurança jurídica foram por demais citados e desenvolvidos por ele à exaustão, a fim de persuadir advogados, juízes e, logo adiante, o próprio STF, onde foi procurador do Governo do Estado do RJ na sustentação oral em defesa da pauta.

> Todas as pessoas, a despeito de sua origem e de suas características pessoais, têm o direito de desfrutar da proteção jurídica que estes princípios lhes outorgam. Vale dizer: serem livres e iguais, de desenvolverem a plenitude de sua personalidade e de estabelecerem relações pessoais com um regime jurídico definido e justo. E o Estado, por sua vez, tem o dever jurídico de promover esses valores, não apenas como uma satisfação dos interesses legítimos dos beneficiários diretos, como também para assegurar a toda a sociedade, reflexamente, um patamar de elevação política, ética e social. Por essas razões, a Constituição não comporta uma leitura homofóbica, deslegitimadora das relações de afeto e de compromisso que se estabelecem entre indivíduos do mesmo sexo. A exclusão dos homossexuais do regime de união estável significaria declarar que eles não são merecedores de igual respeito, que seu universo afetivo e jurídico é de "menos-valia": menos importante, menos correto, menos digno (BARROSO, 2011, p. 118 e 119).

O atual ministro do STF destacou, em seu artigo "Diferentes, mas iguais: o reconhecimento jurídico das relações homoafetivas no Brasil" (2011), que a negação dos direitos civis dos LGBT, em especial do casamento civil, poderia gerar uma insegurança jurídica, além de uma série de aniquilamentos de direitos que vêm à reboque, como herança, previdência etc. O novo entendimento incluiria uma parcela populacional que não consegue ser sujeito de direitos, pois esbarra no conservadorismo e miopia do próprio Estado, que o impede de gozar de direitos fundamentais da pessoa humana.

> As uniões entre pessoas do mesmo sexo são lícitas e continuarão a existir, ainda que persistam as dúvidas a respeito do seu enquadramento jurídico. Esse quadro de incerteza – alimentado por manifestações díspares do Poder Público, inclusive decisões judiciais conflitantes – afeta o princípio da segurança jurídica, tanto do ponto de vista das relações entre os parceiros quanto das relações com terceiros. Vale dizer: criam-se problemas para as pessoas diretamente envolvidas e para a sociedade. Os primeiros afetados são, por certo, os partícipes das relações homoafetivas. O desenvolvimento de um projeto de vida comum tende a produzir reflexos existenciais e patrimoniais. Diante disso, é natural que as partes queiram ter previsibilidade em temas envolvendo herança, partilha de bens, deveres de assistência recíproca e alimentos, dentre outros. Todos esses aspectos encontram-se equacionados no tratamento que o Código Civil dá às uniões estáveis. Sua extensão às relações

> homoafetivas teria o condão de superar a insegurança jurídica na matéria (BARROSO, 2011, p. 128 e 129).

Assim sendo, em 5 de maio de 2011, os ministros do Supremo Tribunal Federal julgaram a ADPF 132, reconhecendo a união estável para casais do mesmo sexo[50]. O julgamento iniciou-se na tarde do dia anterior, quando o ministro Ayres Britto votou no sentido de dar interpretação conforme a Constituição Federal, a fim de suprimir qualquer significado do artigo 1.723 do Código Civil que impossibilite o reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar. O ministro Ayres Britto defendeu que o artigo 3º, inciso IV, da Carta Magna proíbe qualquer discriminação em virtude de sexo, raça, cor e que, por conta disso, ninguém pode ser diminuído ou discriminado em função de sua orientação sexual.

As ministras Carmen Lúcia Antunes Rocha e Ellen Gracie, bem como os ministros Celso de Mello, Joaquim Barbosa, Marco Aurélio, Luiz Fux, Gilmar Mendes, Cezar Peluso e Ricardo Lewandowski seguiram o voto de Ayres Britto, que proferia pela procedência da ADPF e com efeito vinculante, no sentido de dar interpretação conforme a Constituição Federal para excluir qualquer significado do artigo 1.723 do Código Civil que impeça o reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar.

Luís Barroso, que neste dia fez a sustentação oral em defesa da ADPF 132, representando o Governo do RJ, já defendia que o entendimento de família deveria ser ampliado, a partir da constatação da emergência de novos arranjos familiares na sociedade brasileira. O jurista acredita que o Direito precisa refletir e acompanhar as transformações sociais, de modo a não impedir que pessoas LGBT sejam sujeitos de direitos, ou seja, que o Poder Judiciário não se comporte como um perpetuador de discriminação e sim um garantidor de direitos.

> A família é um fenômeno sócio-cultural institucionalizado pelo Direito. Refletindo fatores psíquicos, materializados no âmbito da afetividade e da sexualidade, o tratamento dispensado pelo direito à família precisa acompanhar as transformações que têm lugar na sociedade. Para além da família formada pelo casamento, reunindo homem, mulher e filhos, o direito vem progressivamente reconhecendo novas modalidades de entidade familiar. O desafio hoje apresentado ao direito de família é incorporar o pluralismo e corresponder aos objetivos que lhe são confiados (BARROSO, 2011, p. 130).

[50] Ver *Supremo reconhece união homoafetiva* em http://bit.ly/1lKID4V. Acesso em 25 de janeiro de 2016.

E Barroso vai além:

> De fato, os elementos essenciais da união estável, identificados pelo próprio Código Civil – convivência pacífica e duradoura com o intuito de constituir família – estão presentes tanto nas uniões heterossexuais, quanto nas uniões homoafetivas. Os elementos nucleares do conceito de entidade familiar – afetividade, comunhão de vida e assistência mútua, emocional e prática – são igualmente encontrados nas duas situações. Diante disso, nada mais natural do que o regime jurídico de uma ser estendido à outra (BARROSO, 2011, p. 135).

A partir da unanimidade dos ministros em relação ao tema em questão, as uniões estáveis homoafetivas foram finalmente reconhecidas pela a máxima corte brasileira. O reconhecimento foi um grande passo brasileiro na promoção dos direitos humanos de sua população, em especial para as pessoas LGBT. A histórica votação propiciou algumas mudanças no cotidiano não só das pessoas que queriam acessar o direito, mas também nas repartições públicas que operacionalizam tal direito.

Nove dias após o reconhecimento das uniões civis homoafetivas por parte do STF, a 169ª Sessão Plenária do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou a Resolução n. 175 que proibiu cartórios de todo o país a se recusarem a celebrar casamentos civis de casais do mesmo sexo ou deixar de converter em casamento a união estável homoafetiva[51]. A resolução foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) no dia 15 de maio de 2011 e entrou em vigor no dia seguinte.

Se porventura algum estabelecimento cartorial não cumprir a resolução do CNJ, os cônjuges interessados poderão levar o caso ao conhecimento do juiz corregedor competente para que ele obrigue o cumprimento da medida. Além disso, a resolução também presume a abertura de processo administrativo contra a autoridade que se negar a celebrar ou converter a união estável homoafetiva em casamento.

Contudo, curiosamente, o único juiz do município do Rio de Janeiro, à época, responsável por registros civis negava sistematicamente os pedidos de conversão de união estável homoafetiva para casamento civil. A mudança de *status* concedia ao cônjuge a possibilidade de usar o sobrenome de seu parceiro; poder ser inscrito como dependente no INSS, no plano de saúde ou no Imposto de Renda. Além disso, podem-se somar os rendimentos do casal para algum tipo de financiamento; o cônjuge tem direito a pensão alimentícia numa separação, recebe automaticamente herança em caso de

[51] Ver *Resolução sobre casamento civil de pessoas do mesmo sexo é aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça* em http://bit.ly/1VlmOoF. Acesso em 25 de janeiro de 2016.

morte e tem o direito de adoção de uma criança. Fora do casamento, todas essas questões precisam passar pela Justiça.

Luiz Henrique Oliveira Marques era o juiz titular da 1ª Vara de Registro Público do Rio e mesmo após o entendimento do STF sobre o tema, o magistrado continuava a indeferir os pedidos, causando um grande mal-estar na cena jurídica carioca, além de impedir o exercício da cidadania de inúmeros LGBT que tinham o sonho de casarem oficialmente sob os olhos da Justiça. Tal comportamento e intransigência eram questionados pelo movimento, formadores de opinião, juristas, acadêmicos e a própria mídia, que não compreendiam sua intransigência diante de todo o protagonismo do Governo do RJ no processo de reconhecimento das uniões no STF, além da existência de um programa estadual de promoção da cidadania LGBT no Estado.

Oliveira Marques concedeu uma série de entrevistas[52] sobre o imbróglio e seus argumentos se debruçavam sobre a falta de exatidão da decisão do STF em relação ao casamento civil. Ele entendia que a votação se limitava às uniões estáveis e que o casamento propriamente dito ficaria a cargo do entendimento de cada juiz. No caso de sua vara, os casamentos de LGBT não seriam autorizados porque ele não tinha essa perspectiva, por entender que a legitimidade do casamento civil seria ancorada no matrimônio entre homem e mulher.

> Tenho indeferido [os pedidos de casamento] porque é minha convicção jurídica. Eu entendo que a legislação não permite o casamento entre pessoas do mesmo gênero. Pela lei, os requerimentos de habilitação de casamento devem ser emitidos ao juiz competente. Isso é o que determina a lei, atualmente. [...] São fundamentos jurídicos. Todos temos nossas convicções religiosas, filosóficas, morais, mas eu sou juiz e decido com base no direito. A leitura que eu faço do direito em torno dessa matéria é de que não é possível o casamento de pessoas do mesmo sexo[53].

Certamente, a homofobia institucionalizada se configura como um grande desafio para o exercício da cidadania de LGBT no estado do Rio de Janeiro. Apesar de políticas públicas implantadas, como esta dissertação explicitou, a própria máquina burocrática e as pessoas que operacionalizam essa máquina, imbuídas de seus entendimentos individuais, não executam as políticas e normas que são construídas a duras penas. Hoje, Oliveira Marques não está mais à frente da Vara de Registros Públicos da capital do RJ. Após o imbróglio em

---

[52] Ver *Justiça do Rio continua barrando casamento gay após decisão do CNJ* em http://glo.bo/20qVQzx. E *Casamento gay: uma união ainda difícil no Rio* em http://glo.bo/1Qq9VZ6. Acesso em 26 de janeiro de 2016.

[53] Entrevista concedida a Luís Bulcão, do G1 em 14 de maio de 2013.

relação à conversão, o juiz Marcius da Costa Ferreira segue como juiz titular da vara, sem posicionamentos polêmicos ou resistentes ao tema.

No entanto, mesmo no meio da relação ruidosa entre Judiciário e Executivo no RJ, o Programa Rio Sem Homofobia realizava e (ainda) realiza uniões estáveis e casamentos coletivos, batendo recordes mundiais de cerimônias deste tipo. Foram 668 casais homoafetivos que realizaram entre uniões homoafetivas, conversões e casamento civil desde 2011 até 2015. O evento, que sempre conta com a forte participação da mídia de massa, a cada ano é promovido a partir de uma forte rede de parceiros do RSH, a saber: Tribunal de Justiça do RJ, através de seu Departamento de Sustentabilidade; Defensoria Pública do Estado do RJ, que possui seu Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e dos Direitos Homoafetivos; a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro e até a Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude.

A política, que pode ser considerada como uma verdadeira vitrine do RSH, a cada ano que passa é ainda mais procurada pela população LGBT. No primeiro ano de evento (2011), foram 43 casais que realizaram uniões estáveis, em sua maioria, lésbicas. A cerimônia foi realizada pelo desembargador Siro Darlan dentro do auditório Adauto Belarmino, da Secretaria de Estado Assistência Social e Direitos Humanos, no prédio da Central do Brasil – sede do Rio Sem Homofobia.

No ano seguinte (2012), ocorreram duas cerimônias: a primeira em julho, que reuniu 50 casais homoafetivos e a segunda, um dia antes da celebração do Dia dos Direitos Humanos, que contou com a participação de 100 casais. Em 2013, no auditório da Escola de Magistratura do Estado do Rio, esse número sobe para 130 pessoas[54], sendo seguido, em 2014, pela procura de 160 casais que queriam formalizar seus casamentos civis. No último ano (2015), pouco antes da finalização deste trabalho dissertativo, o Programa Rio Sem Homofobia e seus parceiros realizaram a sexta cerimônia coletiva no Tijuca Tênis Clube, Zona Norte do Rio, reunindo 185 casais homoafetivos que formalizaram diante da Justiça seus casamentos civis, batendo o próprio recorde de maior casamento coletivo homoafetivo do mundo.

Contudo, como explicitado na introdução deste capítulo, nem todos os LGBT querem ou estão preparados para gozarem do direito de se casarem formalmente. Não pela simples questão de escolha, de quererem ou não constituir família ou legalizar uma relação, mas sim

[54] Ver *Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro realiza maior casamento homoafetivo do mundo* em http://bit.ly/1o20w0A. Acesso em 11 de fevereiro de 2016.

por outros tantos fatores do cotidiano, que os impedem de trilharem este caminho. A homofobia internalizada ainda é um desafio para a própria comunidade LGBT, que ainda não se sente segura em assumir-se por conta dos inúmeros atravessamentos que uma sociedade heteronormativa e misógina impõe. Em seu dia a dia, parte desta mesma comunidade que se vê desprovida de direitos e, insistentemente, oprimida pela maioria social que perpetua violências, discrimina aqueles que vivem sua sexualidade livremente.

3.2 Homofobia e misoginia: vivências e conflitos de LGBT

Os tempos hipermodernos indicam uma valorização do individualismo e do hedonismo, elevando tais conceitos à exacerbação do eu. Contextualizado à questão do consumo, epicentro das teorias do filósofo francês Gilles Lipovetsky (2004), no desenvolvimento da denominada hipermodernidade, faz-se necessário problematizar os novos comportamentos, marcados pela maneira de ver e estar no mundo associada ao ato de consumir. Não há dúvidas que a sexualidade e a forma como ela vem sendo tratada pelas variadas esferas sociais, inclusive a mídia, são nítidas características desse cenário, no qual o público e o privado tomam novos contornos e muitas vezes tornam-se híbridos, fazendo com que as fronteiras sejam turvas ou inexistentes.

Seguindo essa linha de pensamento, Bauman emerge como um interessante interlocutor de Lipovetsky, na medida em que acredita em um enredamento social calcado nos excessos e defende a existência de um indivíduo hipermoderno que se move em uma sociedade "líquida" (BAUMAN, 2001). Se a sociedade se tornou "líquida", como propõe o filósofo polonês, o homem hipermoderno tem a possibilidade de questionar as instituições políticas oficiais, uma vez que, para ele, tais instituições são rígidas demais em um mundo que fez de sua liquidez o meio para imprevisibilidade e transformação. O direito ao corpo, ao afeto e aos usos do sexo para além da reprodução humana, valorizando o prazer individual e o orgasmo marcam essa nova fase histórica. Apesar de uns preferirem o casamento e o núcleo familiar à procura por sexo casual e ao não-assumir-se publicamente.

A instituição da moral e "dos bons costumes", muito calcada no discurso religioso-cristão-ocidental, começa a dar sinais de fissuras, na medida em que esse indivíduo *hipermoderno*, preocupado com o bem-estar e o prazer, questiona dogmas engessados que limitam desejos e interditam o corpo. Como afirma Douglas Kellner:

> Quando as pessoas aprendem a perceber o modo como a cultura da mídia transmite representações opressivas de classe, raça, sexo,

> sexualidade, etc. capazes de influenciar pensamentos e comportamentos, são capazes de manter uma distância crítica em relação às obras da cultura da mídia e assim adquirir poder sobre a cultura em que vivem. Tal aquisição de poder pode ajudar a promover um questionamento mais geral da organização da sociedade e ajudar a induzir os indivíduos a participarem de movimentos políticos radicais que lutem pela transformação social (KELLNER, 2001, p. 83).

Contudo, ao mesmo tempo em que se observa o avanço desta tendência, nota-se a reação de grupos que a execram, sejam religiosos ou políticos (fundamentalistas e neonazistas, por exemplo). Muniz Sodré (2006, p.32) sugere que há um esforço daqueles que controlam a razão, a moral, de sobrepô-las às emoções e ao afeto porque "(...) o mundo moderno começa a suspeitar mais fortemente dos afetos ou paixões, enquanto instâncias de confusão ou de uma desmedida socialmente indesejável".

Termos como afeição ou afecção, provenientes de *affectus* e *afectio*, segundo Sodré (2006, p.28-29), referem-se a um conjunto de estados que atua na função psíquica chamada de afetividade; já afeto, com a mesma etimologia, se refere a uma ação em particular sobre a sensibilidade de determinado ator. Nesse sentido, a ação de afetar, no latim clássico, contém o significado de emoção, pois corresponde a *commuovere*, comportando, um fenômeno afetivo que se define por um estado de choque ou de perturbação na consciência. Desta forma, o afeto pode equivaler à ideia de energia psíquica, "mostra-se, assim, no desejo, na vontade, na disposição psíquica do indivíduo que, em busca de prazer, é provocado pela descarga de tensão" (SODRÉ, 2006, p.29).

Nesse contexto, este subcapítulo preocupa-se em jogar luz sobre um comportamento que estabelece um paradoxo. Tomando como objeto de análise o aplicativo de sociabilidade homossexual masculina – *Grindr*, esta parte da dissertação se propõe expor e discutir a reprodução do discurso homofóbico e misógino nas descrições dos perfis dos integrantes desta rede geossocial, como um exemplo dos desafios contemporâneos da população LGBT vivenciar livremente sua orientação sexual. O objetivo é compreender os conflitos existentes em tais avatares, que replicam o repúdio ao homossexual dito "afeminado", cujo comportamento e trejeitos, encarados como femininos, geram discursos de ódio dirigidos a um segmento que, a priori, seria identificado como parceiro.

Outra questão que emerge neste debate é a nova experiência pela busca do prazer homossexual nas cidades. A partir de um aplicativo, cujas principais características são a identificação de homossexuais nas proximidades e a facilitação de encontros, os sujeitos reformulam sociabilidades e caminhos pelos quais transitam para alcançar

parceiros e concretizar desejos. Por isso, compreender as novas espacialidades da comunicação, principalmente sob a égide da cultura da mobilidade (LEMOS, 2009) é de grande relevância para o entendimento da prática homossexual na contemporaneidade, depois do "acolhimento" de LGBT por parte do Estado e da implantação de políticas públicas que asseguram, dentre outras coisas, sua segurança.

Há muito tempo, homens se relacionam com outros do mesmo sexo. Traçar um histórico da prática homossexual seria retornar aos primórdios da civilização e, ainda assim, ater-se às análises profundas de suas culturas, uma vez que a homossexualidade é encarada, interpretada e identificada de inúmeras maneiras por variadas organizações sociais. São muitos caminhos e entendimentos, o que seria muito difícil realizar em síntese.

Diante disso, o recorte de espaço-tempo se faz necessário para a clareza das discussões aqui apresentadas. O historiador James Green, em *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*, retrata as soluções encontradas por gays para driblar o preconceito e dar vazão aos desejos. O autor se concentra no século XX, mas não deixa de registrar épocas anteriores, até por conta das fortes mudanças sociais no período de transição entre Monarquia e República no país.

> No fim do Império e nas primeiras décadas da República, existia um mundo social vibrante composto de homens que utilizavam de forma criativa o espaço público, muitas vezes ocupado também por prostitutas e boêmios, para desfrutar seus prazeres e paixões (GREEN, 2000, p. 106).

Green descreve a utilização de praças públicas e parques como redutos da presença dos "frescos" (como os gays "afeminados" eram chamados à época). O historiador cita o antigo Largo do Rossio (hoje, Praça Tiradentes), no Rio de Janeiro, e o Vale do Anhangabaú, em São Paulo, como os lugares preferidos da busca pelo prazer entre homens gays. Tais espaços vigoravam como alternativas porque muitos deles eram casados com mulheres e pertencentes à elite, e, por isso, recorriam às ruas, pois sabiam da disponibilidade de "frescos", que eram facilmente identificados por conta de suas vestimentas e "trejeitos afeminados" (GREEN, 2000).

Pode-se compreender as praças e parques como espécies de *não-lugares*, ou seja, espaços de trânsito, devido à circulação acelerada de pessoas (AUGÉ, 1994). No entanto, os homossexuais masculinos da época em questão os ressignificavam, trazendo sentido e finalidade para esses locais. Gays do final do século XIX e início do século

XX compartilhavam um espaço público de sociabilidade erótica, carregando-o de identidade e afetividade, tornando-o, nesse sentido, um *lugar* de fato.

> A organização do espaço e a constituição dos lugares são, no interior de um mesmo grupo social, uma das motivações e uma das modalidades das práticas coletivas e individuais. As coletividades (ou aqueles que as dirigem), como os indivíduos que a elas se ligam, necessitam simultaneamente pensar a identidade e a relação, e, para fazerem isso, simbolizar os constituintes da identidade partilhada (pelo conjunto de um grupo), da identidade particular (de determinado grupo ou determinado individuo em relação aos outros) e da identidade singular (do individuo ou do grupo de indivíduos como não semelhantes a nenhum outro) (AUGÉ, 1994, p. 50-51).

Se naquela época a procura por relações homossexuais era majoritariamente realizada em lugares públicos, os anos que se sucederam foram caracterizados por uma reconfiguração do espaço de sociabilidade gay. Com as profundas transformações sociais que ocorreram no decorrer do século XX, como as guerras mundiais, a cristalização do sistema capitalista, as ditaduras e ascensão política da comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), os espaços para os encontros foram se transformando, além da forma de experienciá-los (GREEN, 2000).

Os encontros começaram a ocorrer com grande frequência em casas de amigos: inúmeros grupos se encontravam, uns nas residências dos outros, a fim de diversão, diálogo, festa, onde, inevitavelmente, ocorriam os flertes. São nesses espaços que o Movimento LGBT encontrou terreno fértil para sua germinação, conforme contextualiza Green (2000).

Além dos encontros domésticos, a ida às saunas, bares e boates voltadas ao público gay também caracterizou o período do meio do século. Homossexuais masculinos e também femininos começaram a frequentar assiduamente espaços segmentados – espécies de guetos – para a prática não só homoerótica, como também de sociabilidade. O *pink money* começou a movimentar a "economia rosa", gerando grandes rendimentos para as cidades, principalmente os grandes centros, no Brasil particularmente Rio de Janeiro e São Paulo, que detinham (e ainda detêm) os principais lugares para a finalidade sexual.

Lilian Torres (2000, p.70), ao detalhar e apresentar seu olhar etnográfico sobre esses territórios, exemplifica os variados locais LGBT que compunham os segmentos por ela estudados: eram inúmeros espaços movimentados e povoados por lésbicas e gays que procuravam lugares de sociabilidade. A autora traça os trajetos e expõe um

cenário de encontros bem demarcados, os quais se tornaram territórios de lazer e de entretenimento, fazendo fluir identidades e afetos:

> Na rua Santo Antônio, além dos bares de MPB (Boca da Noite, Porque Hoje é Sábado), há um trajeto gay (Bug House, Scubaruba, Fellini Bar, Segredu's, Skadinha, Sky, Perepepês) que se comunica com o bar e restaurante Ferro's, na rua Martinho Prado, conhecido pela frequência de mulheres homossexuais, e com outras casas noturnas semelhantes na rua Rui Barbosa (Shock, HeavenUp) (TORRES, 2000, p.70).

Com o avanço e desenvolvimento acelerado das tecnologias de informação e comunicação (TICs), boates e bares voltados especialmente ao público LGBT deixaram de ser os principais locais para os encontros. Outros percursos passaram a ser trilhados para a busca do prazer homossexual nas cidades. A internet e, mais tarde, os dispositivos móveis com geolocalizador, transformaram a experiência da conquista. Primeiramente, com as salas de bate-papo, onde o teor textual era valorizado, passando pelos *softwares* com uso de imagens e vídeos, até chegar aos aplicativos dos telefones celulares. Estes últimos dispositivos otimizaram os encontros com fins sexuais, principalmente nas metrópoles, geralmente muito povoadas e com grandes fluxos populacionais em diferentes espaços.

Segundo Janice Caiafa (2013), as cidades são espaços que abrigam extensos e infindáveis movimentos: grandes fluxos urbanos enredam-se, fazendo com que a todo instante os próprios residentes sintam-se estrangeiros, por assim dizer, devido à tamanha diversidade a que estão expostos. Para ela, "a relação com os fluxos urbanos da diferença é uma experimentação, algo que exercitamos e construímos enquanto ocupamos e circulamos pelo espaço das cidades" (CAIAFA, 2013, p.30).

Circular pelas cidades também significa *navegar* por ela, e, ao mesmo tempo, emprestá-la novos significados e utilidades. Para André Lemos, as TICs dão cabo de certo nomadismo por mediarem fluxos corporais e informacionais, gerando um poder sobre os espaços ao "des-re-territorizá-los", ou seja, "as tecnologias de comunicação móveis são tidas como desterritorializantes, instituintes de processos nômades, justamente por criar deslocamentos de corpos e informação" (LEMOS, 2007, p. 285).

Nesse sentido, as tecnologias móveis possibilitaram um maior controle sobre o tempo e o espaço, atuando como instrumentos de territorialização, na medida em que instituíram outras formas de controle, particularmente na justaposição dos espaços eletrônico e físico.

A partir dos aplicativos para dispositivos móveis que têm como componente norteador de suas funções o mapeamento das cidades, conferindo-lhe memórias, usos e afetos, os indivíduos passaram a reapropriar, ou melhor, reterritorializar os espaços citadinos e, a partir dele, reconfiguraram trajetos e finalidades. Novos usos foram engendrados e maneiras de lidar com os lugares experienciados das mais variadas formas, de acordo com a demanda de cada um.

No caso de *apps* gays, cujo intuito é viabilizar encontros reais (físicos) entre homossexuais masculinos, majoritariamente discriminados pela cultura heteronormativa da sociedade, esta ressignificação dos espaços, principalmente no campo virtual, que se concretiza através do ato sexual no espaço físico, pode ser encarada como tentativa de construção de um território seguro para dar vazão aos desejos considerados "desviantes" dos homossexuais. As variantes, agora, são a rapidez e a precisão dos processos e a quantidade de sujeitos envolvidos nessa rede.

Caiafa (2013), a partir de Deleuze e Guattari, atribui ao transporte coletivo a função de dar fuga. Em uma analogia com os *apps gays*, que não deixam de ser equipamentos maquínicos, transportando corpos virtualizados, há de se aferir que também são válvulas de escape à opressão sexista. É nesse ambiente desdobrado e virtual e, ao mesmo tempo, real e "localizado" que homossexuais constituem novos espaços próximos e otimizados para se relacionarem sexualmente.

> A fuga, dentro da cidade e através da cidade, abriga esse sentido de escapar das prescrições sociais/subjetivas/territoriais – que, por outro lado, têm o seu papel na produção da vida social nas cidades e que retificam e traduzem os fluxos urbanos de diferenciação constantemente. O cultivo dessa fuga é uma marca das cidades (...) (CAIAFA, 2013, p. 31).

Novas experiências são incorporadas ao cotidiano das cidades, agora, mapeada e virtualizada – reterritorializada, por excelência, a partir da emergência do ciberespaço, que é também o espaço da rua. São novas produções de sentido e relações homem-dispositivo-sociedade. Nas palavras de Eduardo Bianchi (2014, p. 6), "o corpo que se desloca pela cidade, que caminha pelos espaços, que vivencia as ambiências em busca de prazer, redesenha a sua própria cidade", transformando também a vida cotidiana, - esse ininterrupto processo de invenções e reinvenções a partir daquilo que o homem tem a sua disposição para tecer sua história (Heller, 2008).

O Grindr[55] criado pelo americano Joel Simkhai, em 2009, é uma rede geossocial que pode ser usada por diferentes sistemas operacionais e dispositivos móveis, como o *Android, iPhone, iPod Touch, iPad, Blackberry OS*, entre outros. O aplicativo está disponível para *download* na *App Store e o Android Market/Google Play Store*, com versões gratuitas e uma paga - *Grindr Xtra*. O objetivo principal é viabilizar encontros "reais" entre homens gays e bissexuais que estão próximos entre si e, para isso, o *app* conta com o uso da tecnologia de geolocalização.

Essa dinâmica de busca por prazer entre gays e bissexuais funciona em uma interface de fácil usabilidade, que apresenta uma série de imagens representativas de homens, a maioria com parte de seus corpos expostos, ordenada do mais próximo ao mais distante. A partir da escolha de uma imagem é disponibilizado um breve perfil para esse usuário, bem como a opção de bate-papo, envio de fotos e mapa que localiza onde aquela pessoa se encontra naquele momento, mostrando a distância entre os que estão se comunicando.

Em entrevista ao portal R7, de 1º de outubro de 2010[56], Joel Simkhai revelou que teve a ideia da criação do aplicativo porque "ficava frustrado com os sites de namoro, que não levavam em conta a localização das pessoas". Ele explica que, naquela época, se fazia buscas pelo CEP, desprezando "o cara da minha sala, do edifício, do outro lado da rua". No momento em que a segunda geração do iPhone chegou ao mercado, em junho de 2008, a experiência dos usuários na relação com os aplicativos mudou.

O Brasil iniciou o uso do Grindr de maneira gradual, se comparada com a velocidade de outros países, segundo Simkhai. Ainda na mesma entrevista, o americano diz que começou a crescer mais rapidamente a partir do "boca a boca" e pela divulgação na mídia. Em maio de 2011, o Brasil possuía 14.044 usuários do Grindr e, em setembro de 2013, como consta no release "Grindr Fact Sheet", que faz parte de um press kit dirigido à imprensa, o país já contava com 247.728 usuários e ocupava a sétima posição no ranking dos que mais utilizam o aplicativo, ficando atrás apenas de EUA, Inglaterra, França, Canadá, Austrália e Espanha.

Esses números legitimam o aplicativo como uma nova ferramenta de busca pelo prazer homossexual masculino nas grandes cidades. Tal comportamento faz emergir uma experiência diferenciada de lidar com os caminhos que são trilhados para a

[55] Ver mais em http://grindr.com/learn-more. Acesso em 15 de fevereiro de 2016.
[56] Disponível em http://bit.ly/1vkNNm9. Acesso em 15 de fevereiro de 2016.

concretização de um ato sexual. Anteriormente, os encontros estavam concentrados nas praças, ruas e avenidas, passando por domicílios de amigos, festas, saunas e boates e, com a internet e o desenvolvimento de aplicativos de encontros com geolocalização, passaram a acontecer em qualquer lugar, em qualquer momento e de maneira facilitada e mediada por um dispositivo móvel. São corpos agenciados em uma relação íntima com a tecnologia; corpos em trânsito os quais carregam uma série de representações e enunciados que constituem uma espécie de vitrine daquele usuário que está a escolher.

Bianchi problematiza a questão das corporalidades e suas performances. Para o autor, há variadas funções deste corpo-objeto na elaboração dos processos de (re)territorialização da cidade (LEMOS, 2007) justamente pela ocupação de seus espaços e pela configuração de lugares de afeto, onde se compartilham as ambiências pelo sentimento de pertencimento. É nesse sentido que compreende-se o *Grindr* enquanto um mediador de corpos desejantes. São corpos que ocupam, transitam e comunicam; não somente de forma material, mas, principalmente, imaterial e simbólica; haja vista a defesa desse subcapítulo de uma nova espacialidade comunicativa e de um desdobramento corporal no tempo e no espaço.

Por ser virtual, esse corpo midiatizado é, na maior parte das vezes, produzido de maneira espetacular e performática, a fim de operar na lógica dos afetos e estimular desejos.

> Estamos falando de um corpo em performance comunicativa, tomado por linguagens simbólicas e pelos diferentes modos e estilos que incorpora. Percebemos o corpo em busca de sedução de outros olhos e de muitos olhares. Por meio de um jogo lúdico, a corporeidade sedutora tenta, a todo custo, apreender o outro, os olhos do outro, busca a atenção e quer ser identificada como objeto desejante. (...) Explorador do onírico, o corpo comunicante, enquanto produtor sensível, passa a ser a imagem geradora de pululares imagéticos por parte de seu "dono" e sob os olhares alheios. O corpo pode ser entendido como objeto e, assim, pode ser explorado pelos desejos e pelas reações geradas em outros corpos (BIANCHI, 2014, p.2).

Os corpos desejantes estão na rede, conectados e prontos para se interligarem a qualquer momento, a partir de novas linguagens comunicativas que devem ser entendidas como fenômenos de enunciação coletiva, no caso, os *apps* geossociais homoafetivos. Nesse sentido, o conceito de *rizoma*, de Deleuze e Guattari, pode ser adaptado quando se entende o desenvolvimento da vida urbana a partir da rede. Todos os pontos se comunicam e podem ir de um lugar a outro, na medida em que estão sob a égide dos princípios de conexão e de heterogeneidade. Para Deleuze e Guattari (1995,

p.14), “num rizoma [...] cadeias semióticas de toda a natureza são aí conectadas a modos de codificação muito diverso, cadeias biológicas, políticas, econômicas, etc., colocando em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estatutos de estados de coisas”. Ou seja, além de a rede não poder ser considerada apenas como itinerário, numa dimensão somente territorial, ela também abarca organizações flexíveis, indivíduos ou grupos dispersos e descentralizados, que a partir de interesses comuns e desejos de variadas ordens, movimentam-se por ela. Como os próprios autores explicam, a conectividade entre as enunciações, subjetividades e humanidades com a máquina é o processo.

Deleuze e Guattari, quando desenvolvem o conceito de *rizoma*, também problematizam a questão da ruptura de sistemas. No caso do *Grindr*, se entende a cidade como heteronormativa, por mais que ela pulse alteridade, pois ainda assim, o choque e, por vezes, o preconceito e desrespeito com os homossexuais é uma constante, como verifica-se em alguns fragmentos discursivos que são detalhados a seguir (ver figuras 1 e 2).

> Todo rizoma compreende linhas de segmentaridade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar. Há ruptura no rizoma cada vez que linhas segmentares explodem numa linha de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.17).

Contudo, ainda como um caminho alternativo e, *a priori*, seguro para que homossexuais deem vazão aos seus desejos, os discursos dos usuários do *Grindr* também compartilham preconceitos, baseados em uma perspectiva heteronormativa e, sobretudo, machista da sociedade.

É curioso perceber traços homofóbicos e misóginos em uma rede geossocial, cujo intuito é estabelecer a proximidade e encontros “reais”, físicos, entre homossexuais. Por se constituírem minoria oprimida e vulnerável, o esperado seria a resistência à discriminação e a ressonância do afeto. Como afirmam Deleuze e Guattari (1995, p.17), “faz-se uma ruptura, traça-se uma linha de fuga, mas corre-se sempre o risco de reencontrar nela organizações que reestratificam o conjunto, formações que dão novamente o poder a um significante, atribuições que reconstituem um sujeito”. Segundo os autores, existem, nos indivíduos e nos grupos, “microfascismos” sempre à espera de sedimentação.

A imagem do corpo, ou seu discurso, é reconhecido dentro do funcionamento de uma determinada sociedade, que segue normas e condutas de comportamento. Michel Foucault (1976), que estudou a história da sexualidade e do corpo, e introduziu temas diversos em um projeto de uma arqueologia dos saberes e uma genealogia dos poderes na sociedade, tem uma análise relevante, que permite pensar as relações de poder na Modernidade em um regime que vai da sociedade disciplinar à sociedade de controle, para chegar ao paradigma na contemporaneidade definido pelas tecnologias de comunicação e de informação que são inerentes ao *biopoder* - que é a forma utilizada pelo capitalismo para administrar a vida social por dentro, acompanhando-a, interpretando-a, absorvendo-a e rearticulando-a (REZENDE, 2005).

Foucault (1976) já questionava sobre qual tipo de investimento do corpo seria necessário e suficiente ao funcionamento da sociedade capitalista. Para o autor, a articulação entre as práticas discursivas e as não discursivas, ou seja, as relações econômicas, sociais e políticas vinculam-se à emergência do Estado do bem-estar social na Europa de meados do século XX (pós-guerra). Aos poucos, a sociedade industrial, baseada na produção, vai dando lugar à sociedade de consumo; nesse momento, “a ênfase é dada às formas das relações consigo, aos procedimentos e às técnicas pelas quais são elaboradas, aos exercícios pelos quais o próprio sujeito se dá como objeto por conhecer e às práticas que permitam transformar seu próprio modo de ser” (FOUCAULT, 1984, p. 37).

As tecnologias de poder expressam as formas sociais que produzem os corpos e (re)produzem suas imagens, fornecendo-lhes sentido, ou seja, estabelecendo discursos que são internalizados como verdades (REZENDE, 2005). Forma-se então o discurso da norma, segundo Foucault, correspondente ao binômio *normal x patológico* vinculado à sociedade industrial. Nesse sentido, podemos compreender, segundo Sedgwick (1993, p.156), que a figura do menino afeminado concentra uma patologia da homossexualidade, na medida em que o “homossexual saudável deveria agir masculinamente”.

Para o sociólogo peruano Giancarlo Cornejo (2010), que realizou uma autoetnografia *queer*, existe uma razão que afirma que a ”afeminobia” seria uma necessidade conceitual do movimento LGBT de parar a longínqua tradição de tomar o gênero e a sexualidade como categorias contínuas, uma tradição que assume que qualquer pessoa que deseja um homem deve por definição ser feminina, e que um homem que deseja uma mulher deve, pela mesma razão, ser masculina.

A rede é uma grande condutora de relações globalizadas; não se decreta uma rede e, tampouco, a impõe a seus usuários uma maneira vertical de conduta. As pessoas usam os equipamentos tecnológicos, que propiciam uma outra rede, agora virtualizada, engendrando seus próprios *scripts* e protocolos, muitos deles imbuídos de representações e valores convencionais e hegemônicos.

Como exemplo do deslocamento e fluxo das convicções heteronormativas da vida cotidiana para a rede virtual, ou melhor, para os aplicativos móveis de sociabilidade gay, seguem algumas descrições de perfis de usuários do *Grindr*, que, desde a primeira demonstração de gostos e interesses, evidenciam a replicação de discursos homofóbicos e misóginos.



Figura 1. Exemplos de perfil de usuários do *Grindr*

No primeiro exemplo, conforme é possível verificar na figura 1, o usuário é categórico ao reafirmar “nem tenta se for afeminado”, frase que somada à figura de um cachorro de raça semelhante a um *pitbull*, potencializa a mensagem de o interesse do perfil ser apenas sexual, sem espaços para afetividades, que, geralmente são atribuídas ao sexo feminino. Este perfil também descarta, logo no início da frase, qualquer possibilidade de aproximação com gays que não estejam inseridos na semântica de virilidade. O perfil *Turista 21cm* refuta parceiros que porventura apresentem trejeitos considerados femininos, bem como o segundo exemplo, que diz “não curto afeminado”, indicado na sua *headline*, seguido do perfil *Gato Safado*, que também segue a mesma lógica “não afeminado e não curto”.

Os relacionamentos nas redes sociais são estudados por Recuero (2013, p.58), que verifica os “atos de ameaça à face” nessas plataformas, considerando face “valores positivos que um determinado ator busca por meio de sua expressão”. O foco da autora é o *trolling* – “ato de desestabilizar as pessoas para a diversão pessoal ou de vários

outros" (2013, p.63) – e seus efeitos. Segundo Recuero, "essas práticas podem gerar danos consideráveis para os grupos e as conversações em rede, notadamente reduzindo o capital social gerado e construído pela mediação do computador" (p.65). A hiperconexão permitida pelas redes e as próprias características dos participantes podem "potencializar os danos gerados pelo 'trolling'", afirma a autora.

O Portal Fórum reproduziu um artigo do site osentendidos.com, especializado na temática homossexual, que traz vários conteúdos que problematizam as questões que circunscrevem o cotidiano gay. O assunto macho/fêmea; bofe/afeminado, por vezes, é epicentro das discussões das matérias e da opinião dos colunistas. Em maio de 2014, Bruno Etílico escreveu a matéria "A máscara do gay macho: identidades virtuais"[57], onde ele problematiza e debate uma experiência que fez utilizando o *Grindr*. O escritor resolveu criar um perfil com uma estrutura pouco usual: um recém-chegado ao Rio de Janeiro; com uma foto que corresponde ao padrão sexual do homem másculo, forte, grande, jovem e branco; com descrição de perfil não muito elaborada, mas com dados suficientes de uma dissociação do padrão comumente buscado pelos usuários, na medida em que apresenta a ideia paradoxal de se enquadrar nessa normatização, apesar de rejeitá-lo em sua busca. A seguir, eis a conversa.

[57] Disponível em http://bit.ly/2451El5. Acesso em 15 de fevereiro de 2016.

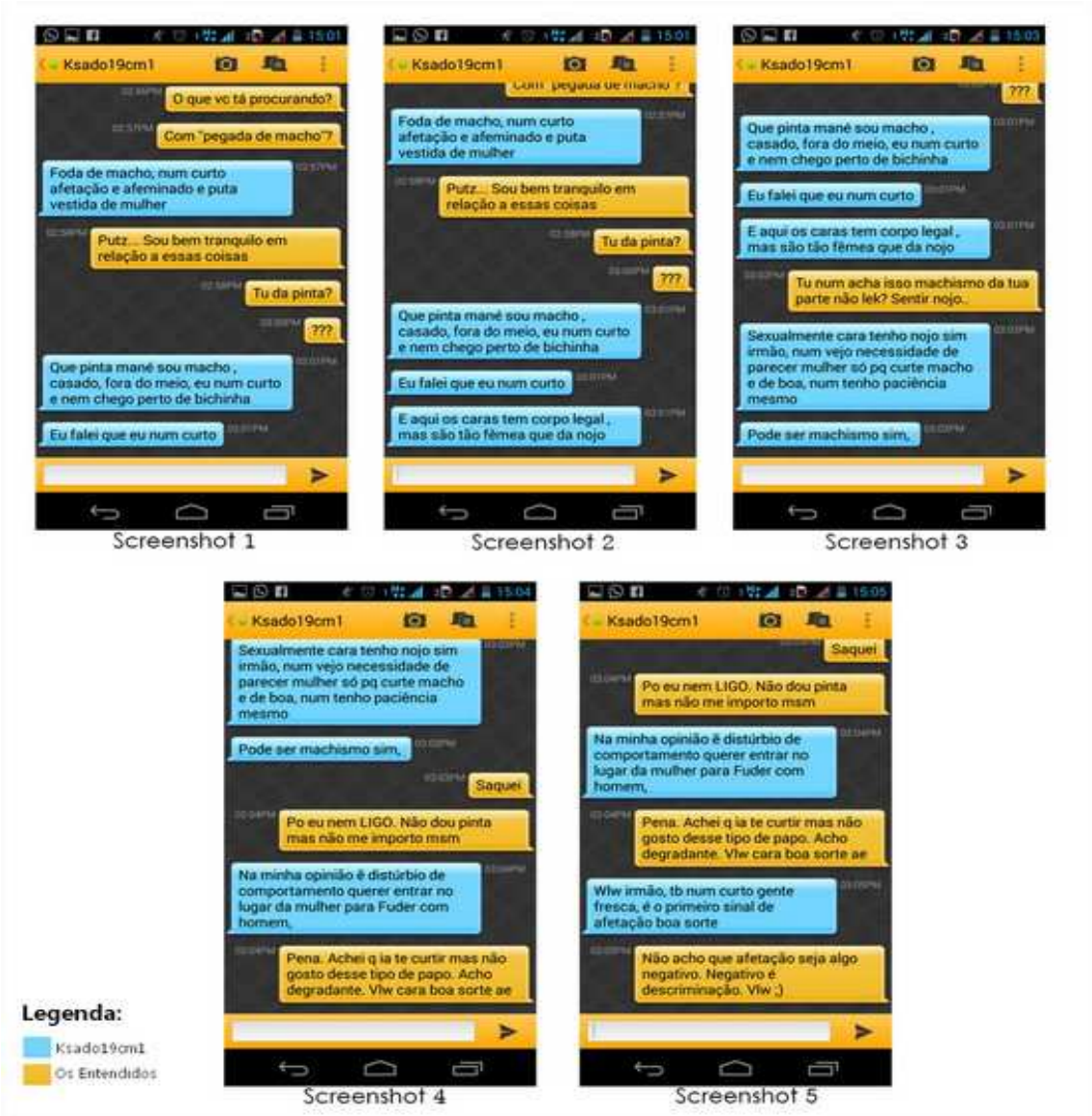


Figura 2. Trecho da conversa de Bruno Etílico com um usuário do *Grindr*.

O exemplo da figura 2 vai além das descrições do perfil dos usuários. Após ser chamado para uma conversa, *Ksado19cm1* reproduz um discurso homofóbico e, sobretudo, misógino. Sua ojeriza ao feminino pode ser percebida a partir de afirmações como: “não curto afetação”; “nem chego perto de bichinha”; “são tão fêmeas que dá nojo”; “não vejo necessidade de parecer mulher”; e “é distúrbio de comportamento querer entrar no lugar da mulher para fuder com homem”. Tal discurso está calcado no ódio, na intolerância e na violência, sendo dirigido a qualquer interlocutor que venha a reproduzir traços femininos, pois ele “não tem paciência mesmo”, como evidencia os fragmentos do texto.

Percebe-se também que, mesmo identificando o machismo em suas palavras, conforme pode ser verificado, *Ksado19cm1* não se arrepende e continua perpetrando

intolerância ao interlocutor. Talvez por certa ocupação da zona de conforto, por se entender enquanto ator hegemônico, portador de um senso comum e, historicamente, arraigado na sociedade. Não há pudores ou remorsos ao se autointitular machista e proferir sentenças discriminatórias, pois nas relações cotidianas, a cultura heteronormativa e patriarcal é uma constante e certamente se caracteriza como um desafio a ser enfrentado pela própria comunidade LGBT.

A questão do discurso misógino, a partir de Bourdieu (2002), leva em conta outra perspectiva, na qual a dominação do homem sobre a mulher é exercida por meio de uma violência simbólica, compartilhada inconscientemente entre dominador e dominado, determinado pelos esquemas práticos do *habitus*. No caso da relação entre homossexuais, o indivíduo que mais desempenhar o papel do macho, não somente com fenótipos, mas também com atributos comportamentais, discursivos e sexuais, impõe sua dominação com extrema potência. Para o autor,

> a lógica paradoxal da dominação masculina e da submissão feminina, que se pode dizer ser, ao mesmo tempo e sem contradição, espontânea e extorquida, só pode ser compreendida se nos mantivermos atentos aos efeitos duradouros que a ordem social exerce sobre as mulheres (e os homens), ou seja, às disposições espontaneamente harmonizadas com esta ordem que as impõem (BOURDIEU, 2002, p. 49 e 50).

Nesse sentido, são corpos que ocupam, transitam e comunicam, principalmente no campo do simbólico. De toda forma, são micropolíticas que se instauram no cotidiano e que revelam que a rede virtualizada promovida pelo *Grindr* é composta por atores sociais e suas performances. São corpos que carregam consigo as representações de um mundo simbólico e, sobretudo, das relações sociais e relações de poder das quais fazem parte; e que muito obstaculizam vivências mais libertárias e livres de parte da própria população LGBT, que ainda com algumas leis a seu favor e políticas governamentais em prol de sua cidadania, encara dificuldades e entraves de existência.

3.3 Crise do Programa Rio Sem Homofobia

Em outubro de 2015, o jornal O DIA publicou uma matéria[58] em seu site denunciando a falta de pagamento dos salários dos funcionários do Programa Rio Sem Homofobia. São advogados, assistentes sociais, psicólogos, operadores de telemarketing, assistentes administrativos, dentre outros, que deixaram de receber seus

[58] Ver *Profissionais do Rio Sem Homofobia estão há quase três meses com pagamentos atrasados*. Disponível em http://bit.ly/1RIGXGw. Acesso em 16 de fevereiro de 2016.

proventos após o trabalho realizado dentro dos Centros de Referência e do Disque Cidadania LGBT.

O Programa RSH é mantido com orçamento próprio do Governo do RJ. Parte da verba destinada à Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos é descentralizada para o programa de combate à homofobia e promoção da cidadania de LGBT fluminense. No entanto, nem todos os funcionários constam na folha de pagamento do governo, isto é, há alguns poucos funcionários que possuem nomeações, conhecidas como cargo de confiança; e a maioria dos trabalhadores que são contratados via convênio entre a SEASDH com a Uerj.

A secretária de Assistência Social e Direitos Humanos, à época, Teresa Consentino, explicou que estava temerosa de não conseguir fechar o ano com o programa em vigor, mas que não suspenderia os serviços. Consentino também culpou a Secretaria de Estado de Fazenda do não repasse da verba, uma vez que ela e o reitor da Uerj, Ricardo Vieiralves, já haviam publicado a resolução conjunta SEASDH/Uerj nº 371, autorizando a liberação de R$ 1,25 milhão para o pagamento dos salários e, assim, garantir as atividades do programa.

> Quando eu entrei, no início do ano, com o orçamento já comprometido, eu não tinha recursos para levar o Rio Sem Homofobia até o final do ano. Essa situação já foi revertida. Em nenhum momento eu disse que iria interromper o programa. Jamais disse isso. [...] A etapa que cabia à Secretaria de Assistência Social foi feita. A etapa que cabia à Uerj foi feita. A universidade emitiu documento para o pagamento. Falta a etapa do efetivo pagamento, que quem faz é a Fazenda. Eu tenho o compromisso da Fazenda comigo que esse pagamento vai ser feito o mais rápido possível e a esperança é que seja feito até o final do dia [7 de outubro de 2015][59].

Contudo, o pagamento não foi realizado e os funcionários começaram a fazer um esquema de rodízio para o atendimento das demandas, que, consequentemente, sofreram grande impacto com a drástica redução do atendimento. Muitos funcionários deixaram de ir por conta da falta de custeio das passagens de ônibus, que o governo também não cobria. Segundo o jornalista d'O DIA, Felipe Martins, a Secretaria de Estado de Fazenda emitiu uma nota explicando que a crise se deve "à grave crise financeira do Estado, provocada pela forte desaceleração da economia brasileira, a queda brusca e significativa nos preços do barril do petróleo e a crise no setor de óleo e gás"[60]. A nota

[59] Entrevista concedida a Felipe Martins em outubro de 2015 para o jornal O DIA.
[60] Ver *Profissionais do Rio Sem Homofobia estão há quase três meses com pagamentos atrasados.* Disponível em http://bit.ly/1RIGXGw. Acesso em 24 de fevereiro de 2016.

afirma ainda que “a quase paralisação da Petrobras, empresa que tem 80% das atividades no Rio, representa um baque muito forte nas finanças fluminenses”.

A questão foi piorando e a crise se avolumando cada vez mais. As promessas continuaram e os pagamentos não foram realizados. A situação foi sendo narrada pela mídia, mas pouco (ou nada) de efetivo foi feito para resolver o problema. O jornalista Felipe Martins publicou outra matéria[61], com riqueza de detalhes, onde ele explicava os impactos da falta de salário na vida dos funcionários do RSH. Uns tiveram que voltar para a casa dos pais por não conseguirem custear o aluguel e outros não tinham o que comer.

Foi quando começaram a emergir rumores nas redes sociais de que o RSH tinha suspendido totalmente suas atividades de atendimento por falta de pagamento de seus funcionários. De fato, no dia 8 de janeiro de 2016, 65 dos 85 profissionais que integravam a equipe do RSH, ou seja, mais de 75% do efetivo do atendimento foi notificado que estava dispensado das atividades, mesmo com três meses de salários atrasados. O programa Bom Dia Rio, da Rede Globo de Televisão, no dia 15 de janeiro de 2016, relatou a crise do RSH, informando que os serviços de acompanhamento psicológico foram totalmente suspensos e o jurídico foi reduzido, atendendo apenas a casos emergenciais de violência homofóbica. O vídeo foi reverberado pelo portal G1[62] e a matéria virou suíte[63] para outros tantos veículos comunicacionais, como UOL[64], EBC[65] etc; que propagavam a suspensão dos serviços do RSH.

Aliada à crise financeira, o programa Rio Sem Homofobia também sofreu com os reflexos de uma imensa crise política que o Brasil vivenciou no final do segundo semestre de 2015. O racha entre o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB/RJ), mesmo partido do governador Pezão, e a presidenta petista Dilma Rousseff, polarizando o país diante do processo de impeachment da chefa de Estado, gerou impactos em toda a política brasileira, pois dentro do próprio PMDB não havia

---

[61] Ver *Profissionais do Rio Sem Homofobia são dispensados com três meses de salários atrasados*. Disponível em http://bit.ly/2474gP7. Acesso em 16 de fevereiro de 2016.

[62] Ver *Programa Rio Sem Homofobia demite mais de 60 funcionários*. Disponível em http://glo.bo/2476mie. Acesso em 16 de fevereiro de 2016.

[63] Do francês suíte, isto é, série, seqüência. Em jornalismo, designa a reportagem que explora os desdobramentos de um fato que foi notícia na edição anterior. Também se usa o verbo suitar no sentido de repercutir.

[64] Ver Com crise no Rio, programa anti-homofobia perde 75% da equipe. Disponível em http://bit.ly/20B0zgc. Acesso em 16 de fevereiro de 2016.

[65] Ver Rio Sem Homofobia suspende Disque Cidadania LGBT. Disponível em http://bit.ly/1KTCE9J. Acesso em 16 de fevereiro de 2016.

consenso sobre esta questão, que muitos entendiam como um golpe político. O próprio governador do RJ, cria de Sérgio Cabral, não era a favor do impeachment da presidenta.

Diante do imbróglio, manobras políticas foram sendo perpetradas de modo a frear o avanço conservador de Cunha. Assim sendo, em dezembro de 2015, o governador Luiz Fernando Pezão demitiu a secretária de Assistência Social e Direitos Humanos, Teresa Consentino, nomeando o pastor evangélico Ezequiel Teixeira, do recém-criado Partido da Mulher Brasileira (PMB). A estratégia levaria mais um nome favorável ao deputado federal Leonardo Picciani (PMDB/RJ) para a Câmara dos Deputados, já que para a vaga de Ezequiel Teixeira foi o peemedebista Átila Nunes. No entanto, em manobra capitaneada por Eduardo Cunha, Leonardo Picciani foi destituído da liderança do partido, gerando ainda mais tensão entre as alas oposicionista e governista. Picciani tem posição contrária ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff e tem atuado em alinhamento com o governo. Os dois lados manobravam para tentar reforçar seus times, um grupo para manter Picciani fora da liderança e o outro para trazê-lo de volta. Ele retornou à liderança e, por outros fatores não aprofundados nesta dissertação, o processo de impeachment segue bem arrastado e sem perspectivas de sucesso[66].

Contudo, o pastor Ezequiel Teixeira continuava à frente da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos; sua nomeação foi mais um fator relevante que aprofundou a crise do RSH. Em abril de 2015, Teixeira se posicionou, quando fazia parte da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados, veementemente contra uma resolução do governo federal que admitia a alunos transexuais o direito ao uso do banheiro conforme a identidade de gênero nas escolas. Segundo o jornal O DIA, em sua página oficial, Teixeira chegou a anunciar a promoção de um ato público para a revogação da medida. “Não cabe ao menor, enquanto incapaz, praticar determinados atos da vida civil. E o Estado deve propiciar os meios necessários para o exercício do poder familiar, e não se intrometer na tarefa assegurada aos pais”, escreveu o deputado[67].

O coordenador do RSH, Cláudio Nascimento solicitou ao governador Pezão a troca de tutela do programa. Para ele, para que o Rio Sem Homofobia sobrevivesse à crise político-financeira instaurada no segundo semestre de 2015 seria primordial que o

[66] Leia mais sobre o tema em *TSE e impeachment: entendam as duas ameaças que pairam sobre Dilma.* Disponível em http://bbc.in/1TGs9JX. Acesso em 24 de fevereiro de 2016.
[67] Ver *Pezão demite secretária de Assistência Social e Direitos Humanos e nomeia pastor evangélico para o lugar*. Disponível em http://bit.ly/247f4Nl. Acesso em 16 de fevereiro de 2016.

programa saísse do organograma da SEASDH e integrasse outra secretaria, como a Casa Civil, por exemplo. Nascimento não associou o entrave de repasse de verba ao fundamentalismo religioso de Teixeira, mas temia retaliações diante dos posicionamentos públicos do pastor contra os LGBT, o que tornava a continuidade do programa dentro da SEASDH, no mínimo, incoerente com as ideias defendidas pelo seu gestor.

> Nossa área é mais vulnerável diante de uma relação como essa. Mesmo se houver a renovação do contrato com a Uerj e a continuidade do programa, teremos, sim, do ponto de vista conceitual e estratégico, uma impossibilidade de trabalhar juntos. O secretário já se manifestou a favor da cura gay e se posiciona contra a adoção de crianças por casais homossexuais. O programa e eu representamos tudo ao contrário do que ele defende. A continuidade desses serviços não é uma questão de luxo ou vaidade. É uma necessidade para garantir direitos básicos para as pessoas.[68]

Julio Moreira, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT também foi à imprensa marcar o posicionamento dos conselheiros em relação à nomeação de Ezequiel Teixeira. Em entrevista à Agência Brasil, o ativista, que já foi presidente do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT, lembrou do histórico do pastor de ser contrário os direitos civis de LGBT e denunciou a politicagem em detrimento do bem-estar social.

> Estamos sofrendo por causa dos cortes orçamentários da pasta [de Direitos Humanos] e a gora a gente teme muito esse novo secretário, o deputado Ezequiel Teixeira, que já tem um histórico de argumentos homofóbicos. [...] Na barganha política, mais uma vez, os direitos humanos são usados como moeda de troca.[69]

O Conselho Regional de Serviço Social CRESS/7ª Região – RJ publicou uma nota oficial repudiando a nomeação do pastor Ezequiel Teixeira ao cargo de secretário de Assistência Social e Direitos Humanos do RJ. Para o Conselho, o pastor não tem condição de assumir a pasta por não ter embasamento técnico e tampouco sensibilidade ao tema, devido a posicionamentos de cunho duvidoso e estritamente calcados na religião. Os conselheiros denunciaram a falta de ética de Teixeira para com a pauta dos direitos humanos, negligenciando-a em nome de uma ideologia evangélica, que ignora e violenta viveres outros que não aqueles estipulados pelos seus dogmas. Abaixo, parte da nota:

> Preocupações que nos levam a somar com as vozes dos movimentos sociais e outros atores sociais que manifestam sua indignação com a

[68] Entrevista concedida a Rafael Galdo em fevereiro de 2016 para o jornal O GLOBO.
[69] Entrevista concedida à Isabela Vieira em dezembro de 2015 para a Agência Brasil.

> nomeação do deputado federal Ezequiel Teixeira, cujas posições evidenciam um conservadorismo que restringem direitos, que não correspondem a de um gestor com perfil técnico, político e ético em consonância com a agenda dos direitos humanos, com a defesa do estado laico, com o controle social e democrático das políticas públicas.[70]

O Conselho Regional de Psicologia (CRP/RJ) também se manifestou contrariamente a nomeação de Ezequiel Teixeira para o cargo de secretário de Assistência Social e Direitos Humanos do RJ. O CRP defendeu a laicidade do Estado e se mostrou preocupado com a emergência de uma política submissa à ideologia religiosa de qualquer ordem. Para os conselheiros, era muito preocupante a iminência do desmantelamento do programa Rio Sem Homofobia em nome de uma manobra política que beneficiasse uma perspectiva religiosa específica em detrimento do combate à homofobia e promoção dos direitos humanos. Vejam:

> [...] o CRP-RJ, que se posiciona historicamente em defesa dos direitos humanos e da igualdade social e de gênero, considera que o pastor evangélico Ezequiel Teixeira não tem condições de assumir a SEASDH/RJ, e que sua nomeação representa um retrocesso nas políticas públicas calcadas na garantia do respeito aos direitos humanos – que, vale destacar, não podem e não devem se subordinar a interesses e morais de qualquer religião. O CRP-RJ vê estas manifestações e atos políticos e legislativos, que se intensificam no Brasil, como um ataque direto ao princípio e os fundamentos legais que estabelecem a laicidade do Estado, em todos os seus poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – e instâncias. O Conselho pontua, entre suas principais preocupações, a possibilidade de fechamento dos centros de referência da comunidade LGBT no Rio de Janeiro e a extinção do Programa "Rio Sem Homofobia" que, subordinado à SEASDH/RJ, já passa por uma grave crise desde o início deste ano – com atraso de salários de prestadores de serviço nas áreas jurídicas, da psicologia e serviço social, e consequente deficiência no atendimento nos centros de cidadania para cidadãos LGBT.[71]

O Movimento LGBT também se posicionou veementemente contra a nomeação do pastor para a pasta dos direitos humanos. Procurados pela imprensa, representantes da sociedade civil deram seus depoimentos surpresos e indignados com a escolha de Ezequiel Teixeira para a secretaria. O presidente do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT, Almir França relembrou que o RSH foi um programa pioneiro, baseado no

[70] Ver *Nota pública sobre a nomeação de Ezequiel Teixeira na Assistência Social e Direitos Humanos*. Disponível em http://bit.ly/1XvcjRe. Acesso em 16 de fevereiro de 2016.
[71] Ver *Nota pública do CRP-RJ sobre a nomeação do pastor Ezequiel Teixeira a Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro*. Disponível em http://bit.ly/1Knkopi. Acesso em 16 de fevereiro de 2016.

Brasil Sem Homofobia, lançado por Luiz Inácio Lula da Silva e que ainda acolhia muitas pessoas vivendo com HIV/Aids.

> Concretamente, era a única política pública efetiva que tínhamos no estado. É um retrocesso grande no que vem sendo trabalhado nas últimas duas décadas no estado. Isso nos leva a ter que voltar a um processo de ir às ruas de novo, não só para reivindicar, mas para pensar em novas soluções. Não dá para admitir movimentos fundamentalistas nos poderes estadual e federal. A gente entende que existe uma crise econômica.[72]

Rita Colaço, historiadora e ativista do Movimento LGBT também concedeu entrevista ao jornal O GLOBO, onde ela denunciou a prática dos joguetes políticos em detrimento de uma política de direitos humanos. Colaço recorreu ao argumento da laicidade do Estado, pouco praticado pelos políticos brasileiros, que teimam em legislar e gerir políticas baseados em seus dogmas religiosos.

> É catastrófico. Nesse caso, o estado laico se torna uma falácia, em nome de um arranjo político. Infelizmente, os homossexuais continuam sendo uma moeda de troca. Não venha dizer que é falta de dinheiro. Não é. Não tem dinheiro, mas empresta para empresas privadas cobrirem dívidas? E ainda mistura religião com assuntos de estado, inviabilizando uma das poucas políticas públicas para contornar a ausência de leis que garantam os direitos dos homossexuais.[73]

Para o coordenador do Grupo Diversidade de Niterói (GDN), Felipe Carvalho, a indiferença de Pezão para com o RSH não é nova, mas a escolha do pastor Ezequiel a "cereja do bolo" desse abandono e desprezo pelo programa. Em entrevista para o Brasil de Fato, Carvalho disse que "Pezão nomeou um secretário que em sua campanha chamou LGBT de anticristo e nos associou com a pedofilia"[74]. Já Indianara Siqueira, do Transrevolução culpa o governador pela má nomeação: "é uma afronta aos direitos humanos a nomeação desse pastor, que tem posturas homofóbicas, transfóbicas, contra o direito das mulheres. Ele não deveria nem ser cogitado para ser secretário de direitos humanos"[75].

A academia também se posicionou diante da nomeação do pastor para a pasta dos direitos humanos do estado. Para a coordenadora do Laboratório Integrado de Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos da Uerj, Prof.ª Dr.ª Anna Paula Uziel, o programa RSH "era de fato um centro de referência. Além dos atendimentos

[72] Entrevista concedida a Rafael Galdo em fevereiro de 2016 para o jornal O GLOBO.

[73] *Idem*.
[74] Entrevista concedida a André Vieira em fevereiro de 2016 para o portal Brasil de Fato.
[75] *Idem.*

que eram feitos lá, havia muitos encaminhamentos, toda uma rede que era acionada através desses profissionais. Isso deixa uma população grande sem cobertura"[76].

Contudo, deixar "uma população grande sem cobertura" pareceu ser de fato o intento do secretário de Assistência Social e Direitos Humanos do RJ, Ezequiel Teixeira. Desde que foi nomeado pelo governador Pezão, em dezembro de 2015, o pastor não concedia entrevista para nenhum dos canais de comunicação que denunciavam o descaso por parte do governo com o programa RSH. No dia 17 de fevereiro de 2016, o pastor se pronunciou sobre o assunto em uma matéria de página inteira na editoria Rio, do Jornal O GLOBO. Na entrevista, Ezequiel Teixeira explicou as razões do fechamento de quatro Centros de Referência e da suspensão do Disque Cidadania LGBT; o pastor reafirmou sua posição contrária ao casamento homoafetivo e ainda disse acreditar na cura gay, comparando a homossexualidade a doenças como Aids e câncer.

> Poxa, o senhor crê na cura? Eu creio, plenamente. Eu não creio só na cura gay, não. Creio na cura do câncer, na cura da Aids... Sabe por quê? Porque eu sou fruto de um milagre de Deus também. Mas creio que todo mundo pode receber uma transformação, uma mudança. Os incomodados que se mudem. Eu estou aqui e bem. Quem é o secretário? Se está desconforme com o secretário, o que vou fazer? Eu não o poderia ter exonerado? [refere-se ao coordenador do RSH, Cláudio Nascimento] Eu exonerei várias pessoas... Estou tentando caminhar. Fui eleito com essas convicções. Fui convidado para estar aqui. E todos que me chamaram sabiam das minhas convicções. Até porque eu tenho convicção, mas respeito todos os outros que não têm a mesma que a minha.[77]

Logo após a publicação da matéria n'O GLOBO, o telejornal RJ TV da Rede Globo de Televisão, no mesmo dia (17/02/2016), reproduziu parte das aspas de Ezequiel Teixeira e as contrapôs com comentários do governador Pezão, que disse não concordar com o ponto de vista do pastor, que ele próprio havia nomeado para ser o líder da pasta de direitos humanos do RJ: "lamento as declarações dele e vou conversar com ele. Não é meu posicionamento. Eu sou totalmente contra a posição dele. Vou tomar providências. Coloco aqui a minha insatisfação com as declarações dele"[78].

Em nota, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RJ) se posicionou contrária ao depoimento do pastor-secretário Ezequiel Teixeira, julgando-o incapaz de continuar no cargo, por retroceder as conquistas alcançadas a duras penas pelo Movimento LGBT. A

[76] Entrevista concedida à Paula Bianchi em janeiro de 2016 para o portal UOL.
[77] Entrevista concedida a Rafael Galdo em fevereiro de 2016 para o jornal O GLOBO.
[78] Disponível em http://bit.ly/1PFUgEY. Acesso em 17 de fevereiro de 2016.

entidade, inclusive, oficiou o Governo do Estado do RJ com uma solicitação de exoneração do secretário de Assistência Social e Direitos Humanos, na medida em que ele estava em descompasso com os principais tratados de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário. Segue parte da nota oficial:

> Tais declarações, vindas de quem tem a missão de promover e defender os direitos humanos no estado do Rio de Janeiro, evidenciam a sua incapacidade de permanecer à frente da Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro. [...] Nenhum retrocesso pode ser tolerado. Nenhum direito a menos pode ser admitido. A CDHO [Comissão de Direito Homoafetivo] da OAB/RJ não concordará com a supressão de direitos da população LGBT, já conquistados com a Constituição Cidadã e referendados pelas próprias políticas estaduais e, por essa razão, repudia mais uma vez as declarações proferidas e a permanência do referido secretário no atual cargo. Sendo assim, a OAB/RJ por meio de seu Presidente Felipe Santa Cruz irá oficiar ao Governador do Estado do Rio de Janeiro solicitando a exoneração do atual secretário na medida em que a sua atuação está em total descompasso com o que se espera da Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro e, sobretudo, com os principais tratados de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário.[79]

A continuidade do RSH dentro da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, sob o comando de um fundamentalista religioso, se tornou insustentável. Na noite do mesmo dia (17/02/2016), que Pezão falou à imprensa sobre uma possível conversa com o secretário, devido às pressões sofridas por vários segmentos sociais, o governador do RJ exonerou o pastor Ezequiel Teixeira, nomeando em seu lugar Paulo Mello (PMDB/RJ), que estava à frente da secretaria de Governo do Estado.

É interessante observar que o imbróglio e as colisões discursivas ficaram o tempo todo sob os holofotes da mídia. A agenda política fluminense durante dias seguidos ficou debruçada sobre os debates, notas oficiais e depoimentos de políticos, acadêmicos, conselhos e representantes da sociedade civil. Outro exemplo que evidencia o papel primordial da mídia e, porque não, parte estratégica e consciente do coordenador do programa Rio Sem Homofobia, a partir de sua Coordenação de Comunicação, foi a entrada ao vivo de Cláudio Nascimento, no Bom Dia Rio do dia seguinte à exoneração.

Nascimento concedeu uma entrevista de mais de oito minutos na Rede Globo de Televisão, na manhã do dia 18 de fevereiro de 2016, para comentar sobre todo o processo que o Rio Sem Homofobia passou naqueles dias. O coordenador do programa

[79] Ver *OAB/RJ repudia declarações de secretário sobre cura gay e pede exoneração*. Disponível em http://bit.ly/1PKxPP1. Acesso em 19 de fevereiro de 2016.

RSH apresentou serenidade e didática, mas sem perder a atmosfera de indignação da forma como tudo aconteceu. Mostrou amadurecimento político e expertise para conduzir a política LGBT no Estado de forma séria e igual relevância social como outras agendas importantes que afligem a população fluminense. Sem violência, histeria ou passionalidade, valendo-se dos próprios códigos políticos de condução de uma crise.

> Tratar a homossexualidade como doença é de uma desonestidade intelectual no mínimo tremenda. Se a gente pensar que, ao longo das últimas décadas, cada vez mais, a sociedade tem construído conhecimento mostrando que a homossexualidade, a transexualidade e a travestilidade são expressões da personalidade humana tão saudáveis quanto a heterossexualidade, não pode colocar esse estatuto de superioridade para uma e inferioridade para outra. [...] A mensagem é que o Estado, o poder público não pode se misturar com religião. Todos têm direito de ter sua religião nos seus espaços de fé, de igreja. Mas nos espaços públicos se precisa governar para toda a sociedade. [...] Não pode querer impedir que agendas contemporâneas - seja a luta das mulheres, da população negra, da liberdade religiosa e dos homossexuais - possam avançar por conta de seus valores internos de cada segmento.[80]

No dia seguinte (19/02/2016), a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Núcleo Especializado de Defesa da Diversidade Sexual e dos Direitos Homoafetivos (Nudiversis), ingressou com uma ação de reparação de danos morais coletivos contra o ex-secretário Ezequiel Teixeira. A instituição pleiteou o pagamento de indenização no valor de R$ 1 milhão a ser revertida em ações de promoção dos direitos da população LGBT no âmbito da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos. Em nota pública, a Defensoria reafirmou que "o Estado Democrático fundado pela Constituição Cidadã de 1988 é baseado no princípio da dignidade da pessoa humana, o que implica no reconhecimento pleno de todas as formas de afeto e sexualidade, bem como das múltiplas configurações familiares possíveis, todas merecedoras de igual proteção"[81].

Além da indenização, a Ação Civil Pública também requereu que o ex-secretário custeie a publicação de texto informativo da Defensoria Pública, esclarecendo sobre os direitos da população LGBT, em veículo de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro, com o mesmo destaque e extensão da entrevista concedida ao jornal "O Globo" e publicada em 17 de fevereiro de 2016. A pena pedida para o descumprimento da decisão é de multa diária de R$ 10 mil.

---

[80] Entrevista concedida a Flávio Fachel no dia 18 de fevereiro para o Bom Dia Rio.
[81] Disponível em http://bit.ly/1QV4IGI. Acesso em 22 de fevereiro de 2016.

Durante todo o processo do desenvolvimento da crise, parecia que a comunidade LGBT, que precisa da política para ter acesso a direitos fundamentais, assistia a todo o desenrolar de forma apática e sem engajamento político, além das lamentações catárticas nas redes sociais. Não ocorreram manifestações, pelo menos cobertas pela imprensa, sobre a organização de um coletivo que fosse às ruas pressionar o governo para reverter a situação. A maior "parceira", por assim dizer, do programa RSH no momento de crise foi, mais uma vez, a mídia, que no afã de enxergar mais problemas no governo de Pezão, que vive uma crise financeira, incendiou o polêmico assunto para o crescimento de seus números de audiência. A difusão midiática – além da repercussão nas mídias sociais – acelerou a resolução do problema, dando uma primeira e importante vitória para a volta da normalidade do programa RSH. O assunto explodiu na mídia ganhando espaço e relevância, aguçando e propiciando o debate no âmbito popular de laicidade do estado, aprofundando as discussões sobre religião e governo no cotidiano das pessoas.

A crise do programa Rio Sem Homofobia, por ser uma questão ainda em processo, não pode ser considerada como finalizada. Daí sua importância de compor este último capítulo, que se debruçou sobre os desafios contemporâneos da população LGBT. Até o prazo-limite de término deste trabalho dissertativo, o novo secretário de Assistência Social e Direitos Humanos do RJ, Paulo Melo, ainda não havia solucionado a questão da falta de pagamento dos salários atrasados da equipe do programa e tampouco retornou com os serviços de atendimento da população LGBT que segue apenas com o acompanhamento jurídico de casos urgentes de violência homofóbica no estado.

Considerações finais

Esta dissertação buscou compreender vitórias, dificuldades e questões a serem superadas para que a população LGBT fluminense consiga ter acesso aos direitos civis que lhe são negados, ou pelo menos, obstaculizados – apesar da existência de um programa estadual de combate à homofobia e promoção da cidadania LGBT no Rio de Janeiro. Em outras palavras, como questão central, o estudo pretendeu identificar as conquistas e os impasses desta população em relação às políticas públicas instauradas pelo Estado; e compreender os desafios contemporâneos de seu cotidiano para o pleno exercício da cidadania LGBT. O trabalho esmiuçou a trajetória e os processos desenvolvidos entre movimento social e governo para a formulação de uma agenda de reivindicações de ações afirmativas, a fim de construir políticas públicas que assegurassem a cidadania da população LGBT no Rio de Janeiro, mesmo que atores deste mesmo governo tivessem outros intentos em relação ao programa, como foi exposto com a nomeação de um pastor para a pasta de direitos humanos do Estado.

A pesquisa também examinou a construção de sujeitos de direitos a partir do debate, da construção coletiva e da implementação de políticas públicas para LGBT no RJ, que devem ser entendidas como conquistas do movimento social, como foi exemplificado com a explicação do processo da construção das conferências LGBT realizadas no Estado, que deram o norte e os alicerces para a instauração do programa RSH.

O primeiro capítulo teve como objetivo a montagem do cenário sociopolítico da construção das políticas públicas no Estado do Rio de Janeiro, contextualizando-o com as questões de âmbito nacional. As discussões sobre identidade, movimento político, direcionamento da agenda de reivindicações, *boom* da Aids, rachas e "reflorescimento" do movimento, constituinte de 1988, institucionalização de grupos e de uma associação brasileira foram abordadas logo no início da dissertação. Foi importante compreender como o sentimento e necessidade de organização se desenvolveu para, futuramente, expor o "acolhimento" do Poder Público, suas políticas públicas e os serviços oferecidos à população LGBT. Entender os processos instaurados entre movimento social e governo, mostrando seus embates e conflitos, foi imprescindível para compreender o nascimento do Brasil Sem Homofobia e do RSH.

Com o cenário sociopolítico exposto, o capítulo seguinte expôs as características principais das políticas públicas e os serviços disponibilizados pelo governo estadual como resposta ao cumprimento das diretrizes programáticas do RSH, advindas de

conferências. Nesse momento da pesquisa, o objetivo era elencar e compreender as políticas públicas formuladas e descortinar seus impasses, identificando os gargalos das conquistas, a partir da exposição e discussão das dificuldades para a aplicação das políticas no dia a dia da população. Concluiu-se que por mais que haja políticas exaustivamente debatidas em instâncias organizadas para este fim, ainda há muitos impasses, muitos deles calcados na própria homofobia institucional dos serviços públicos. Ainda há muito que sensibilizar e capacitar os próprios servidores para o acolhimento de LGBT; a análise da Coordenação de Comunicação do RSH mostrou de que forma as estratégias midiáticas são desenvolvidas para este fim, mas também como fio condutor político nas negociações dos impasses.

Essa questão ficou bastante clara no terceiro capítulo da pesquisa, que trouxe os desafios contemporâneos das vivências LGBT. A conquista e toda a discussão gerada em torno das uniões estáveis e do casamento civil de LGBT foram arduamente debatidas nas mais variadas esferas sociais, tendo a mídia como a principal propagadora da questão. Foi a partir dela também que a crise do RSH tomou proporções dignas de maior cuidado e atenção por parte dos governantes que possuem poder de decisão. A pesquisa evidenciou o papel primordial da Comunicação para a sobrevivência do programa RSH. É no âmbito midiático que a política vai sendo conhecida, digerida, debatida, mantida, construída e utilizada pela população que necessita de mediadores para ter acesso a direitos fundamentais que são cotidianamente negados a ela. Ficou clara a necessidade de mais investimento publicitário no interior do Estado, que ainda carece de informação e assistência; entendendo que esta questão deverá seguir para um segundo plano diante da iminência da interrupção do programa, ainda em curso.

O trabalho não se debruçou sobre as campanhas, problemas, iniciativas, enfim, as questões LGBT de âmbito municipal, sob o risco de se estender por demais na etapa de ida a campo e não garantir a entrega do trabalho em tempo hábil. No entanto, a pesquisa demonstrou e este autor entende que outros fatores/pessoas/organizações também fazem parte de um movimento LGBT fluminense em prol dos direitos civis, respeitando as especificidades e limites de cada um[82].

[82] Este autor sugere que outros trabalhos acadêmicos analisem e problematizem outros atores e problemáticas LGBT em diferentes municípios do estado do Rio de Janeiro. A Coordenadoria Especial de Diversidade Sexual, gerida por Carlos Tufvesson, é um braço LGBT dentro da política carioca e merecedora de estudos acadêmicos. Outra questão digna de análise são os processos políticos referentes a LGBT no município de Nova Iguaçu, cuja Câmara dos Vereadores, aprovou lei que proíbe que os

Por se tratar de um objeto ainda em trânsito, a pesquisa se deparou com uma questão: a crise do RSH ainda estava em processo e problemas relacionados à continuidade do programa, como a suspensão das atividades por falta de equipe técnica, afastada por atraso de pagamento de salários, não foram solucionados até o prazo-limite de entrega da dissertação à banca examinadora. Entretanto, a falta de garantia da permanência do programa compõe o argumento do trabalho de que ainda há desafios a serem enfrentados, para que de fato os LGBT sejam sujeitos de direitos no Rio de Janeiro. A nomeação do pastor-secretário Ezequiel Teixeira e sua fala homofóbica em jornal de grande circulação do país, na verdade, podem ser consideradas como canais de sobrevivência do programa, que agonizava e estava no esquecimento da mídia e, portanto, dos governantes. A inabilidade política e o atropelo das palavras do pastor catapultaram a crise do RSH para a mídia e, em certa medida, com sua exoneração, o debate LGBT voltou à imprensa.

O programa, que foi uma construção coletiva, reivindicado durante anos pelo Movimento LGBT, apresenta sintomas de enfraquecimento contundentes; e, apesar disso, o Movimento LGBT também parece não conseguir engajar massivamente a população que representa, a fim de reverter a situação. Grande parte da pressão realizada para a exoneração do pastor-secretário Ezequiel Teixeira foi realizada na e pela mídia, a partir dos embates discursivos de organizações que representam categorias profissionais, de algumas aspas de líderes do movimento social e do próprio coordenador do programa, Cláudio Nascimento.

Outra consideração importante é que a saída de Cláudio Nascimento do Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBT, para entrar no Governo do RJ, representou uma grande perda para o movimento. Logicamente, sua ida propiciou uma série de avanços e conquistas dentro da área institucional/governamental. Seu capital político foi primordial para as negociações e, finalmente, a instauração de um programa de combate à homofobia e promoção da cidadania LGBT no RJ. Contudo, o Movimento LGBT fluminense carece de quadros políticos, notoriamente não percebidos pela dificuldade do próprio movimento de agenciar a população que representa em prol da continuidade do programa. Não foram realizados atos, manifestações, ocupações de espaços públicos,

---

materiais didáticos das escolas abordem temas como orientação sexual e identidade de gênero. Lei sancionada pelo prefeito Nelson Bornier (PMDB/RJ) paralelamente à crise do RSH em fevereiro de 2016.

enfim, quaisquer formas de pressão por parte da própria comunidade até o fim da entrega deste trabalho. Saiu Cláudio, mas não se colocou no lugar outro líder que efetivamente fizesse um monitoramento do Rio Sem Homofobia, arregimentasse massas e dialogasse diretamente com a comunidade, que lamentava na Internet as dificuldades enfrentadas, mas não se posicionava de forma mais contundente aos acontecimentos ocorridos.

As Paradas do Orgulho LGBT, instrumentos de ganho de visibilidade para as pautas e reivindicações do movimento, sofrem fortes críticas por parte da própria comunidade, que não as vê hoje como um meio de engajamento político. Este autor de forma alguma descredibiliza ou subestima o valor da ocupação do espaço público em prol de uma pauta reivindicatória por direitos civis de LGBT. Como foi defendido no primeiro capítulo desta dissertação, é na aparente desordem das Paradas do Orgulho LGBT, cuja estética se configura como uma peculiaridade sensível daquele discurso político envolvente, que a sociedade e, por conseguinte, os parlamentares se darão conta da força desta parcela populacional. Segmento que por si só já é demasiadamente diferente entre si, mas que em prol de um benefício comum, une-se massivamente em um espaço público, reconhecido e visível. Mas isso acontece uma vez ao ano, apenas.

Em um momento crítico de iminência da interrupção do programa Rio Sem Homofobia, o Movimento LGBT fluminense não consegue arregimentar efetivo suficiente de pessoas, de modo a pressionar os governantes a voltarem a atrás e se esforçarem, mesmo em meio à crise financeira do RJ, pela continuidade do programa. Nota-se uma crise não só política-institucional, mas também de representatividade junto à comunidade LGBT, que, hoje, parece não estar tão engajada como outrora. As gerações passam e a juventude de hoje, dona de uma potência avassaladora de mudança, talvez não dialogue com o esquema formal de organização construído décadas atrás.

Evidentemente, dentro do Movimento LGBT há outros tantos movimentos, formais e não-formais; específicos em suas causas ou outras tantas características que os diferenciam de uma lógica instalada em meados da década de 1990. Este autor não quer sugerir que os atuais líderes do movimento envelheceram ou que há entraves geracionais que dificultam o engajamento político das massas. No entanto, há de se refletir os porquês de uma comunidade que é beneficiada por uma política pública não ir às ruas reivindicar sua permanência da mesma forma como ocupa a orla de Copacabana para demonstrar o orgulho de ser o que é.

Na cidade do Rio de Janeiro, têm ocorrido movimentos culturais notoriamente marcados pela presença de LGBT. São eventos, geralmente ocupações do espaço público, pautados pelo entretenimento, humor e política. Os convites (e não convocações) são feitos através do Facebook, a partir de redes de amigos de amigos. São encontros que não são liderados por ONGs, mas que afetam e sensibilizam politicamente LGBT. Um bom exemplo é o chamado "Isoporzinho das Sapatão", que acontece algumas vezes durante o ano. Apesar do nome, o evento recepciona bem as outras letras e surgiu a partir de uma homofobia ocorrida com um casal de lésbicas em um restaurante carioca. Este fato somado à realidade dos altos preços dos estabelecimentos comerciais do RJ levou um grupo de lésbicas a ocupar praças da cidade para vivenciar sociabilidades e sexualidades outras. A página oficial do evento no Facebook conta com mais de quatro mil curtidas, fora as pessoas que frequentam, mas não curtem para não publicizarem suas orientações sexuais.

Outro exemplo é o bloco carnavalesco "Viemos do Egyto". A "travessia", como os organizadores gostam de chamar o itinerário do bloco, acontece não apenas no carnaval e percorre ruas do centro do Rio de Janeiro. Todo o encontro é ao redor de uma bicicleta com potentes caixas de som, que ecoam músicas baianas com letras de resistência do povo negro. As fantasias, a purpurina, os gritos, a dança, enfim, tudo remete à uma atmosfera *queer* e, existencialmente, política. Em uma determinada caminhada, o grupo chegou até às escadarias do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e executaram, de forma bastante humorada, o ritual de mumificação do deputado estadual e presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB/RJ). Com gritos de protestos e vozes no microfone, os líderes lembravam pautas progressistas como liberação do aborto e criminalização da homofobia que o parlamentar é veementemente contrário. O ritual contou com o ateamento de fogo em um boneco de pano que simbolizava o deputado em questão.

Esta crise de representatividade e a emergência de novos formatos de agenciamento das massas, especialmente LGBT, são possíveis pressupostos de uma pesquisa de doutoramento que esta dissertação intuiu. Há de se entender os afetos e os caminhos pelos quais eles são acionados, de modo a desenvolver uma consciência política forte e transformadora de fato. Utilizar a mídia como meio de visibilidade das pautas é oportuno, mas o que de concreto a espetacularização da causa traz para a vida das pessoas? Esses assuntos precisam ser analisados, a fim de novas estratégias de

agenciamento das massas serem desenvolvidas para fortalecer o movimento. Apesar das conquistas, os LGBT fluminenses ainda possuem grandes desafios.

Referências bibliográficas

AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no "Estado": uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo**. Campinas, SP : [s.n.], 2014.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

BARROSO, Luís Roberto. **Diferentes, mas iguais: o reconhecimento jurídico das relações homoafetivas no Brasil**. In: Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC n. 17 – jan./jun. 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BIANCHI, Eduardo. **Caminhos de prazer, caminhos de lazer: imagens corporais de desejo na rede social Grindr**. 2014. Trabalho apresentado ao GP Comunicação Urbanas do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Foz do Iguaçu, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2002.

CAIAFA, Janice. **Trilhos da Cidade: viajar no metrô do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

CÂMARA, Cristina. **Cidadania e Orientação Sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa**. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CONSELHO Estadual dos Direitos da População LGBT do RJ. **Revista Rio Sem Homofobia**. Ano 1, n. 1. Rio de Janeiro: Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, 2012.

CORNEJO, Giancarlo. **La Guerra Declarada Contra El Niño Afeminado**. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2010. In: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/site/anaiscomplementares. Acesso em 05 de março de 2015.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Disponível em: http://bit.ly/1xDF1mt. Acesso em 6 de dezembro de 2015. eBoksBrasil.com, 2003.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia, vol. 1**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FARIA, José Eduardo. **Formalismo Jurídico. Discutindo a assessoria popular – II**. Rio de Janeiro: AJUP/FASE, 1992, coleção “seminários”, n.17.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis:Vozes, 1976.

_____. **História da sexualidade: o uso dos prazeres**. São Paulo: Graal Editora, 1984.

FREITAS, Ricardo Ferreira. **Rio de Janeiro, lugar de eventos: das exposições do início do século XX aos megaeventos contemporâneos**. *In*: Anais do Encontro Anual da Compós. Porto Alegre: Ed. UFRGS, v. 1. p. 1-15, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Luiz Claudio. **Matou a bicha e foi ao cinema: a representação da homossexualidade nos programas televisivos populares: um estudo sobre ética, violência e educação na mídia brasileira**. 2000. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

GREEN, James. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: UNESP, 2000.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

ITABORAHY, Lucas Paoli. **Pessoas LGBT vivendo em pobreza no Rio de Janeiro**. Londres: Micro Rainbow International C.I.C; 2015.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. São Paulo: EDUSC, 2001.

LEMOS, André. **Cultura da Mobilidade**. Revista FAMECOS, Porto Alegre, n. 40, p. 28-35, dezembro, 2009.

_____, André. **Ciberespaço e Tecnologias Móveis: processos de Territorialização e Desterritorialização na Cibercultura**. In: Imagem, Visibilidade e Cultura Midiática. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007.

LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

MACRAE, E. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertur**a. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1990.

MARQUES, Maria Cristina da Costa. **A emergência política da Aids/HIV no Brasil**. São Paulo: USP, 2001.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

MOTT, Luiz. **Homo-afetividade e direitos humanos**. In: Estudos Feministas, Florianópolis, 14(2): 509-521, maio-agosto, 2006.

NUNAN, Adriana. **Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo**. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003.

_____, Adriana. **A questão da identidade homossexual e sua influência nos padrões de consumo**. 2001. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2001.

PARKER, R. **Corpos, prazeres e paixões: cultura sexual no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Bestseller, 1992.

RAMOS, Silvia; CARRARA; Sergio. **A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas**. Physis. Revista de Saúde Coletiva, v. 16 (2), 2006.

RECUERO, Raquel. **Atos de ameaça à face e à conversação em redes sociais na internet**. In: PRIMO, Alex. *Interações em rede*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

REZENDE, Renata. **Tecnologia, cinema e a invenção do corpo contemporâneo: do corpo mecânico ao corpo digital**. Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, UFF, 2005. IN: http://www.bdtd.ndc.uff.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1576. Acesso em: 05 de março de 2015.

SARNO, Murilo. **Homofobia é crime: depoimento. [julho de 2008]**. Rio de Janeiro: *Vírus Planetário*. Entrevista concedida a Wellington Viana.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **How to Bring Your Kids Up Gay**. In: Fear of a Queer Planet: Queer Politics and Social Theory. Ed: Warner. Minneapolis & London: University of Minnesota Press, 1993.

SODRÉ, Muniz. **As Estratégias Sensíveis: Afeto, Mídia e Política**. Petrópolis: Vozes, 2006.

SOUSA, Paulo César Castro de. **AIDS, mídia impressa e sexualidade: práticas e comportamentos sexuais em tempos de HIV nos discursos de Veja e IstoÉ**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

_____, Paulo César Castro de. **A enunciação midiática da sexualidade a partir da Aids: os discursos de veja e IstoÉ nas décadas de 1980 e 1990**. Trabalho apresentado ao NP 09 – Comunicação Científica e ambiental, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa do Intercom, 2005.

TORRES, Lilian. **Programa de Paulista: Lazer no Bexiga e na Avenida Paulista com a Rua da Consolação**. *In*: Na Metrópole: textos de antropologia urbana. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2000.

ZEPPELINI, Marcio. **Advocacy: o lobby do bem**. Em: http://bit.ly/1QnQ39K . Acesso em: 23 de abril de 2015.